

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O NEGRO E A EDUCAÇÃO
Movimento e Política no Estado
do Rio Grande do Sul
(1987 – 2001)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

JORGE MANOEL ADÃO
ORIENTADORA: Profa. Dra. Malvina do Amaral Dorneles

PORTO ALEGRE
Março 2002

Aos meus pais, Manoel e Antônia, que, presenteando-me com a vida, mostraram-me, desde cedo, o que é ser negro e ensinaram-me a ter um ideal.

Agradecimentos

A Ólorun, Obatalá, Zambi, Tupã, Alá, Iahweh, Deus que, com sua força vital, colocou esta tarefa em meu ódu.

A minha orientadora Profa. Dra. Malvina do Amaral Dorneles, pela presença terna, pelo rigor científico e pela profunda sintonia com a vida e causa dos negros.

Aos familiares, amigos e paroquianos guaibenses, pela compreensão, apoio, incentivo e carinho.

À todos os patrícios, militantes, entidades e grupos do movimento negro que, acolhendo-me desde 1986, direta ou indiretamente, participaram e contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos sacerdotes, sacerdotisas e fiéis de religiosidade de matriz africana, pela partilha da vivência desta mística.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo incentivo recebido para o desenvolvimento da pesquisa.

SUMÁRIO

Índice de siglas	6
Resumo	7
Abstract	8
APRESENTAÇÃO	9
1. O MOVIMENTO DA POLÍTICA	16
1.1 - Projeto <i>O Negro e a Educação</i> – Proposta Pedagógica da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul	20
1.2 - Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS)	29
2. O PARADIGMA NEGRO-BRASILEIRO NO RIO GRANDE DO SUL	36
2.1 - O <i>Ethos</i> Cultural Negro	37
a) Cosmóvisão	37
b) Afrocentricidade	41
2.2 - A Identidade Negro-Brasileira	46
a) Raça	47
b) Etnia	50
c) Racismo	53
2.3 - Ações Afirmativas	59
3. A POLÍTICA DO MOVIMENTO	71
3.1 - Trajetória e <i>Práxis</i> Educativa do Movimento Negro no Brasil.....	72
a) Movimento Negro Pré-Abolicionista	73

b) Movimento Negro Pós-Abolicionista	79
c) Movimento Negro Atual	81
3.2 - Trajetória e Presença do Negro no Rio Grande do Sul	87
4. A NEGRITUDE NO PLURAL: Trajetória, Militância e Ações Negro	
Educativas no Rio Grande do Sul	91
a) Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora	95
b) Instituto Cultural Afro-Sul	97
c) Movimento Negro Unificado (MNU)	100
d) Agentes de Pastoral Negros (APNs)	103
e) Fundação Leopoldo Sedar Senghor	111
f) Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE)	113
g) Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras	116
h) Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra	
(Griô)	118
i) União do Negro pela Igualdade (Unegro)	122
j) Instituto Brasil-África (IBÁ)	124
k) Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande	
do Sul (FAENERS)	127
REFLEXÕES FINAIS: Da Complexidade do Movimento e da Política	130
BIBLIOGRAFIA	143
a) Livros e Artigos	143
b) Documentos e Legislação	157
c) Cartilhas, Periódicos, Palestras e Seminários	159
d) Entrevistas Transcritas	161

Índice de Siglas

APNs – Agentes de Pastoral Negros

CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODENE/RS – Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade
Negra do Estado do Rio Grande do Sul

CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil

DE – Delegacia de Educação

IBÁ – Instituto Brasil-África

FAENERS – Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio
Grande do Sul

FNB – Frente Negra Brasileira

MNU – Movimento Negro Unificado

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SE/RS – Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul

TEN – Teatro Experimental do Negro

UNEGRO – União de Negros Pela Igualdade

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado é uma abordagem das políticas públicas em educação de negros no Estado do Rio Grande do Sul, realizada desde a *práxis*, atuação, proposição e organização das entidades e grupos que constituem o movimento negro gaúcho, pelo Projeto *O Negro e a Educação* da Secretaria Estadual da Educação e Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul: espaços público-institucionais criados com a tarefa de implementar e incrementar políticas públicas negro-educativas. Possui como orientação o paradigma negro-brasileiro, que engloba a afrocentricidade, a negritude e as ações afirmativas, como forma reflexiva e concreta de incrementação destas políticas públicas; e minha vivência e militância negra com o desafio de um olhar que presentifica uma perspectiva epistemológica onde o pesquisador se constitui ator e vice-versa.

ABSTRACT

This Master Research is a boarding of the public politics in education of blacks in Rio Grande do Sul State, realized since the *praxis*, performance, proposal and organization of the entities and groups that constitute the gaúcho black movement, for the Project “The Black and the Education” of the Educational Secretary of State and “Advice of Development Participation and of the Black Community of the Rio Grande do Sul State”: public-institutional spaces created with the task to implement and to develop public black-educative politics. This Master Research has this theoretical reference as the black-Brazilian paradigm which unites the afrocentricity, blackness and affirmative actions, as reflexive and concrete form of incrementation of these public politics; and my experience and black militancy with an eye challenge that bring up-to-date an epistemological perspective where the researcher constitutes himself as the subject and the object, involved in this reality, at the same time.

APRESENTAÇÃO

A relação negro e educação no Brasil vem sendo refletida, pesquisada e debatida desde a década de 70, sendo ampliada nos anos de 1980. E, nesse contexto, as questões da diversidade culturais e das políticas de ações afirmativas encontram-se no bojo das preocupações acadêmicas e dos embates e reivindicações do movimento negro atual. Por sua vez, o movimento negro tem afirmado que estas questões não se separam, mas ao contrário, se relacionam com as preocupações da sociedade complexa contemporânea, em nível mundial. Isto é, todos estamos inquietos diante dos fenômenos da exclusão social, do desemprego estrutural e tecnológico, da insegurança, do crescente distanciamento entre ricos e pobres.

Do ponto de vista social, a realidade do negro brasileiro coincide com o fenômeno da exclusão: por um lado, maneiras refinadas de discriminação racial, que truncam o desenvolvimento das capacidades e o progresso social da população negra; por outro lado, históricas resistências teóricas, ideológicas e políticas que naturalizam e dificultam a identificação da desigualdade racial como base para a implementação de políticas públicas.

Dito de outra forma, a pobreza no Brasil tem cor: dados estatísticos demonstram que, em 1999, o contingente brasileiro de 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes não está “democraticamente” distribuído. Isto é, neste ano em questão, os negros representam 45% da população brasileira, porém correspondendo a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Enquanto que os brancos representam 54% da população total, mas somente 36% são pobres e 31% são indigentes. Aqui na Região Sul, não obstante a relativa riqueza, a discriminação segue o tom nacional onde das pequenas

populações pardas e pretas 46% e 41% são pobres e 16% e 18% são indigentes, respectivamente (Henriques, 2001, p. 9 -12).

Assim, tendo presente esse contexto do negro, a relação negro e educação engloba, necessariamente, uma dimensão sócio-política e não apenas étnico-cultural. A questão étnico-cultural, começou a ser abordada a partir do final dos anos de 1980, na sociedade brasileira, de uma forma significativa. Nessa época a Igreja Católica no Brasil, embasada em documentos pontifícios e desafiada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), refletia a questão das culturas oprimidas sob a ótica do desafio de inculturação¹. Porém, estas abordagens eram feitas, com raras exceções, a partir de uma visão antropológica de cultura. Visão esta que coloca as culturas (alemã, italiana, negra, indígena) num pé de igualdade, usando um conceito globalizante, que as vê simplesmente como maneiras diferentes de se relacionar, trabalhar, rezar.

O movimento negro, em especial as entidades ligadas às Igrejas, enfatizam, neste contexto de debates sobre o desafio da inculturação, uma visão sociológica de cultura, considerando que, além dos conceitos culturalmente diferentes, existe uma história e, atualmente, um lugar diferente. É uma visão que tem presente o fato de que uma dada cultura situa-se sempre em um contexto sócio-político e econômico e, por isso, é um processo dinâmico, sempre em evolução.

Especificamente, essa visão sociológica da cultura afirma que o Brasil vive um conflito sócio-cultural ou sócio-étnico-racial. Ou seja, que a história do Brasil é profundamente marcada por conflitos e injustiças que não se deram só entre ricos e pobres, mas entre negros e brancos: a maioria dos dominadores é

¹ O entendimento de inculturação, como categoria teológica, expressa o desafio da Igreja Católica em anunciar o Evangelho pregado por Jesus Cristo a partir dos elementos próprios de uma determinada cultura. Um dos principais documentos pontifícios é *Evangelii Nunciandi* (EN), do Papa Paulo VI, que declara que a ruptura entre o evangelho e a cultura é o grande drama contemporâneo (EN, n.20). Esta categoria é explicitada sucintamente pelo teólogo Susin (1988, p. 11), onde constata que “*não há autêntica evangelização, se não acontecer dentro de um processo de inculturação do evangelho. Não há evangelho – e nem vida cristã – se não for expresso na cultura das pessoas e grupos que o acolhem*”.

branca e a maioria dos dominados é negra – mesmo existindo outros tipos de dominadores e dominados. E a escolha da identidade étnica sempre foi do grupo dominante (Frisotti, 1988, p. 30).

Esse conflito sócio-étnico-racial, com seu implicadores, geralmente não é percebido, pois se dilui na questão das classes sociais, por um lado, e por outro lado, redonda num racismo disfarçado, sendo que, a escola, juntamente com a família, são as instituições que mais o reforçam: veiculado, ratificado e perpetuado pela introjeção da ideologia do branqueamento².

A educação brasileira contribuiu e contribui através de pressupostos que fundamentam uma determinada concepção de homem, de sociedade, de cultura e valores do comportamento, os mesmos do sistema capitalista, que é racista, machista, opressor, excludente, e discriminador. O que é reforçado pela ideologia da neutralidade em educação.

Na medida em que a comunidade negra não está contemplada nos valores difundidos pela cultura dominante, não faz parte da concepção de homem e possui um lugar marginal no sistema social, político e econômico vigente, o negro simplesmente não faz parte do sistema de educação, como sujeito que possui identidade, valores, etnia e cultura específicas.

Minha trajetória de vida – criança e adolescente negro, pobre, servente de pedreiro, operário de fábrica, religioso e sacerdote, militante do movimento negro – com suas vicissitudes, marcas, reflexões também faz parte desta reflexão e análise sobre a educação do negro.

Por um lado, a reflexão da minha trajetória de vida me fez perceber que coexistem duas grandes questões: uma, relacionada com a concretude e dureza da vida, enfrentados pela maior parte dos negros brasileiros, o que a historiografia, as estatísticas e a conjuntura corroboram³; e, outra, ligada ao

² A ideologia do branqueamento teve sua origem na teoria da superioridade da etnia branca sobre as outras. Teoria esta que teve muita aceitação no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta teoria coloca os loiros do norte europeu como o ideal máximo: foi articulada por Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Gobineau (1816 –1822), e outros. No Brasil um expressivo divulgador foi Oliveira Vianna (1883 – 1951).

³ Dados Estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA), de 1999, retratam o atual perfil sócio-econômico do negro no Brasil; (a) em nível regional, os brancos estão mais concentrados no Sul, os pretos no Sudeste e Nordeste e os pardos no Norte e Nordeste; (b) com relação ao rendimento, entre as famílias que são consideradas pobres

fato de que, no mínimo, enquanto postura de vida, garra, educação, consciente ou inconscientemente, há sempre a possibilidade de sermos figuras de desordem dentro da situação reservada para o negro. Ou seja, o negro na academia tem concretizado um processo onde se é, simultaneamente, sujeito e objeto de estudo, tornando presente a *práxis* do movimento negro no contexto da diáspora⁴ brasileira.

Este trabalho tem presente a reflexão feita e as pesquisas realizadas na temática do negro e a educação em nível acadêmico e no âmbito das entidades e grupos constituintes do movimento negro, em especial, a partir de G.F. Silva (2000) e de Cunha Jr. (1999). O primeiro, desenvolve uma cartografia do conhecimento produzido no Rio Grande do Sul sobre o negro e a educação. O segundo, faz um histórico, em nível nacional, das *Pesquisas Educacionais em Temas de Interesse dos Afrodescendentes* e arrola o que se pesquisou e o que se está pesquisando no presente tema.

O presente trabalho apresenta como referencial teórico o paradigma negro-brasileiro⁵, que abrange uma cosmovisão desde a África, a questão da

(aquelas que vivem com renda familiar média mensal *per capita* inferior a ½ salário mínimo), no conjunto do país, apenas 12% das famílias “brancas” estão nesta situação enquanto as “pretas” são 26,2% e as “pardas” chegam a 30,4%; em contrapartida, entre a população com rendimentos mensais mais elevados (com mais de 5 salários mínimos *per capita*), enquanto as famílias “brancas” representam 14,1% as “pretas” e as “pardas” são menos de 3,5% (Saboia e Oliveira, 2001).

⁴ A palavra “diáspora” foi originalmente usada para designar o estabelecimento dos judeus fora de sua pátria, à qual se achavam vinculados por fortes laços históricos, culturais e religiosos. Este conceito é também usado, por extensão, para designar os negros de origem africana deportados para outros continentes e seus descendentes – os filhos de escravos na América (Munanga, 1999a, p. 82). Etmologicamente, extraída dos antigos termos gregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar, dispersar), tem sido usada atualmente com quatro enfoques (Vertovec, 2000, p. 169-171): (1) como categoria social, relacionada quase que exclusivamente à experiência judaica de exílio de sua pátria histórica e à sua dispersão por vários países; (2) como forma de conscientização, referindo-se à consciência individual de uma extensão de conexões descentralizadas e multilocalizadas, de estar ao mesmo tempo “em casa e longe de casa”, sentido que se relaciona diretamente ao conceito de “dupla consciência” de Du Bois; (3) como forma de produção cultural, enfatizando a fluidez dos estilos construídos e das identidades entre os povos na diáspora; e, (4) como um novo tipo de problema, que vê as comunidades transnacionais como uma ameaça à segurança do Estado e como fontes potenciais de terrorismo internacional.

⁵ Há teóricos como P. G. Silva (1988), Cunha Jr. (1998), e entidades e grupos do movimento negro, como a Unegro e os Agentes de Pastoral Negros, que usam e defendem o termo “afro-descendente”. Tanto na academia, quanto no movimento negro, o uso do conceito e expressão “afro-descendente” se funda no fato de que apenas 5% dos brasileiros, nas pesquisas, se consideram negros. Assim, este conceito abrangeria também todos aqueles que se identificam como pardos, que somam mais de 40% (Ferreira, 2000, p.138). A expressão “afro-descendente”, não necessariamente se refere à cor da pele, tonalidade, matiz ou

afrocentricidade e as ações afirmativas. A cosmovisão diz respeito à mística africana, que subjaz no *modus vivendi*, consciente ou inconsciente, do negro gaúcho brasileiro, não obstante toda dinâmica e processo diaspóricos vividos. A afrocentricidade, que possui seu nascedouro em solo norte-americano, diz de uma perspectiva teórica que fundamenta um recorte étnico, racial e cultural negro-brasileiro, contrapondo-se às teorias que colocaram os africanos na periferia do pensamento e experiência humana, e apostando e defendendo um pluralismo nas perspectivas filosóficas.

A questão da negritude e das ações afirmativas buscam contextualizar a trajetória, *práxis*, embates e reivindicações do movimento negro, enquanto movimento social, na realidade brasileira contemporânea: a negritude diz de uma dimensão primeiramente *ad intra* enquanto desafio de definir e construir identidades negras, no ser e no fazer das entidades e grupos que constituem o movimento negro no Brasil; as ações afirmativas dizem, sobretudo, da dimensão *ad extra* da *práxis* do movimento. Atualmente, são estas ações que estão definindo as estratégias, os embates e as reivindicações de políticas públicas negras, por parte do movimento negro, constituindo-se em pauta da agenda social e midiática brasileira.

O empírico, enquanto *locus* da pesquisa, é constituído pelo Projeto *O Negro e a Educação* da Secretaria de Estado da Educação (SE/RS), pelo *Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul* (CODENE/RS)⁶, juntamente com algumas entidades e grupos do movimento negro gaúcho brasileiro.

Os militantes ganham existência e tornam-se sujeitos, na medida em que são partícipes de uma entidade ou grupo, ao mesmo tempo que as entidades e grupos são e estarão sendo constituídos como sujeitos coletivos, na medida em que dinamizados e processados pelos militantes. Faço um

especificidades anatômicas e, sim, sugere um indivíduo que se constrói em torno de uma história de ancestralidade africana (id. ib., p.140). Opto pelo uso do termo “negro brasileiro”, por estar mais próximo da realidade e por entender que o desafio é de construção de identidades negro-brasileiras, a partir de matrizes ancestrais comuns e não de identidades africanas.

⁶ O Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul ficou conhecido, desde sua criação, como *Conselho do Negro*, porém, ultimamente, ele está sendo muito referido como *CODENE*. Neste trabalho faço uso tanto de *Conselho do Negro*, como de *CODENE/RS*.

exercício de análise indo dos militantes para as entidades e grupos, e vice versa, tendo presente que um não se esgota no outro mas, ao contrário, a ação individual e o processo de ação coletiva se dão pela imbricação, interação, movimentos de ambos, onde os militantes constituem-se, adquirem identidade nas entidades e grupos.

Entendo por movimento negro, partícipe do movimento social, toda ação, organização, articulação e resistência que os africanos e seus descendentes imprimiram em sua *práxis*, desde sua chegada em nosso País, nestes quinhentos anos de história da colonização das terras indígenas. E, enquanto categoria, como uma construção analítica e não como um fenômeno empírico observável. Assim como defino como entidades e grupos que constituem o movimento negro gaúcho-brasileiro aquelas que articulam a cultura negra politicamente e que participam de algum fórum (local, estadual ou nacional) reconhecido em sua *práxis* organizativa e política como movimento social negro.

As entidades e grupos que participaram desta pesquisa, análise e reflexão foram os seguintes: (1) Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, (2) Instituto Cultural Afro-Sul, (3) Movimento Negro Unificado (MNU), (4) Agentes de Pastoral Negros (APNs), (5) Fundação Leopoldo Sédar Senghor, (6) Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE), (7) Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, (8) Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (Griô), (9) União de Negros Pela Igualdade (Unegro), (10) Instituto Brasil-África (IBÁ) e (11) Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul (FAENERS). Foi usado como critério para a escolha destas entidades e grupos a sua trajetória no contexto político da situação do negro e sua atuação e intervenção histórica na sociedade, junto com a área desde onde se organizam, se identificam e atuam como movimento negro na sociedade.

O Projeto *O Negro e a Educação* e o *Conselho do Negro* constituem-se como sujeitos basilares nesta pesquisa, na medida em que este estudo pergunta como esses dois espaços institucionais vêm articulando as demandas provenientes das entidades e grupos do movimento.

Com este entendimento e delineamento, pesquisei e analisei documentos, registros e obras publicadas sobre a *práxis* realizada pelo Projeto *O Negro e a Educação*, CODENE/RS e pelas entidades ou grupos que constituem o movimento negro gaúcho: folhetos, atas, convites, registros de fundação, panfletos, cadernos e os livros como *Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude*, onde a maioria dos autores fazia parte da Comissão do Projeto *O Negro e a Educação* e *Na Própria Pele*, onde todos os autores são militantes do movimento negro.

Também foram realizadas entrevistas com militantes das entidades e grupos do movimento negro: aqueles indivíduos que possuem uma trajetória de aprendizagem e atuação em suas organizações e, ao mesmo tempo, contribuíram na organização, processo e atuação das mesmas na sociedade e, mais especificamente, na educação. Com entrevistas semi-estruturadas, foi priorizado e destacado: (a) os aspectos cognitivos – o que a pessoas tem aprendido; (b) as relações de decisões – como são tomadas as decisões e qual a influência dos entrevistados nestas; (c) as questões emocionais – quais os afetos e sentimentos que a pessoa vivenciou e vivencia; (d) como os sujeitos viveram e onde se situam no processo de desenvolvimento da constituição da identidade negra. Sendo que esse último critério de realização das entrevistas, teve presente os estágios de submissão, de impacto, de militância e de articulação (Ferreira, 2000, p. 69)⁷, que estão presentes nesta dissertação como parâmetro analítico e não como chave classificatória.

⁷ Estes estágios são abordados no capítulo 3 deste trabalho, no item 3.2.

1. O MOVIMENTO DA POLÍTICA

No presente trabalho, adoto o conceito de Dorneles (1990), que entende políticas públicas como a “delimitação dos espaços de possibilidades de interlocução do Estado com o movimento da sociedade”. Isto é, a visão de que o Estado, como regulador da sociedade, cria políticas – conjunto de normatizações, regras, ações, princípios – que se materializam em programas, projetos, leis ou instituições.

Nessa perspectiva o *Projeto O Negro e a Educação*, criado em 1987, e o *Conselho do Negro*, instituído em 1988, constituem-se nos espaços públicos e políticos institucionais estaduais que possuem a tarefa de implementar políticas públicas em prol da educação dos negros gaúchos. Ambos surgem no contexto da organização, presença e atuação do movimento negro gaúcho que, por sua vez, encontra sentido e inspiração no movimento negro brasileiro.

Por outro lado, os elementos político e ideológicos, que estimularam a organização dos negros brasileiros, em sua fase atual, encontram-se, em especial, nos protestos dos negros norte-americanos, nas décadas de 60 e 70 e na independência das ex-colônias africanas de Angola, Cabo Verde e Moçambique. Foi neste contexto que a expressão *movimento negro* se popularizou, vindo a ser utilizada de modo genérico para expressar todas as formas de protesto negro, individuais ou coletivas, que demonstrassem sentimentos de denúncia e auto-afirmação de uma maneira organizada ou espontânea. Este aspecto político do inconformismo negro brasileiro coincide, no final dos anos 70 e início dos 80, com a articulação de todos os setores do movimento social contra a ditadura militar (Nabarro, 2000, p. 32).

O movimento negro gaúcho, em sintonia e articulado com o movimento negro brasileiro, não só inseriu-se na sua efervescência, mas, sem dúvida, foi pioneiro em várias questões. Já no início da década de 1970 os grupos

Palmares e *Tição*, com seus iniciadores e participantes, em Porto Alegre, marcaram, inauguraram e contribuíram muito para a fase atual do movimento negro, em nível regional e nacional.

O *Grupo Palmares* representa o início da fase contemporânea do movimento negro no Rio Grande do Sul. A partir de várias conversas na rua da Praia, surgiu em 20 de junho de 1971, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre com a contribuição imprescindível de Jorge Santos, um dos maiores contestadores do 13 de maio como data comemorativa⁸. Foi escolhido o nome *Palmares* em homenagem ao Estado Negro Livre do século XVII, que é reconhecido como momento maior na história do negro brasileiro (Silveira, 1998, p. 51). Foi o *Grupo Palmares* que realizou o primeiro ato evocativo do 20 de novembro, em 1971 e, juntamente com outros eventos realizados a cada ano, continuou enfatizando e divulgando esta data. Assim, esta prática de comemoração do 20 de novembro foi pouco a pouco sendo adotada no centro do País, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro⁹.

O *Grupo Tição*, fundado em Porto Alegre, em 1977, tornou-se um marco da imprensa negra gaúcha, sendo responsável por duas edições da revista e uma edição do jornal que possuem o mesmo nome do grupo. Composto por jornalistas negros, militantes políticos e egressos do *Grupo Palmares*, funcionou até 1981. Desempenhou um papel importante, em especial, por ter se constituído num espaço de reflexão e discussão política na ótica da “esquerda”, propiciando o desencadeamento da formação de líderes com uma visão que ultrapassa a visão conservadora, permitida pela padronização da submissão racial da época (Nabarro, 2000, p. 33).

Até a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio Grande do Sul, em 1979, através do *Grupo Palmares*, as entidades e grupos do movimento negro gaúcho existentes eram de natureza cultural e,

⁸ Conforme Ribeiro (47 anos, CECUNE, 17 dez. 2001), O Grupo Palmares surgiu dentro do Floresta Aurora.

⁹ Os iniciadores do *Grupo Palmares* foram: Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Fizeram parte deste grupo: Anita Deocádia, Prestes Abad, Nara Helena Medeiros Soares, Helena Vitória dos Santos Machado, Marisa Souza da Silva, Antônia e Marli Carolino, Gilberto Alves Ramos, Maria Conceição Lopes Fontoura, Margarida Martiniano, Irene F. Santos, Leni Souza, Otacílio R. dos Santos, Rui R. Moraes, Vera Deisy Barcelos, Ceres Santos, Hilton Machado.

fundamentalmente desempenhavam o papel de manutenção e resistência da cultura negra: entidades carnavalescas, Clubes Recreativos e o próprio Grupo Palmares. Com a chegada do MNU, começa a delinear-se explicitamente dois tipos de correntes ou características fundamentais das entidades e grupos do movimento negro gaúcho: uma mais cultural e outra mais política (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 17 dez. 2001).

Esse processo de delineamento ou redefinição ou ainda de surgimento, a partir das características culturais e política, teve seu ápice no retorno da delegação gaúcha do II Congresso Nacional do MNU, que realizou-se em Minas Gerais, em 1981. Após este evento, acontece uma cisão entre os culturalistas e os que enfatizavam a questão política: os primeiros permanecem no Grupo Palmares e a corrente mais política ficou no Grupo de Trabalho Lima Barreto do MNU, em Porto Alegre (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 17 dez. 2001).

No final da década de 70, em sintonia com a luta das organizações e movimentos populares, o MNU retoma a luta deixada nos anos trinta pela Frente Negra Brasileira, porém com um projeto político de transformação da sociedade, com estrutura documental, com estatuto, plano de ação e carta de princípios, com o objetivo de construir uma identidade político-ideológica, o que até então o movimento negro brasileiro e gaúcho não possuía.

Na Carta de Princípios fundadora do MNU está presente toda força e abrangência do movimento negro nesta fase atual.

Carta De Princípios¹⁰

Nós membros da população negra brasileira, entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos sinais característicos dessa raça, reunidos em Assembléia Nacional, convencidos da existência de discriminação racial; marginalização racial, política, econômica e social do povo negro; péssimas condições de vida; desemprego; subemprego; discriminação na admissão de empregos e perseguição racial no trabalho; condições subumanas dos presidiários; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica e social da mulher negra; abandono e tratamento desumano dos menores, negros em sua maioria; colonização, descaracterização de nossa cultura; mito da democracia racial.

Resolvemos juntar nossas forças e lutar pela defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, social e cultural

¹⁰ Extraída da Revista Tição, n.2, ano II, agosto de 1979, do site nossanegritude, 2001, p.3.

através da conquista de: maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação do papel do negro na História do Brasil; valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro ...

E considerando que: nossa luta deve ser dirigida por nós, queremos uma nova sociedade onde todos participem realmente; como não estamos isolados do restante da sociedade ...

Nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise à real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais e com a luta internacional contra o racismo.

Na fase atual do movimento negro gaúcho surgem a maioria das principais entidades e grupos, vindo ratificar esse clima de expansão, embates e conquistas, sendo significativo o deslocamento da luta negra para o interior dos partidos políticos, na década de 1980¹¹. O que contribuiu para a variedade, especificidade e complexidade do universo de composição e atuação das entidades e grupos do movimento negro gaúcho.

“O deslocamento da luta negra para o interior dos partidos e a ausência de unidade estratégica quanto às convergências possíveis têm revelado ambigüidades que ainda permanecem. Se a unidade nacional, perseguida pelo Movimento Negro Unificado – MNU, desde a sua fundação, permanece com um ‘vir a ser’, é inegável que mesmo dentro de contradições, o Movimento Negro tem operado resultados positivos, sempre em conjunturas extremamente desfavoráveis” (Nabarro, 2000, p. 35).

Assim como a instituição do *20 de Novembro*, o conjunto do movimento negro gaúcho foi pioneiro também na organização de eventos de grande porte para a discussão da realidade do negro na educação. Foi em Porto Alegre, de 25 a 27 de outubro de 1985, que aconteceu o II Encontro Nacional sobre a Realidade do Negro na Educação, na sede da *Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora*.

Também passou a ser significativa a presença do negro gaúcho em algumas Igrejas, como os Agentes de Pastoral Negros (APNs), vinculados à Igreja Católica. Um dado interessante, no caso dos APNs, é que sua inserção foi tão intensa que, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), chegou a se

¹¹ A descrição do surgimento, objetivo e atuação do universo dessas entidades e grupos é feita no segundo capítulo deste trabalho.

constituir como um serviço específico, assim como começou a marcar presença específica e organizada nos Encontros Intereclesiais de CEBs¹².

Foi neste panorama e movimento que surgiu e se constitui uma proposta político-pedagógica em educação de negros gaúchos, inicialmente, através do projeto *O Negro e a Educação* (1987) e, após um ano, também com o *Conselho do Negro* (1988). Ambos surgem como espaços públicos que possuem a tarefa de pensar, encaminhar e implementar políticas de ação afirmativa, junto ao governo estadual e à comunidade negra gaúcha.

1.1 - Projeto *O Negro e a Educação* – Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul¹³

Na descrição e análise do Projeto *O Negro e a Educação* da Secretaria Estadual da Educação, sigo e tenho presente as gestões estaduais governamentais dos anos de 1987 a 2001, delimitação cronológica deste trabalho. Por um lado, porque em cada gestão este Projeto teve características específicas como, por exemplo, um maior ou menor incentivo presente na liberação ou não de verbas para sua incrementação. E, por outro lado, porque todos os sujeitos entrevistados usam essas diferentes gestões como parâmetro de condições de possibilidade deste durante seu processo. Os governos estaduais foram os seguintes: Pedro Simon (no período de 1987 a 1990) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Alceu de Deus Collares (de 1991 a 1994) do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Antônio Britto (de

¹² À guisa de ilustração, no VIII Encontro Intereclesial de CEBs, realizado na cidade de Santa Maria/RS, em 1992, houve uma grande polêmica porque, no momento de uma grande celebração ecumênica, os organizadores do evento não chamaram os sacerdotes e sacerdotisas das Religiões Afro-Brasileiras e indígenas para o altar. O teólogo Silva, a respeito deste acontecimento comenta: *“O verdadeiro incidente ocorrido naquela ocasião teve como epicentro o fato da não menção e o conseqüente não reconhecimento da presença de figuras religiosas do Candomblé, como também de Pajés indígenas no evento. O deslize cometido pelos anfitriões do VIII Intereclesial provocou reações imediatas, e proporcionou um debate com repercussões nas várias regiões do Brasil que perdura ainda hoje”* (A. A. Silva, 1997, p. 843).

¹³ Juntamente com documentos, livros e artigos foram utilizadas, para a descrição e análise deste Projeto da Secretaria Estadual da Educação, entrevistas realizadas com Vera Regina Santos Trumpho, Marilene Leal Pará e Lúcia Regina Brito Pereira, coordenadoras deste Projeto, em ordem cronológica. A exceção foi feita com Maria Ivete Ennes, segunda Coordenadora deste Projeto que faleceu em 1992.

1995 a 1998) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB);e, Olívio Dutra (a partir de 1999) do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1986, na Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, no Setor Pedagógico, existia uma área específica chamada de *Projeto das Classes Populares*, onde trabalhava-se e pensava-se três questões específicas: índios, meninos e meninas de rua e sem-terra. A professora Vera Regina Santos Triumpho trabalhava neste mesmo setor, como Supervisora Pedagógica e, ao mesmo tempo, estava desencadeando o trabalho dos Agentes de Pastoral Negros no Rio Grande do Sul, surgindo, na Vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, o *Grupo de Danças Afro-Dindara*. O Secretário de Educação daquele mandato, Bernardo Olavo de Souza, ao ver uma apresentação do grupo Dindara, na TV Educativa, achou interessante o trabalho desenvolvido com essas crianças através da dança e chamou Vera Triumpho para conversar, juntamente com a professora Arlete Arruda, Supervisora Pedagógica da época (Triumpho, 56 anos, APNs, 05 abr. 2001).

Assim inicia o Projeto *O Negro e a Educação*, pensado inicialmente como Plano Piloto. Um dos seus objetivos era realizar uma grande atividade por ocasião dos cem anos da Abolição da Escravatura, em 1988. A primeira escola a desenvolver o projeto foi a Escola Paulo da Gama, no bairro Partenon, em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que foi desenvolvido um Seminário Interno de Instrumentalização, dentro da Secretaria de Estado da Educação. Vera Triumpho, inicialmente, trabalhando sozinha, sempre se fazia acompanhar de lideranças do movimento negro, para a incrementação desse projeto nas escolas¹⁴.

Sua realização consistia em palestras e oficinas para funcionários, professores e alunos. O conteúdo das oficinas eram de danças afro-brasileiras, estética negra (trancinhas, cortes de cabelo, pintura em tecido), auto-estima, o negro na literatura infanto-juvenil, cultura e língua africana yorùbá (nagô)¹⁵.

¹⁴ Como membro da Comissão do Negro e a Educação, a partir de 1991, acompanhei a equipe em várias escolas, onde desenvolvia oficinas de Língua e Cultura Africana, a partir de canções tradicionais yorubanas.

¹⁵ Dentre as pessoas que atuaram no início deste projeto, juntamente com Vera Triumpho, estão: Eva Oliveira, de Porto Alegre; Marilene Leal Paré, de Porto Alegre; Terezinha Juraci, de Porto Alegre; Maria Isabel Ornelas Oliveira, Lair Vidal da Silva, de Cachoeira do Sul; Jorge

Após um ano de prática do Projeto Piloto, foi implantado oficialmente, em 1987, *O Projeto O Negro e a Educação* pela Secretaria de Estado da Educação, tendo como centro de ação o aluno negro. Este projeto, juntamente com a edição do documento “*O Escravo, O Liberto. Um Difícil Caminho*”, foram resultados de um Seminário Interno, realizado neste mesmo ano.

Em 1988, motivada pelo Centenário da Abolição da Escravatura, esta Secretaria passou a aprovar iniciativas e programas que visassem a valorização e o resgate da cultura afro-brasileira, desenvolvendo um trabalho cujo objetivo era o de proporcionar à criança negra, especialmente a de periferia, o conhecimento da tradição e cultura negras, proporcionando a elevação de sua auto-estima.

Este projeto ratificou-se num trabalho específico realizado nas escolas da Rede Estadual de Ensino, junto a professores e alunos, com o apoio do movimento negro, vindo a atingir, em 1989, as escolas das seguintes Delegacias de Educação (DE)¹⁶: 1ª DE – Porto Alegre, 4ª DE – Caxias do Sul, 5ª DE - Pelotas, 9ª DE – Cruz Alta , 13ª DE - Bagé, 19ª DE – Santana do Livramento, 28ª DE - Gravataí e 29ª DE - Alegrete . E, em 1990, 8ª DE – Santa Maria, 10ª DE - Uruguaiana, 24ª DE – Cachoeira do Sul e 38ª DE – Taquara.

Nesta etapa de criação do Projeto *O Negro e a Educação*, durante o governo de Pedro Simon (1986 -1990) do PMDB, o trabalho andou porque o governo teve vontade política e liberou verbas para instrumentalizar os professores através da realização de até dez Seminários mensais, nas DEs (Triunfo, 56 anos, APNs, 31 ago. 2001).

No início do governo de Alceu de Deus Collares (1990-1994) do PDT, a professora Neuza Canabarro, Secretária da Educação mudou a estratégia, orientando a Comissão O Negro e a Educação para construir textos e enviar às escolas.

“As pessoas construíam textos e as Delegacias de Ensino engavetavam. Não enviavam para as escolas. Foi no período da Neuza Canabarro que o Projeto começou a fragilizar-se (...). Nós não podemos dizer que vamos implementar políticas na

Euzébio Assumpção, Maria Ivete Ennes, de Porto Alegre; Júlio Quevedo, de Santa Maria; Edi Isaías e Maria de Lourdes Isaías, de Passo Fundo; Nadir Valência da Silva, de Venâncio Aires.

¹⁶ Hoje denominadas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE).

*área da luta anti-racismo sem instrumentalizar os professores”
(Triumpho, 56 anos, APNs, 31 ago. 2001) .*

nesse período assumiu como Coordenadora do Projeto a professora Maria Ivete Ennes, que veio a falecer no ano de 1992, sendo substituída pela professora Marilene Leal Paré, que permaneceu nessa função até 1998.

Porém, diferentemente de Triumpho, Paré (52 anos, SE/RS, 14 jan. 2002) afirma que o Projeto O Negro e a Educação obteve um apoio muito grande durante o governo de Alceu Collares (PDT), colocando, por exemplo, o fato de que este governador não faltou em nenhuma comemoração do 20 de Novembro, realizada nesta Secretaria. Na sua opinião, foi um período muito dinâmico e frutuoso que agilizou e levou este Projeto para todo o estado gaúcho.

Em 1991, a equipe de professores, responsável por este Projeto, elaborou um Plano de Trabalho intitulado “*O Negro nos Currículos Escolares*”, onde previu ações para a gestão de 1991/95, dessa Secretaria. Para a execução desse plano de trabalho foi formada uma equipe de professores da Rede Estadual de Ensino e de especialistas sobre o assunto¹⁷. A introdução do relatório deste Plano de Trabalho diz o seguinte:

“A Secretaria de Educação, correspondendo a preocupação que perpassa, de forma enfática, o Plano de Governo do Estado do RS 91/95, propõe uma política educacional transformadora, que realmente qualifique, pedagogicamente, o ensino estadual. Daí, o incentivo a uma Proposta Pedagógica ligada à cultura afro-brasileira por verificar esta lacuna nos currículos escolares em um País onde 60% da população é de origem africana, com a intenção de reverter conceitos, renovar mitos e reverenciar a cultura afro, que tão sincretamente sinaliza a brasilidade” (Portaria nº 000880 – Ato/SE – 0014 , de 07/02/1991).

Em 07 de fevereiro de 1991, institui-se a Comissão Estadual do Negro e a Educação com a tarefa de operacionalizar, no Estado do Rio Grande do Sul,

¹⁷A equipe de professores é a seguinte, com suas respectivas Delegacias de Educação (DE) e instituições que representavam: Vera Regina Santos Trimpho (presidente) – Departamento Pedagógico - DEPE /SE; Marilene Leal Paré – 1ª DE/SE; Ataídes Rodrigues dos Santos – 10ª DE/SE; Enilda Cruz Martins – 19ª DE/SE; Gitibá Guichard Faustino – 1ª DE/SE; Jorge Euzébio Assumpção – 1ª DE/SE; Maria do Carmo Arraldi Boscatto – 1ª DE/SE ;Maria Isabel Ornellas Oliveira – 28ª DE/SE; Maria Ivete Nunes Ennes – 1ª DE/SE; Marli Leivas – 10ª DE/SE; Roberto dos Santos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Rita de Cássia Salles Campos – 4ª DE/SE; Terezinha Juraci Machado da Silva – 1ª DE/SE; Vera Lúcia Valmerate – 8ª DE/SE; Jacira Reis da Silva – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; Jorge Manoel

ações relativas ao Negro e a Educação, visando a articulação das atividades educacionais atinentes à cultura afro-brasileira e ao resgate da história dos negros na sociedade, buscando a elevação da auto-estima das populações negras e o respeito à pluralidade étnica e cultural (Portaria de nº 01292, de 01 de outubro de 1993)¹⁸. Esta Comissão Estadual viajava para as DEs, onde dava assessoria às escolas da rede estadual através de seminários, palestras e oficinas, além da produção de artigos resultantes das suas discussões temáticas.

Nesta gestão do PDT, cada Delegacia de Educação dispunha de um supervisor responsável pelas atividades ligadas ao *Projeto O Negro e a Educação*, em sua região. Este supervisor participava de treinamentos sistemáticos oferecidos pelo Departamento Pedagógico (DP) da Divisão de Ensino Fundamental (DEF) da Secretaria de Estado da Educação (SE/RS). Esses treinamentos, geralmente semestrais, eram realizados em Porto Alegre, cuja agenda era constituída de palestras, oficinas, relato e troca das experiências vividas nos trabalhos desenvolvidos em sua respectiva Delegacia de Educação. O papel dos supervisores, geralmente chamados de coordenadores ou representantes das DEs, era fazer um levantamento das necessidades das escolas de sua região quanto às questões negras, e

Adão – Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – ESTEF; Júlio Ricardo Quevedo dos Santos – Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁸ Em 07/02/1991, institui-se uma Comissão Estadual do Negro e a Educação, formada pela equipe que foi organizada para a execução do Plano de Trabalho - mencionada no parágrafo anterior -, através da Portaria nº 000881, em 10 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial do dia 12, deste mesmo mês. Assim, a Comissão Estadual passa a ser constituída por: Maria Ivete Nunes Ennes (presidente) – DEPE/SE; Maria do Carmo Arraldi Boscato, de Porto Alegre; Marilene Leal Pará; Ataídes Rodrigues dos Santos; Enilda Cruz Martins; Jorge Euzébio Assumpção; Maria Isabel Ornellas Oliveira; Marli Leivas; Rita de Cássia Salles Campos; Terezinha Juraci Machado da Silva; Vera Lúcia Valmerate; Rosa Maria Farias Brum; Jacira Reis da Silva; Jorge Manoel Adão; Júlio Ricardo Quevedo dos Santos; Roberto dos Santos; Ivony Dargeles Maciel. Integram-se novos membros a esta Comissão, através de uma nova Portaria de nº01292, de 01 de outubro de 93, publicada em 11/10/93. Ficando a Comissão constituída com as seguintes pessoas: Marilene Leal Pará (presidente) – DEPE/SE; Ataídes Rodrigues dos Santos, - Enilda Cruz Martins; Jorge Euzébio Assumpção; Maria Isabel Ornellas Oliveira; Marli Leivas; Rita de Cássia Salles Campos; Terezinha Juraci Machado da Silva; Vera Lúcia Valmerate; Rosa Maria Farias Brum – 7ª DE/SE; Jacira Reis da Sila; Jorge Manoel Adão; Júlio Ricardo Quevedo dos Santos; Roberto dos Santos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Edilson Nabarro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Zenóbia Lúcia de Deus – DDE/SE; Ivony Dargeles Maciel – 24ª DE/SE; Sônia Paim – 28ª DE/SE; Vilma Terres Pedroso – 1ª DE/SE; Maria Silveira Marques – 11ª DE/SE – Osório; Ivanilda da Silva Belegante – 28ª DE/SE.

organizar seminários, palestras e oficinas, que eram realizadas pelos membros da Comissão Estadual. As escolas eram subsidiadas também com pesquisas, cujos textos eram enviados aos professores, em cada escola, de acordo com sua área de conhecimento (pesquisas sobre a trajetória do negro eram enviadas aos professores de história, etc.).

Na gestão do governador Antônio Britto (1995 – 1998) do PMDB, o Projeto *O Negro e a Educação* mudou para *O Negro no Currículo Escolar*, deixando de ser nas DEs uma questão específica para ser tratado juntamente com outras questões como indígenas, assentados, bibliotecários. Isto aconteceu em meio a uma política de recursos humanos que provocou a ida de muitos coordenadores das DEs para as escolas e a diminuição do número de técnicos nas DEs. O número de artigos enviados aos professores foram paulatinamente diminuindo e o trabalho reduziu-se, praticamente, a cartilhas e documentos enviados às escolas (Paré, 52 anos, SE/RS, 14 jan. 2002).

Na gestão do governo atual há, mais uma vez, dois relatos divergentes: por um lado, a penúltima coordenação não só relata, mas mostra os trabalhos desenvolvidos, na gestão anterior; por outro lado, a atual Coordenação do Projeto, que assumiu em janeiro de 1999, relata que, a partir de 1995, não se encontram projetos ou atividades ligados ao Projeto *O Negro e a Educação* ou à Comissão Estadual do Negro e a Educação e que este Projeto, no formato original, praticamente não existe mais.

Esta coordenação, ao assumir, juntamente com esses relatos e avaliação, fez as seguintes propostas: (a) realizar reunião com a Comissão Estadual do Negro e a Educação; (b) avaliar a Proposta “Negro no Currículo Escolar”, até o momento; (c) definir o papel da Comissão Estadual; (d) levar a expectativa do Movimento Negro e demais setores ligados à questão do negro, com vistas à construção de uma proposta da Secretaria de Educação sobre o negro e a educação no Estado; (e) sensibilizar os envolvidos para a discussão e o desencadeamento de propostas relacionadas à Constituinte Escolar; (f) promover a formação de grupo interdisciplinar para o estudo do negro no currículo; (g) formar um grupo na Secretaria de Educação, envolvendo os funcionários dos diversos setores na discussão do negro; (h) reunir

universidades e entidades ligadas à questão do negro para o desenvolvimento de um trabalho conjunto; (i) elaborar e dar continuidade a subprojetos: - de capacitação, atualização e instrumentalização das Delegacias de Ensino¹⁹, envolvendo os sujeitos da comunidade escolar; - de incentivo à produção intelectual nas diferentes áreas, abrangendo a questão do negro no currículo escolar; (j) disponibilizar, nas Delegacias de Ensino, recursos humanos para acompanhamento às ações nas escolas.

Conforme a Coordenadora²⁰, desde 1999, o *Projeto O Negro e a Educação* foi transformado em Núcleo dos Afro-Descendentes²¹. Quanto à Comissão, atualmente ela existe de direito, mas não de fato. Isto é, existe, porque não foi revogada por lei pelo atual governador, Olívio Dutra, do PT. Ela foi convocada apenas uma vez, em março de 1999, para avaliação do projeto. A proposta do atual governo é de que as questões específicas sejam demandadas a partir do processo da Constituinte Escolar.

“Na Secretaria, pela proposta de governo, a idéia é esta: trabalhar a partir da demanda do social. Existe na Constituinte a questão do respeito às diferenças, de olhar para estas diferenças. (...). Na medida em que a gente fosse ouvindo a comunidade escolar, a gente ia vendo as necessidades desta. Demandaria a Constituinte também a questão étnica (Pereira, 44 anos, SE/RS, 28 set. 2000).

Porém, a demanda das questões da comunidade negra não apareceu na Constituinte Escolar. Ela apontou para questões universais e o específico só apareceu a partir de quem se organizou, de quem se articulou, pois o governo atual trabalha com a perspectiva de que existe toda uma estrutura que se

¹⁹ Na atual gestão as Delegacias de Ensino (DE) foram substituídas por Coordenadorias Regionais de Educação, que são as seguintes: 2ª - São Leopoldo, 3ª - Estrela, 4ª - Caxias do Sul, 5ª - Pelotas, 6ª - Santa Cruz do Sul, 7ª - Passo Fundo, 9ª - Cruz Alta, 10ª - Uruguaiana, 11ª - Osório, 12ª - Guaíba, 13ª - Bagé, 14ª - Santo Ângelo, 15ª - Erechim, 16ª - Bento Gonçalves, 17ª - Santa Rosa, 18ª - Rio Grande, 19ª - Santana do Livramento, 20ª - Palmeira das Missões, 21ª - Três Passos, 23ª - Vacaria, 24ª - Cachoeira do Sul, 25ª - Soledade, 27ª - Canoas, 28ª - Gravataí, 32ª - São Luiz Gonzaga, 35ª - São Borja, 36ª - Ijuí, 39ª - Carazinho (Guia da Participação Solidária, 2001, p. 78-79).

²⁰ Lúcia Regina Brito Pereira é a coordenadora do *Núcleo dos Afro-Descendentes* da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, onde também coordena a Comissão de Educação (Brito, 44 anos, SE/RS, 28 de set. 2000).

²¹ O Departamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação divide-se em Divisão de Ensino Infantil e Fundamental e Divisão de Ensino Médio. A proposta da Divisão de Ensino Infantil e Fundamental é que se trabalhe em núcleos: Núcleo da Educação Indígena, Núcleo da Educação das Escolas de Assentamentos, Núcleo da Educação Ambiental, Núcleo das Escolas da FEBEM e Núcleo dos Afro-Descendentes.

chama sociedade organizada, grupos organizados. Os negros possuem demanda, mas, estas demandas não chegaram até a Constituinte Escolar, porque a comunidade negra não consegue, não entende ainda como trabalhar nesta estrutura que demanda, que é a sociedade organizada, segundo a Coordenadora do *Núcleo dos Afro-Descendentes* (Pereira, 44 anos, SE/RS, 28 set. 2000).

Na atual gestão, o *Núcleo dos Afro-Descendentes* (Projeto *O Negro e a Educação*)²² realizou, em 1999: (a) I Palestra sobre Anemia Falciforme, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar sobre os sintomas e tratamento desta doença; (b) um Seminário sobre Os Afro-Descendentes na Educação, com os objetivos de propiciar à comunidade uma atuação crítica e cidadã e resgatar a cultura dos negros brasileiros na formação do processo histórico da sociedade brasileira.

Durante o ano de 2000: (a) II Palestra sobre Anemia Falciforme, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar sobre os sintomas e tratamento desta doença; (b) distribuição da *Cartilha Anemia Falciforme* para as escolas da rede estadual, com o objetivo de divulgar procedimentos e dar conhecimento a estas sobre o tratamento desta doença; (c) distribuição para as escolas da rede estadual da *Cartilha sobre Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Brasileiras*, com o objetivo de subsidiar orientação sobre materiais e locais apropriados para as oferendas; (d) coordenação e apoio ao curso *Educação e Relações Raciais* promovido pelo Grupo Maria Mulher, em prol da formação de educadores das redes estadual e portalegrense e do movimento social; (e) elaboração e colaboração na construção do texto *Comunidade Negra: Valorização e Desenvolvimento* para discussão da realidade da população negro-gaúcha, com o objetivo de subsidiar discussões no CODENE/RS sobre o contexto da comunidade negra e a implementação de políticas públicas; (f) elaboração e edição do *Caderno Pedagógico – Semana da Consciência Negra*, com o objetivo de estimular o estudo da Comunidade

²² Este arrolamento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo dos Afro-Descendentes, conhecido Projeto *O Negro e a Educação*, além de entrevista e documentos, fundamenta-se também num relatório entregue na reunião da Comissão Temática de Educação do *Conselho do Negro*, de 20 de dezembro de 2001, por Lúcia Regina Brito Pereira, que coordena esta

Negra brasileira e gaúcha e demonstrar os vários aspectos da cristalização da discriminação na sociedade brasileira; (g) inclusão do item percentual dos alunos negros no Censo Escolar 2000 da rede estadual na matrícula inicial no Sistema de Informações Educacionais, com o objetivo de qualificar o número de alunos negros a fim de construir políticas que interfiram nos altos índices de evasão e repetência destes alunos; (h) pleiteamento, junto ao Conselho Nacional de Ensino Religioso, para que se incluam as Religiões Afro-Brasileiras no mesmo.

As ações e atividades desenvolvidas em 2001 foram: (a) continuação da distribuição da *Cartilha Anemia Falciforme* para as escolas da rede estadual; (b) participação do *Encontro Estadual da Política da Educação Básica do Ensino Fundamental*, que foi realizado com os objetivos de refletir sobre a caracterização de um currículo comprometido com uma educação libertadora que respeita os diversos sujeitos, identidades e culturas; realizar exercícios de construção da pesquisa e seleção de conhecimento; construção de uma proposta de formação para o Ensino Fundamental; (c) participação no Fórum Mundial de Educação com relato de ações exercidas pela Secretaria da Educação no que se refere à educação de negros; (d) reedição do *Caderno Pedagógico – Semana da Consciência Negra*; (e) elaboração de *Proposta de Educação Básica para as Áreas de Remanescentes de Quilombos* (em andamento), com os objetivos de garantir o acesso à Educação Básica para todos, em especial para os sujeitos historicamente excluídos, e a permanência na escola com aprendizagens significativas, como exigência do desenvolvimento social destas comunidades; atender a demanda das comunidades escolares, articulando as informações e conhecimentos que contribuam no desenvolvimento local e crie uma melhor qualidade de vida; (f) elaboração do *Programa de Resgate Lingüístico de Culturas Regionais do Rio Grande do Sul* (em andamento), com os objetivos de valorizar e resgatar a língua padrão das várias etnias que formam o povo gaúcho e desenvolver ações nas escolas da rede estadual que incentivem o resgate das identidades étnico-culturais do gaúcho através da valorização e qualificação dos sujeitos da

comunidade escolar; (g) promoção do *Encontro de Currículo e Cultura Negra*, com o objetivo de refletir sobre a caracterização de um currículo comprometido com a educação libertadora do Ensino Fundamental respeitando a identidade negra; qualificar os professores para o tratamento das questões referentes à cultura negra em sala de aula; (h) apoio ao *Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira*, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de políticas de projetos de ação afirmativa, destinados às populações discriminadas e historicamente excluídas das instituições de Ensino Superior; promover políticas públicas que reduzam e limitem os efeitos antidemocráticos dos processos de seleção social, presentes no acesso e permanência nos grupos de baixa renda no sistema educacional universitário; apoiar prioritariamente uma pluralidade de projetos institucionais que visem a ampliação das condições de acesso e permanência de negros carentes no Ensino Superior.

Em suma, esta coordenação, desde 1999, iniciou um processo diferenciado da trajetória do Projeto *O Negro e a Educação*, porém declara que o mesmo ainda não se constitui como uma política porque não é uma política de governo. Um dos seus desafios atuais é a articulação com o movimento negro (Pereira, 44 anos, SE/RS, 01 out. 2001).

1.2 Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul – CODENE/RS²³

Como já enfatizado, a década de 70 marcou o início de uma nova fase para os movimentos e organizações sociais populares e para movimento negro brasileiro e gaúcho, principalmente pela presença, articulação, definição e organização do Movimento Negro Unificado (MNU). Motivado pelos novos ares

²³ O CODENE/RS faz parte dos Conselhos Estaduais, Fóruns e Comissões da atual administração, que são: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, Conselho Estadual de Assistência Social, Comissão Tripartite e Partidária de Emprego no RS, Conselho Penitenciário do Estado do RS, Conselho Estadual de Justiça e Segurança, Fórum Permanente e Regionalizado da Política Pública Estadual para as PPDs e PPAHs, Fundação Estadual de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio grande do Sul, Conselho Estadual de

que o MNU trouxe para o contexto gaúcho, já na década de 70, começa a ser pensado e discutido um Conselho de Desenvolvimento e Participação para a Comunidade Negra aqui no Estado. O *Conselho do Negro* gaúcho foi um projeto pensado por várias organizações do movimento negro: pelo Núcleo Negro do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre; pelo Grupo de Trabalho Lima Barreto, pertencente ao MNU; pelo Motiran, grupo negro pertencente ao Partido Democrático Trabalhista; pelo Grupo Palmares; e, pelo Movimento de Atuação do Negro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 02 abr. 2001).

Subsidiado e preparado por este clima da década de 1970, os anos de 1980 marcaram uma nova dimensão da atuação das entidades e grupos do movimento negro: a reivindicação de sua presença em espaços público-políticos. Foi nesta década que começaram a surgir as secretarias, os conselhos municipais, estaduais e federais, voltados para as questões do negro, dentro do poder público instituído. Foram criados, por exemplo: o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, em 1984 (o primeiro do país); a Fundação Cultural Palmares, em 1986. E, neste clima, O Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS).

O CODENE/RS foi criado pelo Decreto 32.813, de 04 de maio de 1988, no governo de Pedro Simon (PMDB), fruto da articulação e organização de um grupo de pessoas do movimento negro, que propuseram a criação de uma instituição vinculada ao Governo Estadual, com a missão de combater o racismo, discriminação e preconceitos sofridos pelos negros gaúchos²⁴. Em sua trajetória, passou por três alterações²⁵. É um órgão vinculado ao Governo do Estado, especificamente à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, através do Departamento de Cidadania, formado por uma diretoria

Educação, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Habitação e Conselho Estadual de Cultura (Guia da Participação Solidária, 2001, p. 70-71).

²⁴ Neste grupo fizeram parte Mauro Paré, Paulo de Tarso da Silva Soares, Maria José Gomes Bonifácio, Geraldina da Silva, Luís Gustavo Paiva de Freitas, Ceres Santos, João Alfredo Martins e Ênio Dias.

²⁵ Através dos decretos de n. 33.271 de 01 de agosto de 1989; de n. 36.299, de 24 de novembro de 1995; e, o de n. 37.943, de 20 de novembro de 1997.

composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Executivo e Tesoureiro.

Para concretizar os objetivos do *Conselho do Negro*, o governo deveria desenvolver ações próprias ou em conjunto com outros segmentos da sociedade civil e outras instâncias do Estado e até do governo federal, através de programas, projetos, estudos, investigação, seminários, intervenções diversas. Sua finalidade é consultar, deliberar, defender, desenvolver, apoiar, propor e atingir uma emancipação legítima e participativa da comunidade negra em todos os âmbitos.

O *Conselho do Negro* é paritário, formado por tantas Secretarias, quantas são as instituições da sociedade civil, cabendo ao Governo do Estado nomear os integrantes das Secretarias. Atualmente, ele é constituído por nove representantes de Secretarias do Governo e nove representantes da sociedade civil²⁶, sendo sua organização e atuação realizada através de comissões temáticas: Comissão Temática de Saúde, Comissão Temática de Cultura, Comissão Temática de Educação, Comissão Temática de Direito e Cidadania, Comissão Temática de Políticas Sociais e Comissão Temática de Articulação e Pesquisa. O ex-presidente Nilo Alberto Feijó lembra que não é fácil conseguir pessoas para comporem, para trabalhar nessas Comissões, mas que o

²⁶ As Secretarias de Estado são as seguintes: Educação, Cultura, Justiça, Trabalho, Casa Civil, Saúde, Minas e Energia, Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Secretaria Estadual de Assuntos Internacionais. Os representantes da sociedade civil (conselheiros), empossados em 20 de fevereiro de 2001, com a presidente Ivonete Carvalho, são os seguintes (nome do titular seguido pelo respectivo suplente e os órgãos que representam): (a) Maria Isabel Santos Fernandes e Juçara Fermino da Costa: Centro Cultural Herdeiros de Palmares e Agentes de Pastoral Negros (APNs), de Cruz Alta; (b) Luiz Henrique Alves Pereira e Mirian Ribeiro de Oliveira: Coletivo Estadual de Combate ao Racismo – CUT/RS e Associação Gaúcha de Doenças Falciforme dos municípios de Santana do Livramento e Alegrete; (c) Ivonete Carvalho e João Antônio Rodrigues Machado: Ewa Dandaras – Grupo de Danças Afro e Cooperativa Popular Afro-Brasileira de Santa Maria; (d) Júlio César Fonseca Carvalho e Maria Rúbia Bispo Hartz: Comissão de Reconstrução do Movimento Negro Unificado (MNU) de Passo Fundo; (e) Juçara de Quadros e Marialda Barcellos Medeiros: Sociedade Recreativa e Cultural Gaúcho e Projeto Odara de Caxias do Sul e Pelotas; (f) Márcio Luiz Rosa de Oliveira e Onir de Araújo: Movimento Negro Unificado (MNU) de Porto Alegre; (g) Luiz Alberto Ferreira Dias e Giovane Lessa: Movimento Negro de Arroio Grande e Cooperativa de Trabalho, Reciclagem e Integração Social do Bairro Getúlio Vargas de Pelotas; (h) José Carlos Almeida Pereira e José Paulo Pedroso Pereira: Centro Afro Reino de Xangô e Grupo Afro Osoriense do município de Osório; (i) Sônia Iara Soares e Carlos Getúlio do Nascimento Gomes: Grupo da União e Consciência Negra (GRUCON) e Conselho Negro de São Gabriel.

Conselho não teria como agir, não teria condições de atuar em todas áreas, se não tivesse as Comissões Temáticas.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho, até o final de 2001 estão: (a) junto com a Coordenadoria Estadual da Mulher, o atual governador, Olívio Dutra (PT), assinou um decreto que estabeleceu políticas para o tratamento de doenças falcêmicas, em dezembro de 1999. Neste mesmo tema, está encaminhando um Seminário Internacional sobre Anemia Falciforme; (b) através da Comissão Temática de Articulação e Pesquisa, foi assinado, em dezembro de 2000, um Protocolo de Intenções com a Fundação Cultural Palmares, para o tratamento da questão dos remanescentes de quilombos no Estado do Rio Grande do Sul; (c) em outubro de 2000, através da Comissão Temática de Educação, faz uma Interferência pedindo à Comunidade Negra que se unifique com reivindicações no 5º Momento da Constituinte Escolar; (d) através da vereadora Helena Bonumá (PT), entrou com um projeto para a instituição nos documentos da Prefeitura de Porto Alegre dos quesitos raça, cor e etnia. O mesmo se reivindicou para a área de educação.

Na pessoa do ex-presidente Nilo Alberto Feijó, o Conselho pensa que o desafio para o movimento negro gaúcho está na união de forças, num trabalho conjunto, levando o Conselho do Negro para o interior, criando Conselhos Municipais ou Regionais, investindo na formação de lideranças negras.

A atual coordenação do *Conselho do Negro*, que assumiu em fevereiro de 2001, com Ivonete Carvalho (primeira mulher a presidir este Conselho), tem como ações e metas: (a) realizar a I Conferência Estadual da Comunidade Negra (b) reestruturar as Comissões Temáticas de Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Geração de Trabalho e Renda, Meio Ambiente e Cosmóvisão Africana; (c) aprovação e regulamentação do Projeto Remanescentes de Quilombos; (d) efetuar a elaboração e conclusão do Regimento Interno do CODENE; (e) implementar o curso de capacitação de Conselheiros do CODENE em políticas sociais e de direitos; (f) organizar e implementar a Semana da Consciência Negra em âmbito estadual; e (g) realizar Encontro Estadual para elaboração do documento oficial para a Conferência Mundial da África do Sul. Os representantes da sociedade civil são

militantes de cidades do interior, que foram eleitos no II Fórum Estadual da Comunidade Negra, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2000.

Juntamente com a prioridade do trabalho com as Comunidades Remanescentes de Quilombos, que já estava sendo desenvolvido na gestão anterior, a atual coordenação priorizou a organização por e com regionais, que são: Regional de Passo Fundo, Regional de Cruz Alta, Regional de Santa Maria, Regional de Santa Cruz do Sul, Regional de Osório, Regional de Santana do Livramento, Regional de Pelotas, Regional de Caxias do Sul e Regional de Porto Alegre²⁷. Em cada uma destas nove Regionais foram realizadas Pré-Conferências que culminou na I Conferência Estadual da Comunidade Negra, no município de Caxias do Sul, nos dias 17 e 18 de novembro de 2001, cujo tema foi *Propondo Políticas Públicas no Combate à Discriminação Racial*, com enfoque na Geração de Trabalho e Renda, na Cosmóvisão Africana, na Saúde, na Segurança, na Educação, na Cultura e na Inclusão Social,

Na Temática da Educação foram elencadas quarenta e nove propostas que abrangem os seguintes aspectos:

- (a) Inserção do Negro no Ensino: promoção de curso pré-vestibular gratuito; que seja incluído, obrigatoriamente, a Semana da Cultura Negra na agenda das Escolas; estabelecer um programa de aquisição de livros didáticos contemporâneos sobre a cultura e religiosidade negra, para serem distribuídos às bibliotecas escolares estaduais e municipais, públicas e privadas, com o acompanhamento da Comunidade Negra; criação de acervos da etnia negra nas instituições de ensino superior; garantia de acesso e permanência na Educação Básica das Escolas Rurais; que sejam respeitados e reconhecidos os mestres, contramestres e professores de capoeira, independentemente da formação acadêmica; elaborar material gráfico e audiovisual sobre a cultura negra para as escolas;

²⁷ Estas Regionais, criadas na gestão atual, foram organizadas a partir de um chamamento que o CODENE/RS fez das entidades municipais nele cadastradas e através das entidades que possuem representação nas Secretarias Estaduais, participantes desta coordenação e da anterior.

- (b) Currículos: garantia de que nos currículos de Educação Básica, de escolas públicas e privadas, estejam contemplados os vários aspectos da história, cultura e presença do negro; incluir no currículo escolar as questões de segurança pública (direitos e deveres dos cidadãos); que a história da África seja obrigatória nos cursos de formação de professores;
- (c) Políticas Públicas, Relações e Fiscalização: ratificar o debate sobre a política de cotas para negros e incrementá-la nos cursos da Universidade Estadual; assegurar uma representação proporcional dos grupos étnico-raciais nas campanhas de comunicação do governo e das entidades ligadas a ele; incluir profissionais negros nas Coordenadorias Regionais de Educação; implementar um programa de educação, cultura e lazer para idosos presentes nos asilos, hospitais e instituições afins; fiscalizar para que a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) contemple a população negra; garantir um canal de comunicação entre a Secretaria da Educação e o Movimento Negro do Estado afim de estabelecer parceria nas ações e metas; fiscalizar a implementação dos Princípios e Diretrizes da Educação Pública estadual definidos na Constituinte Escolar junto às Comunidades Negras; identificar as relações discriminatórias na educação escolar, a partir dos índices de reprovação e evasão de alunos negros; incentivar a implementação de Conselhos Municipais da Comunidade Negra em todos os municípios do Estado; assegurar a presença de educadores negros, indicados pela Comunidade Negra, como membro do Conselho Estadual de Educação, intermediado pelo CODENE; reavaliar e estudar a estrutura organizacional das Casas de Detenção; criar ações de enfrentamento à pobreza da população negra; efetivar consórcios regionais e programas com o objetivo de subsidiar recursos humanos e financeiros para os movimentos negros municipais; garantir junto às Secretarias da Saúde, da Educação, da Habitação e do Trabalho recursos específicos para a população negra; criar bolsa-auxílio para famílias carentes em prol da manutenção dos alunos nas escolas; criação de centros de convivência para os movimentos negros e sociais municipais;

(d) Cultura Negra, Educação Informal e Cursos: apoio à atividades que valorizem a cultura negra; elaboração de programas educativos a serem realizados com outras secretarias de estado, com ampla difusão na TVE; acrescentar o item “raça” (negra, branca, indígena e asiática) nos instrumentos de matrículas e de pesquisa da Secretaria da Educação; criar feiras itinerantes em parceria com a Câmara do Livro, contemplando os livros sobre a cultura negra; promover cursos, seminários, encontros que abordem as relações humanas e o tratamento de igualdade e equidade a todas as etnias; estimular a implementação de programas educacionais como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA, SEJA), Construindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA); apoiar a pesquisa científica em relação ao negro brasileiro; garantir a formação de educadores negros para o MOVA.

Quanto às atividades desenvolvidas pela Comissão Temática de Educação do CODENE pode-se dizer que são as mesmas do Projeto *O Negro e a Educação*, pois, a coordenação de ambos é a mesma. No último capítulo do presente trabalho, essas atividades são analisadas em sintonia com o conjunto do movimento negro e com o crivo das políticas público-gaúchas em educação de negros.

É oportuno ressaltar o fato de que esta coordenação, eleita em 2001, vem dando um novo tom para o *Conselho do Negro*, em especial, pela sua política de descentralização através das Regionais, pelos conselheiros que representam municípios do interior e até pelo fato de a presidente não estar diariamente na sede em porto Alegre.

2. O PARADIGMA NEGRO-BRASILEIRO NO RIO GRANDE DO SUL

A abordagem deste paradigma é feita, em especial, desde a cultura sudanesa²⁸. Esta é uma cultura que centraliza a vida, a relação com o outro, com a natureza e com o Criador, através de seus orixás, cujo fim e plenitude encontra-se no mundo invisível. Entendo que esta cultura continua viva e presente nos negros brasileiros, consciente – cujo local de preservação e símbolo são os templos de religião de matrizes africanas -, e inconscientemente – presente nos negros que, aparentemente, perderam suas raízes, que possuem a cultura europeia como parâmetro, mas que, em seu cotidiano, vivem os seus traços marcantes.

Esse *ethos* cultural constitui o que chamo de paradigma negro-brasileiro, expressão da estrutura de pensamento, que é entendido não de uma forma dura e estática, mas como um movimento que abrange e contém em si todas as particularidades, interações, diferenciações, vivências históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, específicas do negro em África e na diáspora. Enfim, o *paradigma negro-brasileiro* é entendido e elaborado como sendo constituído pelos seguintes aspectos: (a) a afrocentricidade, que traz presente uma vertente identitária de todos os negros, diaspóricos ou não; e, (b) a cosmovisão africana, que engloba toda a tradição religiosa no Brasil, desde a África.

2.1 O *Ethos* Cultural Negro

a) *Cosmovisão*

²⁸ Esse destaque à cultura sudanesa, que abrange hoje as Repúblicas da Nigéria e do Benin, é feito devido ao fato de que ela, mesmo tendo chegado depois da cultura banto, foi a que mais influenciou e marcou a presença do negro no Brasil, em especial na estruturação, fundamentação dos cultos afro-brasileiros.

“Somos homens e mulheres. Somos sambistas, estudantes, babalorixás, educadores, acadêmicos, esportistas e, sobretudo, trabalhadores. Somos gaúchos e brasileiros, negros”
(Assumpção, 1998, p. 6).

Uma cosmovisão é uma interpretação do mundo, de sua realidade global, que pretende dar uma resposta às questões últimas do ser humano, no que diz respeito à sua origem, à sua meta final. Interpretação esta que fundamenta e revela a compreensão de um eu, de um sujeito individual e coletivo. Uma cosmovisão abrange o conjunto de valores, idéias e escolhas práticas, através das quais uma pessoa ou coletividade se firmam, não necessariamente de modo consciente. Comumente, se apresenta mais como uma crença do que como um saber (Rehbein, 1985, p. 21).

As culturas e a cosmovisão africanas chegaram ao Brasil e resistiram às contingências históricas e contextuais através do Culto aos Orixás, o qual fundamenta e estrutura as Religiões Afro-Brasileiras. As principais culturas africanas, vindas para o Brasil desde o século XVI com os africanos traficados para a escravidão, são: a banto, a sudanesa e a sudanesa islamizada²⁹.

A cultura sudanesa islamizada fixou-se na Bahia. Devido a seu isolamento, os negros maometanos (malês) terminaram por desaparecer, após terem deixado traços de sua religião e costumes no Rio de Janeiro, estado onde predominou a cultura banto³⁰. Esse desaparecimento, e o fato de terem vindo em menor número na última fase do tráfico negreiro, reforçou o consenso entre os pesquisadores de que os banto e os nagô constituem os grandes troncos culturais negro-africanos no Brasil. E, conseqüentemente, é de onde provém e se funda a cosmovisão do negro gaúcho e brasileiro.

²⁹ Conforme Graf (1984, p. 9), a distinção entre bantos e minas tem sua razão de ser do ponto de vista histórico e não etnológico. Assim como a distinção entre bantos e sudaneses. Este mesmo autor diz: *“Esta distinção é religiosa visto que os negros sudaneses sofreram ao mesmo tempo, influência do Cristianismo, do Islam e dos escravos retornados do Brasil. Entre os ‘bantos’ não se encontra esta variedade de influências. Certo é que os bantos não são só os povos do Congo, de Angola, de Moçambique e de Quelimane’. Etnologicamente falando, os sudaneses também são bantos”*.

³⁰ A cultura sudanesa islamizada compreende os seguintes grupos: hauçá, do norte da Nigéria; peul (fula), de todo o norte da África Negra, desde o Atlântico até o Tchad (incluindo Guiné Bissau; mandinga (mali), de cima da Serra Leoa; e, tapa (nupe), do norte da Nigéria.

Por sua vez, os banto foram os primeiros a chegar no Brasil. Oriundos principalmente de Angola e do Congo, se instalaram no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão; a moçambique, de Moçambique, se instalou no Rio de Janeiro³¹. A centralidade da cultura banto encontra-se na sacralidade, onde a Religião Tradicional Banto é constitutiva. Para os banto, o mundo é uma criação de Nzambi. O ser humano veio de uma gruta, do seio da terra e Nzambi criou a família num só momento. A família é o centro de todas as coisas. É uma cultura matrilinear, onde a mulher possui um papel central na ordem das coisas sagradas. Assim, vida, família e comunidade estão profundamente imbricados. Para o banto viver é viver em comunidade. Suas festas são marcadamente comunitárias. Quem vive em comunidade não morre, torna-se um ancestral: o banto confunde-se com o defunto. As Irmandades, Confrarias, Quicumbis, Congadas, expressões fortes do catolicismo popular brasileiro, são inculturações banto.

A cultura sudanesa, mais conhecida como nagô no Brasil, se instalou na Bahia³². Para o nagô, Olórun, o Senhor do céu e da terra, criou ao mesmo tempo o homem e a mulher. A mulher e o homem cuidavam e trabalhavam no jardim do Olórun. Para os nagô, os contrários podem se conjugar, não é uma cultura dualista. O divino se manifesta no humano e, por isso, a pessoa é a matéria do sacramento de Deus: a vida possui um lugar central. A preservação da vida, o viver misticamente e o viver cultuando a vida constitui a mística do axé.

Desta forma, o fundamento constante da tradição africana é a vida espiritual, que não se dá num sentido animista. É uma concepção mais profunda, mais ampla e universal, onde todos os seres, junto com a natureza visível, encontram-se ligados ao mundo invisível, o mundo do espírito. Nesta visão espiritual africana da vida, o homem é mais do que a matéria numa vida terrena. Nele encontra-se a presença e eficácia de outro elemento espiritual, que coloca a vida sempre em relação com a vida do além – o mundo invisível.

³¹ A cultura banto (angola, congo, cabinda, benguela), majoritária da África, situa-se no centro-sul africano. Existem aproximadamente 500 povos banto – civilização comum e línguas aparentadas -, que representam um terço da população negro-africana (Altuna, 1985: 17, 19).

Para o nagô, a existência transcorre simultaneamente em dois planos: àiyé e òrun (mundo visível e mundo invisível). O africano acredita que existe entre todas as criaturas uma profunda interação, um elo de forças onde

“filosofia, teologia, política, sociologia, direito agrário, medicina, psicologia, nascimento e morte são compreendidos num sistema lógico tão compacto que, ao tirar-se uma parte qualquer, desmorona-se a estrutura total” (Rehbein, 1985, p. 22).

Existe toda uma simbologia que embasa e dá sentido aos ritos e cultos que constituem grande parte da vida religiosa africana. Toda oferenda, todo sacrifício, os ritos de iniciação e consagração implicam a transmissão, revitalização, restituição do axé, da força vital. Nesta cosmovisão há uma unidade fundamental de todas as coisas. O todo está dentro de cada parte, assim como cada parte está no todo. É uma conjuntura existencial que liga todos os seres e os tornam interdependentes, em todos os níveis do cosmos (Rehbein, 1985, p. 25).

Essa cosmovisão africano-tradicional, presente nas culturas banto e nagô, foi preservada, comunicada, em especial, através dos Cultos e Religiões Afro-Brasileiras. Hoje, no Brasil, existem fundamentalmente três tipos dessas Religiões. A primeira, em ordem histórica, é a que cultua os orixás e, mesmo recebendo nomes diferentes de região para região, tendo algumas especificidades, trata-se do mesmo culto: Batuque ou Nação, no Rio Grande do Sul; Candomblé, na Bahia e centro do País; Xangô de Mina, em Pernambuco. O culto aos orixás é a única religião propriamente africana: seus orixás, rezas e fundamentos, possuem referência só em África.

Em segundo lugar, está a Umbanda, que surge no Brasil no início do século XX, reunindo elementos do cristianismo, pajeísmo, kardecismo e africanismo. A Quimbanda ou Macumba constitui-se no terceiro tipo de religião de matriz africana. Não obstante muitos pesquisadores a colocarem como parte da Umbanda que pratica o mal, atualmente ela está sempre mais sendo

³² A cultura sudanesa é constituída pelos seguintes grupos: yorùbá (nagô), da Nigéria; daomeana (jeje), do Daomei (atual República do Benin); fanti-ashanti (mina), da Costa do Ouro (atual Gana), se instalaram na Bahia. A Nigéria e o Daomei representam o grande reino nagô.

praticada como um culto separado, independente da Umbanda. A Quimbanda ou Macumba cultua os Exus e Pomba-Giras (Exu feminino), classificados como Exus Pagãos pelos umbandistas³³.

A cultura nagô foi a que predominou sobre as demais, impondo sua língua, suas entidades e muitos dos seus rituais. Hoje, todas as Religiões Afro-Brasileiras possuem a mesma estrutura fundamental oriunda do sistema simbólico-religioso nagô, que conservam ainda a designação original do yorùbá (idioma ainda hoje falado na África Ocidental, mais conhecido como nagô no Brasil)³⁴.

Foi com esta cosmovisão que o negro chegou, marcou presença, fez história e influenciou a cultura também no Rio Grande do Sul. Creio ser

³³Existe uma literatura bastante ampla sobre as Religiões Afros no Brasil. Porém, quanto à Quimbanda ou Macumba, aceita pela Academia, restringe-se muitíssimo a professores de Cultura Religiosa. Isto é, a pesquisa sobre a Macumba/Quimbanda vem sendo feita por padres e religiosos cristãos. Temos, por exemplo: Galvão (1993), que escreveu *História das Religiões*; Wilges (1984) com a obra *Cultura Religiosa. As Religiões do Mundo*; Zilles (1997), com *Religiões. Crenças e Crençices*; Gheller (1994), com *Cultura Religiosa. O Sentimento Religioso e Sua Expressão* e Cacciatore, citada no presente trabalho.

³⁴A estrutura e dinâmica dos ritos afro-brasileiros são constituídas pelos seguintes elementos: Axé(Áse), Exú (Ésú), Órum (Órun) e Aiê (Àiyé), I cú (Ikú), Olórum (Olórun) e Ouô (Owo). Axé é a força vital, é a energia que está presente em todo elemento vivo: no corpo humano, no sangue, na flor, no fogo, na planta...., inclusive nos ancestrais (em tudo o que eles viveram, foram em vida). Sem axé a existência ficaria estagnada, sem nenhuma possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital. Exú é o elemento procriado, tudo o que existe possui exú. Ele é a transformação, enquanto axé é a força para a transformação, é o elemento dinâmico, que faz a ligação entre o mundo visível e o mundo invisível. Sem ele não acontece história, é o elemento político, é ele que transporta o axé. Exú, como orixá (òrìṣà: etimologicamente, guardião da cabeça), revela-se como o mais próximo dos seres humanos: nem completamente bom, nem completamente mau. Explicitando a dinamicidade presente no comportamento humano, ele introduz o acaso e a sorte no odu (destino, caminho) humano. Aiê e Orum - o mundo visível e o mundo invisível. O aiê abrange o universo físico concreto e a vida de todos os seres materiais que o habitam: mundo visível. O orum é um mundo paralelo ao mundo físico e existe com todos os elementos deste. No orum encontram-se os orixás, os ancestrais e os duplos (tudo o que existe no aiê possui o seu duplo espiritual no orum). Enfim, o orum, mundo invisível é também tudo o que sentimos ou intuimos. I cú – a morte, passagem do aiê para o orum. Aqui a morte não significa a extinção total ou aniquilamento. Morrer é uma mudança de estado, de plano de existência e de status. I cú deverá devolver à Íyá-Nlá (Grande Mãe), a Terra, a porção de matéria de origem na qual cada indivíduo fora encarnado. Nesta cultura, I cú, a morte, é um símbolo masculino e um dos intermediários de Olórum, assim como os orixás. Olórum é o dono do céu, o Criador, Pai e Senhor de tudo o que existe. Este Deus único é cosmos. A Religião nagô é monoteísta, há um Deus Supremo que criou todas as coisas e preside o destino, caminho do Universo. A sua presença, existência passava despercebida, tanto na África como no Brasil, ao pesquisador porque os crentes quase nunca o nomeavam. Olodumaré (Senhor do Destino Supremo) e Odùdúwa (Recipiente Criador da Existência) são títulos concedidos a Olórun em África. Esta abordagem sobre os elementos estruturadores e dinâmicos dos Ritos Afro-Brasileiros, possuem como referência uma palestra proferida pela antropóloga Helena Teodoro em São

relevante destacar alguns aspectos históricos do negro aqui neste Estado pois, não obstante o desafio de uma historiografia do negro gaúcho ser ainda uma realidade, enfatizo, por um lado, que é como e com este negro que estou desenvolvendo este trabalho. E, por outro lado, é com esta trajetória, características e vicissitudes que o movimento negro gaúcho atual se organiza, pensa, cria estratégias e implementa políticas públicas em educação de negros.

b) Afrocentricidade

A afrocentricidade constitui-se numa perspectiva filosófica e teórica de um sistema particular, cuja espinha dorsal consiste numa hermenêutica e da presença, atuação e pensamento do negro africano e diaspórico como sujeito. Ela traz presente, de antemão, o fato de que é fundamental para a compreensão dos fenômenos africanos – em nosso caso, negro-brasileiro -, a referência à cultura africana clássica e mais documentada (Asante, 1998, p.14), bem como desafia a deixar de lado a tendência a focar o tema da cultura negra apenas como “folclore”, enfatizando as “sobrevivências” africanas³⁵. Portanto, se opõe às teorias que marginalizam o pensamento e experiências dos negros.

As críticas que os teóricos afrocentristas vêm recebendo, fundamentalmente, são que (1) estão numa tentativa desesperada de colocar os negros na origem da civilização, ao demonstrarem as contribuições africanas; (2) são contrários à racionalidade introduzida pelos gregos no pensamento ocidental; (3) trata-se apenas de mais uma experiência estadunidense em terapia de grupo, com pouco ou nenhum valor epistemológico. Estas críticas são feitas pelo fato desta teoria sustentar que o dogma ocidental, que afirma que foram os gregos que criaram o racionalismo,

Paulo, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em 1993 e, em Rehbein (1985).

³⁵ Sundiata, respondendo aos críticos da afrocentricidade se pergunta: “O que os críticos propõem colocar no lugar do afrocentrismo? Entre eles, descobre-se um agrupamento desconexo de acadêmicos que podem ser chamados de ‘folcloristas’. Nos Estados Unidos, assim como em algumas partes da América Latina, estabeleceu-se uma forte tradição de enfatizar as ‘sobrevivências’ africanas” (Sundiata, 1996, p. 50).

marginaliza todos aqueles que não são europeus. Isto é, este dogma, como padrão de abordagem, expressa que nem os africanos e nem os chineses tinham um pensamento racional. Assim, esta visão eurocêntrica tornou-se etnocêntrica, por superestimar a experiência europeia e subestimar todas as demais. Diferentemente do eurocentrismo, esta visão coloca-se como uma perspectiva específica de análise e reflexão que foge de uma abordagem totalitária, em nível de tempo e espaço.

Karenga (1993, p.37-38) usa o termo afrocentricidade no lugar de afrocentrismo para evitar a idéia de que seus objetos sejam equivalentes aos do “eurocentrismo”. Esse autor é um dos defensores da centralidade do paradigma africano na diáspora e exorta seus adeptos a serem autocríticos, isto é, ter presente: (a) que a afrocentricidade é uma orientação e metodologia, e não um dogma de autenticidade; (b) a realidade e valor da diversidade de perspectivas dos Estudos Negros; (c) que o conceito de cultura africana é dinâmico e plural, e não estático, monolítico e irreal; (d) que não devem exagerar no papel do passado africano continental subestimando a relevância que tem o passado e o presente afro-americanos, como elementos basilares e constitutivos da cultura africana e do empreendimento afrocêntrico.

Mais do que o assunto abordado ou a informação a ser considerada, é o problema da localização que adquire relevância na teoria da afrocentericidade. Ou seja,

“Metáforas de localização e deslocamento são as principais ferramentas para a análise de eventos, situações, textos, construções, sonhos e autores vistos como exemplos de várias formas de centralização. Ser centralizado é ser localizado como agente e não como ‘o Outro’” (Asanti, 2000, p. 63).

A afrocentricidade oferece e propõe novas percepções e dimensões para a compreensão do fenômeno, pois constata que os negros africanos e diaspóricos foram colocados à margem das dimensões sociais, políticas, filosóficas e econômicas por quinhentos anos. Por isso é necessário fazer uma hermenêutica destas dimensões da realidade tendo o negro como sujeito e como agente humano, diferentemente de uma moldura europeia que lhe tem visto apenas como objeto.

De outro ponto de vista, a afrocentricidade afirma que os seres humanos estão sempre envoltos numa cultura histórica, não obstante a dinamicidade, movimentos e deslocamentos. A descentralização ocorre quando existe contradição entre a história e a perspectiva, como por exemplo: quando um negro diaspórico escreve sob o ponto de vista dos europeus ou quando um crítico literário não tem presente a centralidade deste e, por isso, não o vê como sujeito; ou ainda, existe uma descentralização numa má orientação psicológica, que faz com que negros se considerem brancos ou os que acham impossível ser negro e ser humano ao mesmo tempo.

A fundamentação teórica do paradigma africano possui sua raiz nos Estados Unidos da América, onde existe uma tradição negro-alternativa desde o século XIX. Na década de 1940, surge uma cosmologia e história alternativas, a partir de grupos religiosos. Nos anos 60, a luta pelos direitos civis e o movimento *Black Power* acirraram a necessidade de ampliação. O movimento *Black Power* (força negra), que influenciou muito o negro brasileiro e gaúcho, representou uma época de renascimento negro cultural. Mobilizou muitos estudantes, na figura de Stockely Carmichael, em torno de debates sobre as estratégias políticas apropriadas para os negros e foi responsável pela eleição dos primeiros prefeitos negros das principais cidades norte-americanas.

Como resultado desse processo e necessidade histórica, a afrocentricidade vem obtendo um amplo crescimento no mundo acadêmico, no final dos anos de 1980 e na década de 1990. Décadas em que estudantes negros estadunidenses, majoritariamente, mas também negros brasileiros e negros caribenhos adotaram uma perspectiva afrocêntrica em suas pesquisas, análises e reflexões.

A afrocentricidade faz um alerta especial para o cuidado que se deve ter na abordagem dos fundamentos míticos da religiosidade trazidos pelos africanos na diáspora, lembrando que, a não ser que estejamos apenas criando teogonias raciais, temos que nos centralizar nos movimentos de homens e mulheres reais. Isto é, juntamente com o fato de que eles carregaram consigo suas lembranças e seus deuses, ter presente que também sofreram

transformações e combinações em consequência de suas viagens. Mesmo o afrocentrismo definindo-se como uma trajetória e movimento cultural, social, político, econômico e pedagógico do negro africano, que nasceu ao sul do deserto de Saara.

Asante e Karenga definem a afrocentricidade como uma qualidade de pensamento e prática enraizada na imagem cultural e nos interesses humanos dos povos africanos. Essa perspectiva de afrocentricidade ou do conhecimento a partir do paradigma africano não se pergunta sobre as idéias e valores africanos, porém, o que é constitutivo desses ideais e valores.

“O afrocentrista procura desvendar e usar códigos, paradigmas, símbolos, motivos, mitos e círculos de discussão que reforçam a centralidade dos ideais e valores africanos como marco de referência válido para a obtenção e o exame dos dados. Tal método parece ir além da história ocidental, no sentido de revalorizar o lugar africano na interpretação dos africanos, quer continentais, quer diaspóricos” (Asante, 1998, p. 6)³⁶.

A existência de uma unidade cultural negro-africana constitui-se num dos aspectos do paradigma africano. Historicamente, a questão da afrocentricidade está ligada à questão da unidade cultural negro-africana, cujo principal teórico é Cheikh Anta Diop (1974), historiador senegalês, que afirma a existência de uma unidade cultural negro-africana a partir do vale do rio Nilo, berço primitivo de todos os povos negros³⁷. Diz esse autor, que não é possível negar essa unidade que se encontra embasada na história e evidenciada nas crenças religiosas e demais manifestações da cultura e civilização negro-africana e na caracteriologia étnica. Mesmo tendo presente as diferenciações e particularidades dos grupos, existe uma vertente comum que reúne a cultura negro-africana numa unidade comunitária (Altuna, 1985, p. 23). Assim, os

³⁶ Conforme o original: “The Afrocentrist seeks to uncover and use codes, paradigms, symbols, motifs, and circles of discussion that reinforce the centrality of Africa ideals and values as a valid frame of reference for acquiring and examining data. Such a method appears to go beyond western history in order to re-value the African place in the interpretation of Africans, continental and diasporan” (Asante, 1998, p. 6).

³⁷ Diop condena a infantilidade de alguns autores negros que pensam o negro como não capaz de ciências e tecnicidade; incita os negros a tomarem consciência de seu passado histórico glorioso, através da civilização do Egito faraônico. “Se o negro na civilização egípcia, da qual é mestre, inventou a matemática, geometria, metalurgia, eletricidade etc., o autor não vê porque defini-lo via “emoção”. A ciência e a racionalidade não são exclusividade do branco. O negro como todas as raças, contribuíram, continuamente, para o seu desenvolvimento” (Munanga, 1986, p. 73).

negros, tendo presente que as diversas regiões ou ciclos culturais são diferentes aspectos de uma só e única cultura, devem assumir seu passado e a sua cultura como unidade conjunta, resultado de todas as manifestações culturais regionais. Para Diop, é necessário entender a cultura como uma manifestação espiritual e global da comunidade negra em todos os seus aspectos estatais, artísticos, lingüísticos, econômicos, filosóficos..., acumulados através de todos os tempos, desde o Egito proto-histórico. Essa unidade cultural fundamenta-se no fato de que a concepção de vida e de mundo possui características semelhantes em todos os povos negros sub-sarianos. É um sistema de fundo negro-africano que estimula um ideal de paz, justiça, bondade e otimismo, que refuta qualquer noção de culpa, pecado original, nas criações religiosas e metafísicas e que resulta numa lógica de solidariedade social, otimismo e uma visão mítico-agrária do mundo.

As organizações sociais e políticas, os comportamentos admitidos, as crenças religiosas, criados pelos africanos, possuem profundas semelhanças³⁸. A base da unidade cultural está na africanidade, que possui seu alicerce nas semelhanças de adaptações e técnicas, exigidas pelas próprias condições físicas e circunstâncias histórico-geográficas similares, resultando nas semelhanças sociais, políticas, econômicas e religiosas. Há uma essência comum africana que visibiliza-se nas danças, nas máscaras, no sentido religioso, no modo de vida, nas formas sociais, no destino de seus povos, nas fábulas, nos contos, lendas e mitos. Esta unidade cultural não é uniformidade. Ela se faz presente nos traços básicos do pensamento, na concepção espiritual do mundo e da vida, na vivência de um humanismo que fecunda as instituições sociais e políticas. Conseguindo-se captar estes denominadores comuns essenciais, pode-se compreender a cultura negro-africana (Altuna, 1985, p.32).

Os defensores desta teoria constatarem que, atualmente, mesmo sendo pouco divulgada pelos críticos, está sempre mais representando uma ameaça política e ideológica. Onde a afrocentricidade começa a se fazer presente na educação, há redes e conferências afrocentristas que estão suplantando os

³⁸ A experiência existencial do caçador na selva, do arroteador das clareiras, do lavrador da savana, do pescador dos rios, do pastor no planalto, é muito semelhante porque todos

estudos africanos tradicionais e as universidades americanas estão contratando africanos e negros norte-americanos para esta questão³⁹. O que também podemos perceber aqui no Brasil, mesmo com níveis históricos, processuais e conjunturais bem diferenciados.

2.2 Identidade Negro-Brasileira

No capítulo anterior abordo o movimento de luta e solidariedade em prol da liberdade, que os africanos e seus descendentes desencadearam desde a rota da escravidão e nos navios negreiros. Movimento este que embasou-se e sustentou-se nos elementos constitutivos do paradigma negro-brasileiro e que redundou nas organizações do movimento negro gaúcho e brasileiro, concretizado em suas entidades e grupos.

Tendo a educação como uma de suas preocupações centrais, o movimento negro gaúcho, em sintonia e atento ao movimento negro brasileiro, vem também centrando suas forças na vivência e construção de uma identidade própria, da negritude, que desemboca por um lado, na concretização das ações negro-educativas; e, por outro lado, na criação de espaços específicos para a implementação de políticas públicas anti-racistas que, na presente reflexão, está centrada nas políticas públicas em educação de negros, seja através de uma postura reivindicativa, seja através de estratégias, seja através da ação de militantes com acesso ou influência no espaço onde estas políticas são pensadas e encaminhadas.

Este paradigma negro-brasileiro, com seus elementos constituintes, é a fonte desde onde afirma-se a existência de uma identidade negra no universo

experimentaram a resistência da natureza, a escassez do necessário à vida e a incerteza do futuro” (Altuna, 1985, p. 30).

³⁹ A afrocentricidade está disseminada em escolas primárias de Atlanta, de Washington e Detroit, sendo que o maior programa afrocentrista estadunidense está na Temple University, Filadélfia, que possui mais de duzentos estudantes sob a orientação de Asante. Quanto à contratação de professores universitários africanos e afro-americanos, em detrimentos dos brancos, foi uma reclamação feita pela Associação de Estudos Africanos, um grupo de maioria não-negra, que tinha como “tradição”, a tarefa do ensino universitário relacionado à África (Sundiata, 1996, p.51-52).

individual e coletivo do movimento negro no Brasil, carrega consigo uma série de conceitos, contextos e entendimentos que estão intimamente ligados à da raça e etnia. Por isso inicio este capítulo com uma explicitação do uso e definição da ótica em que emprego estes conceitos em nosso contexto. Pois, é desde a realidade empírica e analítica, sob a ótica da práxis do movimento negro, que analiso e reflito a questão das ações e das políticas público-gaúchas em educação de negro.

a) Raça

Desde uma trajetória histórica, o contexto e uso do termo raça foi ganhando vários entendimentos: como designação, como linhagem, como tipo, como subespécies, como *status*, como classe, como uma construção social⁴⁰. Porém, o conceito de “raça” como classificação humana é relativamente recente. Seu emprego é do início do século XVI, em grande parte das línguas européias, para designar grupo ou categorias⁴¹ de pessoas vinculadas a uma origem comum. Este conceito, entra na língua inglesa, em 1508, através de William Dunbar Scotsman, em seu poema *The Dance of the Sevin Deidly Sins*, colocando-o entre as coisas que seguem o pecado da inveja (Banton, 1998, p.17).

Desde então, o termo passou a ser usado, fundamentalmente, para referir-se a características comuns apresentadas em virtude de uma mesma ascendência, até o início do século XIX⁴². Porém, o termo raça continua sendo usado, na literatura, para designar os descendentes de uma mesma figura ancestral ou como sinônimo de nação. Assim como, independente do cientificamente correto, as pessoas continuam a usar este termo diante das

⁴⁰ Banton, autor necessariamente consultado no estudo e análise das questões de “raça”, em sua obra *Racial Theories*, (1998), faz essa classificação – race as designation, race as lineage, race as type, race as subspecies, race as status, race as class, race as social construct -, bem como uma análise dessa classificação.

⁴¹ Banton (1998, p.196-197), afirma e explicita-nos a diferença entre grupo e categoria: um grupo se define pelas relações entre seus membros, onde as pessoas estão conscientes de seu pertencimento e se identificam com o grupo numa variedade de graus, enquanto que, numa categoria, as pessoas não necessariamente se constituem num grupo.

⁴² Neste interim, pouco se usou o termo raça com menos rigidez. A exceção deu-se, por exemplo, com John Bunyan, em 1678, e com Robert Burns, em 1778: o primeiro, escreve

diversidades físicas. Ou seja, no empírico não se tem presente que a validade da raça como conceito está ligado ao seu emprego numa explicação.

A questão do uso do termo “raça” como significante lembra-nos que este é um termo aberto a várias interpretações e que, por isso, só pode ser interpretado no âmbito do discurso.

“Raça é um significante mutável que significa diferentes coisas, para diferentes pessoas em diferentes lugares na história e desafia as explicações definitivas fora de contextos específicos” (Cashmore, 2000, p.451).

Assim, o uso deste termo põe relevância no discurso e não no conceito e, conseqüentemente a simples menção da palavra raça desafia nossa atenção e entendimento para a compreensão e concepção da diversidade⁴³.

Com as teorias biológicas sobre as raças, que surgem no início do século XIX, o conceito começa a ser usado como tipo, designando diferentes espécies de seres humanos tanto em nível físico quanto em nível de capacidade mental. No contexto de uma visão pré-darwiniana da natureza, acreditava-se que os tipos eram permanentes. Um tipo era entendido como uma forma primitiva ou original que independia de diferenças climáticas ou de ordem física.

Como subespécie, é o sinônimo do termo raça mais usado pela biologia, referindo-se a uma variedade de espécies que desenvolveram características comuns através do isolamento, mas que não perderam a capacidade de procriar e produzir híbridos férteis com outras subespécies da mesma espécie, os antropólogos físicos costumavam falar em raças humanas, onde o esquema mais comum era a tríplice divisão da espécie humana em negróides, mongolóides e caucasóides. O uso do termo raça como sinônimo de espécie geralmente é feito em contraposição à raça como subespécie, como na expressão “raça humana”, que põe em relevo a unidade da espécie humana.

“Sobre os Caminhos e a Raça dos Santos; e, o segundo chama as bruxas de “chefes da raça com cara de lua cheia” (Banton, 1996, p. 447).

⁴³ É pertinente a compreensão e análise de Cashmore (2000, p. 452), com relação à presença do termo raça no discurso: “As críticas ao termo raça e as revelações de sua redundância como construção analítica desestabilizaram e desmembraram a sua compreensão como um critério com sentido nas ciências sociais e biológicas, mas enquanto as conversações contemporâneas continuarem a incluir a palavra, seu potencial persistirá. Isso ocorre porque o

Após a Segunda Guerra Mundial, a Unesco⁴⁴ em três oportunidades (1947, 1951 e 1964), reuniu biólogos, geneticistas e cientistas sociais para avaliar o estado de arte no campo dos estudos sobre “raças” e “relações raciais”. A partir destas reuniões, esta entidade redigiu a “*Declaração a Respeito das Raças*”, publicada em 1950. Na segunda reunião, em 1951, foi redigida a “*Declaração da Natureza da Raça e das Diferenças Raciais*”. Na terceira reunião, em 1964, surgiu “*Proposals on the Biological Aspects of Race*”, onde então surgiu o rechaço ao conceito de “raça”.

Assim, o conceito de raça passa a ser recusado pela Biologia, fundamentalmente por duas razões: a primeira, porque “raça” é um conceito limitado para a classificação de seres humanos, sendo a noção de “população” mais vantajosa; a segunda razão, porque as diferenças genéticas encontradas no interior dos mesmos grupos não são significativamente, e nem estatisticamente, diferentes das de grupos distintos. Em outras palavras, as diferenças entre grupos humanos (fenotípicas, intelectuais, morais, culturais), são, menos diferenças biológicas, e mais decorrentes de construções sócio-culturais e condicionamentos ambientais.

Destaco o fato de que a Unesco na sua Conferência Geral, em 1978, redigiu a *Declaration on Race and Racial Prejudice*, cujo artigo primeiro diz o seguinte:

“Todos os seres humanos pertencem a uma única espécie e descendem de um eixo comum. Eles nascem com a mesma dignidade e os mesmos direitos e todos formam uma parte integral da humanidade. Todos os indivíduos e grupos têm o direito de ser diferentes, de se considerar diferentes e de ser tratados como tais. Contudo, a diversidade de estilos de vida e o direito de ser diferente não podem, sob nenhuma circunstância, servir de pretexto para o preconceito racial” (Banton, 2000, p.551).

O termo raça, como construção social, é muito usado nos países de língua inglesa. Por exemplo, entre os norte-americanos, uma pessoa que tiver

termo ‘raça’ propõe descrever algo, mas inclui simultaneamente a diversidade” (Cashmore, 2000, p. 452).

⁴⁴ A Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco) foi criada em 1946, com sede em Paris. Seu preâmbulo declara o seguinte: “(...) a grande e terrível guerra que terminou há pouco foi possível devido à negação dos princípios democráticos de dignidade, igualdade e respeito mútuo dos homens e à propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças” (Banton, 2000, p. 549).

um oitavo de ascendência africana e sete oitavos de ascendência européia descreve a si mesma e será descrita pelos outros como negra. Aqui, o critério segue uma regra social⁴⁵. Já no sistema de classificação racial sul-africano existem três categorias: o “*african*” ou “*bantou*” (negro); o “*european*” (branco); e, o “*coloured*” (mestiço). Na categoria “*coloured*”, fundamentada na regra norte-americana “*one-drop*”, entra todos “*mixed blood*”. Ou seja, qualquer sinal ou prova de ascendência negra estipula a classificação como “*coloured*”. O único diferencial é que estes constituem uma categoria social a parte dos negros e brancos⁴⁶.

No presente trabalho, emprego o conceito de “raça” como uma construção social, pois entendo que, no convívio social, esta noção é construída, mesmo que, em nosso contexto brasileiro, nós a chamemos de “cor”. Esta percepção de “cor” nada mais é do que falar de “raça”, classificar racialmente. Isto é, só podemos falar de cor e ser classificado num grupo de cor, embasados numa ideologia em que a cor das pessoas adquire significado: as pessoas só possuem cor no interior das ideologias raciais. Conceito “raça” como um grupo de pessoas que, numa determinada sociedade, é definido como diferente de outros grupos em razão de certas diferenças físicas, onde os fenótipos funcionam como uma espécie de matéria-prima física, que estão calcadas socialmente por meio de crenças valores e atitudes.

b) Etnia

Por sua vez, o termo etnia é originário de *ethnikos*, do grego, onde foi utilizado para designar povo ou nação. Contemporaneamente este termo ainda conserva seu sentido básico na medida que refere-se a grupos que têm um determinado grau de consciência e solidariedade, constituído por pessoas conscientes de possuírem origens e interesses comuns. É um termo utilizado

⁴⁵ Nos Estados Unidos existe uma classificação racial dualista ou binária, onde a categoria mestiço, como possuidora de uma identidade própria não existe. Há uma polarização negro-branco, onde todos os negros, independentemente da matiz de pele, são simplesmente considerados “*blacks*”: é a lei de uma gota de sangue - *one-drope rule* (Munanga, 1999c, p. 118).

⁴⁶ “*Coloured*” funciona como uma categoria tampão entre a população definida como “*european*” e a definida como “*african*” ou “*bantou*”, que constitui a maioria da população (Munanga, 1999c, p.118).

para englobar diferentes respostas de vários tipos de grupos. Assim, um grupo étnico, mais do que um simples agrupamento de pessoas ou de um setor da população é

“uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas. Essas experiências são comumente, mas não sempre, de privação; por exemplo, a caricatura de imigrantes e seus descendentes” (Cashmore, 2000, p.196).

De forma sumária, as características, situações, entendimentos da definição e constituição de grupos étnicos são as seguintes, a partir de Cashmore (2000, p.198-202): (a) é um grupo que se reconhece, de alguma forma, distinto; onde as crianças são educadas a aceitar um idioma distinto, uma crença religiosa, uma instituição política que farão parte da bagagem étnica; (b) devido ao questionamento de sucessivas gerações a respeito da validade do grupo, a etnia pode perder sua força; (c) a consciência étnica pode ser avivada com o objetivo de servir a propósitos imediatos, como instrumento para fins explicitamente definidos (é o caso, por exemplo, do movimento *chicano*, onde vários grupos de mexicanos tomaram consciência de sua condição comum⁴⁷); (d) em determinadas situações um forte destaque étnico pode se converter em desvantagem⁴⁸, isto é, enfatizar ou exagerar as diferenças culturais pode induzir à indignação da sociedade mais ampla, mais do que distinguir um grupo no conjunto da população; (e) a constatação de que a força da etnia está no valor subjetivo que ela possui entre os membros do grupo, assim a etnia é tão real quanto os indivíduos desejam que ela seja⁴⁹; (f) o crescimento étnico pode se dar como mecanismo de defesa ou como uma nova construção no interior do grupo; (g) a etnia surge como um fenômeno cultural, mas é uma resposta a condições materiais, ou seja, um grupo étnico não se constitui com um despertar espontâneo de pessoas que repentinamente

⁴⁷ No *movimento chicano*, um dos destaques foi o líder César Chavez (1927-1993), que incitou os trabalhadores agrícolas a criar uma forte união de trabalho embasada na etnia (Cashmore, 2000, p. 199).

⁴⁸ Esta é uma constatação a partir da afirmação de Sandra Wallman, que diz que a etnia pode ser uma absoluta irrelevância ou uma desvantagem incapacitadora (Cashmore, 2000, p. 199).

⁴⁹ Um exemplo típico desta característica da etnia é o *movimento rastafari* (surgiu na Jamaica, em 1930, com o líder Marcus Garvey), cujos vínculos que os mantém unidos funda-se na concepção de uma antiga África, unida e gloriosa. “O fato de que muitas das idéias defendidas pelos *rastas* possam estar equivocadas não enfraquece de modo algum os vínculos étnicos, uma vez que eles os consideram significativos e estruturam sua vida cotidiana em torno desses vínculos” (Cashmore, 2000, p. 200).

resolvem abraçar a necessidade de expressão por intermédio de um grupo, ele é sempre uma reação às condições; (h) o grupo étnico também pode ser impulsionado pela necessidade de ocupar espaços políticos, surgindo assim fortes organizações políticas que defendem e representam os interesses de seus grupos; (i) a etnia nunca está desvinculada dos fatos de classes, embora contemporaneamente ela esteja sempre mais adquirindo relevância na sociedade.

Assim, mesmo que o conceito de etnia seja usado para salientar a identidade de uma pessoa ou grupo a partir da perspectiva cultural, a etnicidade não coincide com o conceito de cultura e de raça, bem como não é também uma simples diferença. Ela tem a ver com uma consciência da diferença nas relações e interações de determinados grupos culturais ou raciais com membros de outros grupos⁵⁰. Nesse sentido, a idéia de etnia tem sido usada como uma base forte para a criação de um grupo inclusivo mesmo que, geralmente, esse grupo seja mais fortemente construído a partir da diversidade social e não apenas na origem étnica, enquanto que a idéia de raça tem sido usada em grande parte, para excluir de privilégios (Banton, 1998, p.199).

Neste trabalho, uso o conceito de “etnia” ao lado do conceito de “raça”, por um lado, porque a diferença entre grupos raciais e grupos étnicos é problemática; e, por outro, porque há um consenso na literatura a respeito de que os conceitos de raça e etnia são constructos sociais, históricos e culturais, onde as diferenças e sua hierarquização encontram-se fundamentadas na relação com o poder de construí-las, de veiculá-las como verdade, de usá-las contra ou a favor das pessoas (Carvalho, 1999, p.85).

Entendo que em nosso contexto gaúcho brasileiro pode ser usado, ao mesmo tempo, os termos raça e etnia e que, não obstante a resistência individual e não politizada (aqueles grupos entidades que, embora trabalhando com questões religiosas ou culturais, não estão articulados politicamente e não são partícipes do movimento negro), os negros constituem também etnia na medida que possuem uma trajetória de organização e resistência.

⁵⁰ Carvalho, 1999, p. 83, a partir da definição de etnia de Sandra Wallman.

Com o uso de raça e etnia, enquanto construção social, estou atento ao modo como este termo é utilizado no Brasil, com destaque ao Rio Grande do Sul, onde o conceito e consciência é bastante forte principalmente entre os descendentes de imigrantes europeus. Por um lado, existe uma forte consciência de pertença ao grupo cultural destes indivíduos (italianos, alemães, poloneses)⁵¹, assim como muitos historiadores dedicam-se a registrar academicamente as tradições e costumes destes grupos étnicos oriundos da Europa; por outro lado, quando a referência é para o negro é comum usar o termo raça tanto em nível acadêmico quanto no empírico. Entre os negros, independentemente da consciência de identidade, que geralmente adquire-se com a participação em grupos ou entidades negras, é muito usual expressões como “*da raça*” como sinônimo de negra ou de raça negra. Desde o empírico percebemos como Banton (2000, p. 448) que “*As pessoas elaboram crenças a respeito da raça, assim como a respeito de nacionalidade, etnia e classe, numa tentativa de cultivar identidades grupais*”.

c) *Racismo*

Entendo que a relevância do uso do conceito de raça ao lado de etnia está na análise do racismo. Isto é, só tem sentido o uso do conceito de raça diante da idéia e realidade do racismo. Assim como entendo que o racismo só pode ser entendido através de uma análise e abordagem da sua formação particular em seu contexto histórico e geográfico diferenciado.

Em nível histórico, a expressão “racismo” foi usada com diferentes significados (Banton, 2000, p.458-463): (a) a maioria dos dicionários e manuais, até o final da década de 1960, o definiam como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças, onde encontra-se a afirmação de que a raça determina a cultura e, por isso, a alegação de superioridade racial; (b) na década de 1960, esta palavra ganha um sentido mais amplo, sendo nela incorporado práticas, atitudes e crenças, passando assim, a designar todos os

⁵¹ Em nível pessoal, convivi de perto, durante 15 anos (1983 a 1998), como membro de uma Ordem Religiosa gaúcha, com descendentes de imigrantes italianos: o orgulho de ser de tal etnia é tão forte, sobretudo nas colônias, que comumente não consideram-se brasileiros e usam a expressão “*brasiliari*” ou “*negri*” a quem por ventura tiver o sobrenome portugueses, independente de sua origem negra, indígena ou propriamente portuguesa.

elementos geradores da discriminação racial e, às vezes, também aqueles que geram as desvantagens raciais⁵²; (c) nas obras acadêmicas podemos encontrar um terceiro uso do termo racismo, referindo-se a todo um complexo criado pela expansão da exploração capitalista no Novo Mundo, que necessitou da mão-de-obra africana, onde foi útil o tratamento dessa mão-de-obra como um bem e, portanto, inferior como pessoa humana.

A dimensão teórica do racismo encontra-se nas doutrinas, cuja elaboração se inicia no final do século XIX e início do século XX, chamadas de racismo científico ou racialismo. Ou seja,

“A observação de que apenas no século XIX a idéia de ‘raça’ passou a significar uma classificação tipológica das espécies humanas (asseverando que as características biológicas determinavam as características culturais e psicológicas) sugeriu a eles que ‘racismo’ seria o nome certo para identificar a doutrina inicialmente desenvolvida em meados do século XIX que alegava ter status científico” (Banton, 2000, p.460).

Assim, o racismo, enquanto conceito, explicitaria as reivindicações e argumentos que asseguram que as características biológicas humanas sinalizam suas características psicológicas e culturais. Alguns autores nomeiam este conjunto de argumentos de racismo científico, outros de tipologia racial.

O racismo, definido como uma ideologia, é argumentado pelo fato dele atribuir uma relação determinista entre um grupo e as características supostas a ele. Isto é, geralmente é tido como característica central do racismo como ideologia a imputação de características negativas reais ou supostas a um determinado grupo.

Nas últimas décadas do século passado começou-se a usar a expressão “racismo do meio ambiente”. Especificamente, este termo teve sua origem na Comissão de Justiça Social norte-americana, num relatório de 1987, quando esta Comissão observou que existe um padrão de “racismo do meio ambiente”, visivelmente presente na localização de depósitos de resíduos tóxicos e incineradores, onde conclui que nas comunidades onde a maior parte da

⁵² “No início de 1983, o Grande Conselho Londrino anunciou planos para ‘eliminar os problemas do racismo e da desvantagem racial na capital’ incluindo a declaração da cidade de Londres como uma ‘Zona Anti-Racista’” (Banton, 2000, p.458).

população era negra ou latina estava situado a grande maioria dos mais amplos e perigosos lixões.

“O termo designa atualmente, em termos gerais, as diversas maneiras pelas quais as minorias são lesadas no que se refere à qualidade do meio ambiente (além de não conseguir se assegurar de renovações), locações pobres, índices de poluição química e sonora elevados, e assim por diante” (Ratcliffe, 2000, p. 463).

Desde o início da década de 90, tem-se observado, em nível de realidade política contemporânea, uma preocupação e aumento do debate público a respeito da imigração e do racismo tanto na Europa ocidental, quanto na oriental. Juntamente como o crescimento de movimentos neofacistas, o racismo tem-se tornado sempre mais uma questão política: (a) na Europa ocidental se destaca a França, a Alemanha, Áustria, Bélgica e Itália; (b) nas sociedades pós-comunistas (Hungria, Romênia, Polônia, República Tcheca e integrantes da antiga União Soviética), surgiram vários movimentos racial-nacionalistas; (c) verdadeiras tentativas de remoção de grupos étnicos e religiosos inteiros, através da “limpeza étnica” e do terror, acompanhou a desintegração da Iugoslávia.

Em nível conjuntural, observa-se que dois fatores são freqüentemente destacados como fulcrais na consolidação do desenvolvimento do racismo, na Europa ocidental. O primeiro, relaciona-se ao argumento de que o desenvolvimento da Europa oriental e da antiga União Soviética espalhou “medo” de uma possível imigração em massa dos povos dos antigos Estados comunistas para países como Alemanha, Itália e Áustria. E, o segundo, é a imigração da África do norte que veio a ser uma questão política chave para a França e outras sociedades.

Com o colapso do comunismo na Europa oriental, surgiu um vácuo político e explicitou-se a derrocada econômica de vários países.

“Nesse contexto, os movimentos extremistas nacionalistas e racistas puderam angariar apoio culpando as minorias, como os ciganos e os judeus, pelos males econômicos e sociais. Nas sociedades multiétnicas como a República Tcheca, Romênia e a antiga Iugoslávia, tais movimentos obtiveram apoio manipulando as fronteiras e as divisões étnicas” (Solomos, 2000, p. 467).

Contemporaneamente, menciona-se também a existência de um “racismo institucional”, referindo-se às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou inclusive de sociedades inteiras. Esta expressão é oriunda dos ativistas negros Stockely Carmichael e Charles V. Hamilton⁵³, que afirmam que o racismo é onipresente e aberto ou subliminarmente, permeia toda a sociedade. De uma forma sucinta, envolve o racismo institucional as seguintes questões: (a) destrói a motivação, fazendo surgir jovens ocupacionalmente obsoletos, destinados à condição de subclasse; (b) é camuflado, pois suas causas específicas não são detectáveis, porém são visíveis seus efeitos e resultados; (c) a força deste tipo de racismo está em se manter as formas racistas que afeta as instituições por muito tempo após as pessoas racistas desaparecerem; (d) não obstante as críticas conceituais, o racismo institucional põe em relevância o papel das ações afirmativas, como forma de erradicar a discriminação racial; (e) este tipo de racismo é muito usual para a análise de como as instituições trabalham embasadas em fatores racistas, embora não admitindo-o e nem mesmo reconhecendo-o (Cashmore, 2000).

Enfim, ainda em nível de definição, existe a questão do racismo invertido ou do “racismo negro”. Recentemente, certas atitudes como expressões de hostilidade, discriminação ou até mesmo indiferença por parte de minorias étnicas, foram lidas como racismo invertido. Porém, a grande diferença é a de que o racismo branco é uma herança do imperialismo, enquanto a versão negra é simplesmente uma reação à experiência do racismo. Concordo com Cashmore (2000, p. 475) quando conclui que

“A reação negra ao racismo branco assume várias formas; aceitar as categorias raciais e articulá-las de modo a imitar o racismo branco é apenas uma delas. Chamar isso de racismo invertido não parece servir às aspirações analíticas. O termo sugere erroneamente que o racismo, nos dias atuais, pode ser estudado por meio da avaliação de crenças, sem a cuidadosa consideração das experiências históricas amplamente diferentes dos grupos envolvidos”.

No empírico, o racismo está presente numa prática política que resulta em discriminações concretas. Todos os racismos são construídos com base

⁵³ Este termo está presente na obra *Black Power: The Politics of Liberation in America*, destes autores.

nas diferenças. Os racistas essencialistas ou universalistas afirmavam e entendiam que estas diferenças eram biológicas. Aqui, havia uma íntima relação entre a Biologia e a inteligência e qualidades psicológicas de um povo. No Brasil, a solução desses teóricos racistas era encontrar uma unidade, seja pela assimilação das culturas das chamadas minorias, seja a partir de uma cultura hegemônica dominante, ou através da miscigenação. Em outros países desencadeia-se um racismo diferencialista: os outros, os diferentes, deveriam viver segregados, apartados. Esta apartação ia do berço ao túmulo porque as diferenças são ameaçadoras. Neste tipo de racismo, não aceita-se a assimilação cultural e muito menos a mestiçagem.

Quanto ao racismo no Brasil, é interessante a sistematização feita por Teodoro (1996, p.96), onde afirma que, neste tema há sempre autoria, ambigüidade, irresponsabilidade e oralidade: (a) autoria, porque envolve sempre raça, mestiçagem, grupo étnico, minorias étnicas, classe social e região/reduto/bolsões e tem presente uma ideologia racial de conotação científica, elaborada pelas elites econômicas, intelectuais, políticas, científicas, artísticas e militares; (b) ambigüidade, porque varia entre culturas, folclores, grupos culturais, cor da pele, fenótipos, *status* e função social: é um comportamento característico, resultado de atitudes, idéias e discursos paradoxais, apoiado pela mídia e praticado nos espaços públicos e privados, envolvendo um agressor e uma vítima; (c) irresponsabilidade, porque é negação dos direitos humanos, está na violência policial, na agressão física comum, na agressão verbal e na agressão visual, sendo traduzida em políticas institucionais e em comportamentos sociais de todos os grupos (inclusive a vítima) contra o grupo objeto da ideologia racista; (d) e, por sua vez, a oralidade põe em descrédito quem se diz vítima do racismo, garantindo a impunidade do agressor, tornando-se o pilar do sistema racista brasileiro: quanto mais alto e quanto mais baixo se está na hierarquia social, com mais facilidade se usa a oralidade, cumprindo assim o objetivo deste sistema racista.

Imbricados nos conceitos e realidade de raça, etnia e racismo, temos o preconceito racial, a discriminação racial ou apartação racial, a segregação que são maneiras de expressar o racismo e correspondem a diferentes graus de

violência. Porém, o preconceito é a forma mais comum e freqüente porque envolve um sentimento ou uma idéia, onde se faz presente uma visão congelada, estereotipada de características individuais ou grupais que correspondem a valores negativos. A discriminação não necessariamente envolve marginalização. A questão é quando, por exemplo, no mercado de trabalho, os processos de seleção, discriminam os negros de forma preconceituosa, sem fazer um discernimento através de provas e testes de habilidades e qualidades profissionais.

A mestiçagem é outro conceito-realidade que faz parte do contexto étnico e racial brasileiro. É apresentada como embranquecimento e constitui-se como mais um dos mecanismos que vão contra a construção de uma identidade brasileira, ao mesmo tempo que constitui-se em mecanismo estratégico que ajuda, em nível individual, na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira. Articulada entre o fim do século XIX e meados do século XX, a mestiçagem, como pensamento brasileiro, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), objetivava a continuação de uma sociedade unirracial e unicultural⁵⁴.

Na pessoa do intelectual e militante negro Abdias do Nascimento, na década de 70, o movimento negro encontra um porta-voz para discordar deste pensamento e propor a construção de uma democracia plurirracial e pluriétnica, onde o mulato pudesse se solidarizar com o negro, em vez de ver suas conquistas drenadas no grupo branco. Estas vozes discordantes afirmam que, embora tida como ponte étnica entre negro e branco, o que conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um *status* social diferente do negro (Munanga, 1999, p. 93).

⁵⁴ Sílvio Romero, Francisco José de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro são alguns dos representantes deste pensamento, onde encontram fundamentos teóricos à ideologia do branqueamento e ao mito da democracia racial – cronologicamente, coincidindo com as doutrinas do racismo. Por sua vez, a ideologia do branqueamento teve sua origem na teoria da superioridade da etnia branca sobre as outras, que teve muita aceitação no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta teoria coloca os loiros do norte europeu como o ideal máximo: foi articulada por Friedrich Ratzel (1844-1904), Gobineau (1816-1922) e outros. No Brasil, um expressivo divulgador foi Oliveira Viana (1883-1951) (CNBB, 1988, p. 22).

Com o descrédito da perspectiva científica do conceito de raça, o eixo desloca-se para a vertente cultural. A centralização da questão no nível cultural, faz surgir uma nova forma de racismo, a xenofobia. As reivindicações pelo respeito das diferenças culturais ou étnicas servem de pretexto para uma reelaboração do discurso racista, em especial, nos países ocidentais – Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica. A entrada de africanos e árabes nesses países não só aumenta a concorrência no mercado de trabalho como coloca a diferença que se constitui numa ameaça à integridade e identidade europeias. Assim, o direito de não se misturar com os imigrantes, em nome do respeito à diferença cultural defendida pelos imigrantes, coloca estas novas formas de racismo diferencialista, que se fundamenta no mesmo discurso anti-racista da diversidade étnica e cultural no mesmo espaço geopolítico, defendido pelo multiculturalismo.

Em nível de justificação e legitimação, o racismo atual é explicitamente diferencialista, porém na prática, no inconsciente coletivo continua arraigado à fonte biológica. É ainda um racismo, especialmente o brasileiro, que possui como referência o fenótipo.

2.3 - Ações Afirmativas

Embora entendendo que, atualmente, as ações afirmativas são a medida *prática* na implementação de políticas públicas negro-educativas, não quero prescindir de sua ambigüidade e de seu carácter polêmico tanto em nível conceitual quanto em nível de realidade. Ao contrário, tenho presente os vários elementos envolvidos.

As ações afirmativas constituem-se num conjunto de ações e orientações de governos (locais, estaduais, federais), com o objetivo de proteger minorias e grupos que tenham sofrido discriminação no passado, cuja tarefa é a prevenção de discriminações, diferentemente das leis antidiscriminatórias, que oferecem possibilidades de recursos a quem sofreu discriminação. As organizações governamentais devem agir de forma positiva,

afirmativa e, se necessário, agressivamente para derrubar todas as barreiras, mesmo as informais e sutis que favoreçam ou viabilizem ações discriminatórias (Roberto, 2001, p. 123).

No Brasil, em nível oficial, o conceito de ações afirmativas foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI)⁵⁵, que certamente será referência aos governos brasileiros para a implementação destas políticas públicas em prol da população negra, que é o seguinte:

“As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado” (S.A. Santos, 2001, p. 42).

As ações afirmativas, como políticas públicas⁵⁶, são recentes na história do anti-racismo, possuindo enfoques variados, de país para país, conforme as orientações ideológicas no poder e a força dos representantes das vítimas. Implantadas há mais de vinte décadas nos Estados Unidos e Reino Unido, elas tem como objetivo oferecer ao grupo algo para compensar as desvantagens sofridas devido à situação de racismo, por isso os termos *equal opportunity policies*, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva, políticas compensatórias ou reparatórias⁵⁷. Estas políticas são implementadas em prol da participação do negro na dinâmica da mobilidade social.

⁵⁵ O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) foi criado em 20 de novembro de 1995 e instalado em 27 de fevereiro de 1996. Tem como objetivo, ao longo do atual governo de Fernando Henrique Cardoso, colocar definitivamente a questão do negro na agenda nacional e, assim, dar à questão racial negro-brasileiro a relevância que lhe tem sido negada historicamente (S. A. Santos, 2001, p. 48).

⁵⁶ Aqui, está presente o sentido anglo-saxônico de políticas públicas (Munanga, 1996), que traz em seu significado um esforço deliberado para interditar as manifestações do racismo e reduzir seu impacto, corrigindo seus efeitos de modo voluntário. *“Isto supõe um programa de ação, baseado em projetos capazes de minimizar e eliminar progressivamente as manifestações racistas nos lugares onde elas se manifestam concretamente, isto é, onde são observáveis e mensuráveis. Uma ação que emana dos poderes públicos e das autoridades políticas, a partir das reivindicações das vítimas, através dos movimentos sociais representativos” (id. ib., p. 90).*

⁵⁷ A idéia de *reparação* foi, nos últimos anos, promovida pelas missões diplomáticas da Nigéria internacionalmente. O que subjaz à noção de reparação é a de compensar, com uma quantia a definir, todos os negros da diáspora que foram historicamente injustiçados (o que já foi

Encontramos exemplos de ações afirmativas: na obrigação dos empregadores em planificar medidas de contratação, de formação e de promoção, beneficiando o segmento racializado; na implantação de cotas favoráveis a estudantes e professores negros, nas universidades; na exigência para que a publicidade e a mídia reservem em seus programas uma certa percentagem à participação de negros.

As políticas públicas não consideram as dimensões étnica, cultural e racial na Europa continental, em particular na França, pois, na visão política francesa, as manifestações racistas afetam cidadãos e indivíduos e não grupos diferenciados por etnia, cultura ou religião. Assim, os critérios sociais são a base da luta contra as desigualdades, que têm por objetivo o estabelecimento de condições de igualdade e de deveres individuais. Esta política não respeita a identidade comunitário-cultural de origem, desconsiderando as realidades identitárias e suas tensões interculturais (Munanga, 1996, p. 92).

Trago presente também as críticas, defensores e detratores destas políticas anti-racistas, onde estão sendo aplicadas. Elas são criticadas, negativamente, por serem ineficazes, sendo que o racismo continuou a crescer, em vez de ser combatido. Ou seja, elas provocaram uma reação de culpabilidade nas populações brancas e uma atitude de fechamento com a estratégia de vitimização, por parte das populações negras.

colocado em prática com as vítimas do holocausto nazista). “A noção de reparação foi, aparentemente, lançada por um componente do movimento negro norte-americano, celebrada em muitas letras da música reggae e nos filmes de Spike Lee (cuja companhia de produção se chama ‘Quarenta acres e uma mula’, o equivalente ao que foi prometido aos ex-escravos nortistas durante a guerra civil americana)” (Roberto, 2001, p. 123). No Brasil, o Movimento de Reparações às Vítimas da Escravidão foi fundado em São Paulo, em 1993 e atualmente encontra-se organizado também no Rio de Janeiro, em Aracajú, em Vitória e em Salvador. Articulado manifestações-relâmpago, esse movimento propõe o aprofundamento reflexivo da impunidade dos autores de violações dos direitos humanos, em especial, as cometidas pelo estado escravagista e seus agentes diretos ou indiretos. Ele exige como reparação, o estabelecimento de políticas compensatórias e uma indenização de 102 mil dólares, pelo Estado, a todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil (d’Adesky, 2001, p.156). O Deputado Federal Paulo Paim (PT) em seu Projeto de Lei n. 62/2000, Artigo 14, afirma que o resgate da cidadania dos descendentes de africanos escravizados no Brasil se fará com providências educacionais, culturais e materiais referidas na presente lei, entre as definições presentes em seus parágrafos consta que: a União pagará, a título de reparação, a cada um dos descendentes de africanos escravizados no Brasil o valor equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais); terão direito a este valor material todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil até a data de publicação da presente lei; caberá aos governos, em todas as esferas, assegurar a presença do negro nas escolas públicas, em todos os níveis; o Governo providenciará políticas compensatórias para os negros descendentes de escravos.

Conforme outros críticos, não há como combater o racismo sem ajudar suas vítimas. E, ajudá-las implica, necessariamente em defini-las a partir de critérios racistas, assim as políticas anti-racistas contribuem para racializar a vida social e política.

Dentro do próprio grupo negro norte-americano existem acusações mútuas. Os grupos radicais, que defendem as políticas públicas, são acusados de justificarem seus empregos, pois vivem diretamente da ação pública. Os negros que conheceram uma forte mobilidade social, segmento da burguesia, acusam os defensores destas políticas de trancarem os negros num estatuto separado, inferior e sem saída. Por sua vez, estes negros bem sucedidos são acusados de traidores da comunidade.

Apesar das várias conquistas obtidas pela comunidade negra norte-americana, através destas políticas, seus detratores dizem que elas ratificaram as desigualdades no seio das minorias concernentes: privilegiam somente alguns que já são favorecidos, deixando a grande maioria afundar-se sempre mais na exclusão e discriminação. O que prova o fato de que a discriminação nos Estados Unidos não diminuiu.

No contexto brasileiro, as políticas de ações afirmativas, desde os anos de 1990, em nível de movimento negro e de pesquisas acadêmicas voltadas às questões do negro, vêm sendo uma das bandeiras mais levantadas para que sejam incrementadas por parte do Estado. É consenso que, embora seja um passo decisivo, não basta apenas constatar que vivemos num país racista e discriminador, com grandes desigualdades sociais e raciais. Estas ações desencadearam um processo de erradicação dessas desigualdades em relação ao negro no Brasil pois, sem enfrentar a questão racial fica difícil falar em democracia. Há necessidade da criação de políticas públicas que ajudem e façam justiça à situação das vítimas de racismo, por isso estas ações devem se dar concretamente lá onde acontece a discriminação.

Munanga (1996, p.93) constatava que as críticas que estas políticas recebem nos Estados Unidos não se aplicam ao Brasil, onde as ações afirmativas não começaram efetivamente, pois historicamente, os governos não incrementaram políticas públicas contra a discriminação racial brasileira. Ou

seja, a erradicação do sistema escravagista (lei de 1888), não foi acompanhada de ações que permitissem ao ex-escravo e seus descendentes ingressar com dignidade no mundo livre: estas ações, se tivessem existido, seriam o início da constituição do que entendemos por políticas públicas em prol dos negros.

Conforme Guimarães (1999, p.166), a discussão sobre políticas públicas brasileiras com o objetivo de beneficiar os negros brasileiros ainda é incipiente, limitando-se aos espaços das entidades do movimento negro e acadêmico, ampliando-se, pouco a pouco, para um público mais diversificado, por iniciativa do governo federal.

Percebo que, não obstante o contexto específico das ações afirmativas aqui no Brasil, ainda em seu início, estas carregam consigo uma ambivalência, enquanto políticas públicas. Isto é, não podem ser simples políticas de igualdade de oportunidades ou de luta anti-racistas, porém não podem também ser apenas política multicultural ou de promoção e defesa das entidades e grupos negros, assim como não podem basear-se exclusivamente nem nos princípios individuais, nem nos princípios coletivos (Munanga, 1996, p. 92).

Na trajetória brasileira dessas políticas públicas, mesmo com todas as críticas contra (desde seu nascedouro norte-americano), acredito que elas possuem a capacidade de trazer mudanças, pois estas, desde meados da década de 70, têm sido a principal alavanca na luta norte-americana contra o racismo e a discriminação racial (Cashmore, 2000, p.16).

Com o mito da democracia racial, pressupunha-se que as relações entre os indivíduos e segmentos étnico-raciais diferentes estivessem em harmonia. Afirmando que vivemos uma democracia, porque somos frutos de uma miscigenação sem barreira e sem preconceito, este mito surge lentamente da idéia de uma dupla mistura: a mestiçagem biológica e cultural entre brancos, negros e índios⁵⁸.

⁵⁸ É consenso que a idéia da existência de uma democracia racial no Brasil teve uma grande contribuição de Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*. *“Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de Casa Grande e Senzala, permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito*

Quanto ao contexto político brasileiro que viabilize ou não ações afirmativas, percebe-se uma pequena transformação de atitude e de tom de voz em algumas personalidades políticas e governamentais, a partir da década de 80. Há uma tímida confissão à respeito da existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil. A partir das eleições de 1982, com a abertura democrática, vários partidos políticos abriram espaços para candidatos negros, porém, não acreditavam na existência do preconceito e discriminação racial. Estavam, na realidade, interessados nos votos dos negros. Os partidos de esquerda, em particular, afirmavam que a questão fundamental era a de classe e, por isso, a solução encontrava-se na transformação total da estrutura de desigualdade arraigada no sistema capitalista. Outros partidos, em particular os de direita, aderiram à ideologia da democracia racial, estando no contingente do eleitorado negro o seu maior interesse. Os partidos políticos que assumiram explicitamente uma posição sobre o preconceito e a discriminação racial brasileira abriram até secretarias especiais do negro em seus governos (Munanga, 1996, p. 87).

Em maio de 1984, o Estado de São Paulo, na pessoa de André Franco Montoro (PMDB), criou O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Pelo texto deste decreto, este governador reconheceu a discriminação racial contra os negros e sua exclusão de vários setores da vida do estado. Em agosto deste mesmo ano, na pessoa de Tancredo Neves (PMDB), pela primeira vez na história do nosso País, um candidato à presidência da República se interessou pelos problemas dos negros. Porém, a primeira vez que o governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas específicas em prol da ascensão de negros foi em julho de 1996, quando o Ministério da Justiça convidou vários pesquisadores, brasileiros e norte-americanos, para um seminário internacional sobre *Multiculturalismo e Racismo*.

No Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, como resultado de festas, discursos, congressos nacionais e internacionais, campanha da fraternidade, manifestações culturais e artísticas, marchas de protesto do

movimento negro, foi criada, oficialmente, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Esta possui a tarefa de tratar da herança cultural negra, desenvolvendo trabalhos específicos para a população negro-brasileira. Especificamente, vem radicalizando o tratamento da discriminação racial, enfatizando-a como crime imprescritível e inafiançável; atuando na criação da figura jurídica dos remanescentes de quilombos; e, abrindo a possibilidade de incrementação de ações reparatórias (Guimarães e Huntley, 2000, p. 28).

O movimento negro contemporâneo, mais do que denúncia e protesto, vem sempre mais exigindo dos governos e poderes públicos instituídos a busca de soluções a serem incrementadas através de programas de ações anti-racista em todo domínio da vida nacional. Realidade esta que ficou explicitada na marcha de Brasília, organizada pelas entidades do movimento negro, em 20 de novembro de 1995.

Foi também neste ano (exatamente no dia 20 de novembro de 1995) que Fernando Henrique Cardoso (PSDB), atual presidente, admitiu publicamente que existe discriminação racial contra os negros, quebrando assim uma tradição secular; e confirmou esta declaração, em 1996, no seminário internacional sobre "Multiculturalismo e Racismo: O papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos"⁵⁹.

Assim como Munanga (1996) traz presente a ambigüidade das ações afirmativas, Guimarães (1999) explicita que a discussão destas significa envolver-se num debate que apresenta duas perspectivas: uma de natureza axiológica e normativa e outra, de natureza histórica e sociológica.

Na primeira perspectiva, a axiológica e normativa, tem-se presente o valor segundo o qual, independentemente da situação do grupo social a que pertence, todo e qualquer indivíduo deve ser tratado a partir de suas capacidades individuais de desempenho e mérito. Na medida em que a discussão abrange mais espaços na literatura, no debate político, a segunda

branca e índia" (Munanga, 1999, p. 79).

⁵⁹ Este seminário, realizado em Brasília, no ano de 1996, foi organizado pelo Departamento de Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (S. A. Santos, 2001, p. 4).

perspectiva, a de natureza histórica e sociológica, passa a ser hegemônica: esta perspectiva realça o modo como as políticas de ações afirmativas vieram ou podem vir a se constituir, bem como os impactos que tiveram ou podem ter sobre a estrutura social.

“Isto é, procura compreender os antecedentes sociais e históricos (sistema de valores, conjunturas políticas, movimentos sociais e ações coletivas) que tornaram ou podem vir a tornar possível a construção de políticas públicas de cunho e de intenção antidiscriminatórias em países plurirraciais ou étnicos de credo democrático” (Guimarães, 1999, p. 151).

No Brasil, até então, os argumentos contrários às ações afirmativas se dão em três direções: (a) para alguns as ações afirmativas ratificam e reconhecem a existência de diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, o que vem contra o credo nacional de que somos um só povo e uma só raça; (b) existem aqueles que vêem nas discriminações positivas uma oposição ao princípio universalista e individualista do mérito⁶⁰; e, (c) para outros não há viabilidade real, na prática, para a implementação dessas políticas no Brasil (Guimarães, 1999, p. 166).

A primeira direção de argumentos contra as ações afirmativas, na realidade expressa uma versão romântica de anti-racismo, que continua se escudando numa visão romântica da sociedade brasileira. Essa visão é bem exemplificada na postura de Rachel de Queiroz⁶¹, que afirma que,

⁶⁰ O “mérito”, termo muito utilizado nas discussões à respeito das ações afirmativas, recebe objeções das duas posições no debate. Isto é, tanto os oponentes quanto os sustentadores destas políticas afirmam que é a sua posição que protege o mérito e a recompensa para indivíduos por comportamento meritório. “*Seus oponentes reivindicam que os beneficiários dos programas de ação afirmativa não ‘fazem jus’ às vantagens recebidas porque são designadas com base no gênero e na cor da pele e não no talento individual. (...) Os defensores da ação afirmativa argumentam que só o talento não define necessariamente o mérito, pois o talento reconhecido em algumas sociedades pode ser adquirido pelo privilégio e não pela aplicação*” (Lukes, 2000, p. 346-347).

⁶¹ Rachel de Queiroz, em 1968, envia uma carta aberta ao então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, através do jornal *Diário de Notícias* de Salvador, onde demonstra sua indignação ao saber que técnicos daquele Ministério afirmavam, através do *Jornal do Brasil*, serem favoráveis a uma lei que “*poderia estabelecer, por exemplo, que certas empresas seriam obrigadas a manter em seus quadros 20% de empregados de cor, outras 15%, outras 10%, conforme o ramo de suas atividades e respectivo percentual de demanda*” (Guimarães, 1999, p. 167). A razão principal da indignação desta escritora é expressada assim: “*Pois na verdade o que não pode, Sr. Ministro, é pactuar com o crime, discutir com a discriminação, reconhecer a existência da discriminação. (...) E eu digo mais: é preferível que continue a haver discriminação encoberta e ilegal, mesmo em larga escala, do que vê-la reconhecida oficialmente pelo governo – já que qualquer regulamentação importaria num reconhecimento*” (id. ib., p. 167).

diferentemente dos Estados Unidos da América⁶² e da África do Sul (países que possuem uma rígida linha de cor), como distinguir no Brasil quem é negro e quem não o é? A grande maioria da população brasileira é constituída de mestiços: somos um País de mestiços. E esses mestiços todos, como seriam enquadrados? Este consenso nacional de que não se pode reconhecer a existência formal da discriminação racial quando ela é denunciada e comprovada, porque não somos brancos, somos todos mestiços, não resiste a um exame mais detalhado, tanto no empírico quanto em nível acadêmico.

Assim como nos Estados Unidos, uma segunda posição de argumentos gira em torno da defesa do ideal de igualdade de tratamento e de aquisição de recursos segundo o mérito, que poderia ser prejudicado por políticas de ação afirmativa. Estes argumentos contrários se fundamentam no fato de que seria inconstitucional e incorreto moralmente essas políticas. Porém, estas discriminações positivas em prol da integração de índios e negros estão em harmonia com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, e também encontram-se asseguradas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos que propõe que, como reconhecimento oficial de políticas de combate à discriminação racial, pelo governo brasileiro, desenvolvimento de ações afirmativas para que negros tenham acesso aos cursos profissionalizantes, a universidades e às áreas de tecnologia de ponta. Ou seja, em terras brasileiras também é possível demonstrar a correção moral e a justiça constitucional de políticas de ação afirmativa.

Por último, a terceira constelação de argumentos contrários às políticas de ação afirmativa é de ordem histórica e empírica. O aspecto histórico lembra que estamos em num contexto marcadamente hierárquico e oposto aos princípios de igualdade, onde os efeitos de uma política de ação afirmativa poderia favorecer mais do que inibir a dimensão hierárquica das relações. Esta posição embasa-se na constatação de que políticas universalistas de erradicação da pobreza facilmente reverteriam as grandes desigualdades raciais brasileiras, pois a maioria dos negros situam-se na faixa de pobreza. Ou

⁶² Os Estados Unidos da América possui uma classificação racial dualista e binária. Ou seja, centraliza-se na questão negro-branco, não existem os mestiços como uma categoria social

seja, proporcionalmente, os negros seriam mais beneficiados que os brancos, com políticas de educação de massa, saneamento básico, habitação popular, emprego e distribuição de terras.

As ações afirmativas também tornam-se antipáticas a alguns setores do movimento negro, que afirmam que estas possuem um caráter individualista e restringe seus benefícios a relativamente poucos, não atingindo o contingente populacional negro mais empobrecido. De um modo geral estas políticas apenas criariam uma “elite negra” e não resolveria a questão do racismo de uma maneira eficaz (Guimarães, 1999, p. 172).

O argumento de ordem empírica gira em torno das seguintes questões: como implementar políticas afirmativas, se não temos uma classificação racial (ou de cor) rígida e bem estabelecida? Quem seriam os beneficiários dessas políticas? Dada a distribuição desigual da população negro-mestiça e indígena no território nacional, como nuançar essas disparidades regionais? (Guimarães, 1999, p. 172).

De um outro ponto de vista, esta questão da implementação de políticas públicas de ações afirmativas brasileiras são abordadas e discutidas a partir da questão legal e cultural. O próprio presidente da República Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao negro, aborda estes dois aspectos. Para este a valorização da população negra brasileira é mais do que um problema burocrático e legal, é um problema cultural, de participação, de cidadania e social (S. A. Santos, 2001, p. 44).

Na questão legal, está presente, em especial, o Artigo 5º da Constituição brasileira, que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Ou seja, caso o governo resolva criar uma legislação, de acordo com o conceito de ação afirmativa, ele estará indo contra este artigo constitucional citado, que é contrário ao critério de seleção pela cor. Sendo assim, o governo terá que travar uma enorme briga com os juristas e legisladores brasileiros para provar a constitucionalidade destas políticas, uma

que possui uma identidade própria, eles são simplesmente considerados *blacks*, através da lei de uma gota de sangue - *one-drop rule* (Munanga, 1999, p. 118).

vez que a cor dos indivíduos será um dos critérios principais na seleção dos candidatos.

O problema cultural encontra-se no fato de que a sociedade brasileira não se sente na obrigação moral de compensar os negros pela discriminação que sofreram no passado e nem pela sofrida no presente. Isto é, mesmo não sendo mais academicamente aceito, o mito da democracia racial é ainda bastante forte na mentalidade da maioria dos brasileiros. Lembremos a pesquisa de Farias (2001) que releva que apenas 12% dos brasileiros admitem ser, eles mesmos, racistas.

Neste universo de questões abordadas e debatidas em torno das políticas públicas de ações afirmativas, destaco que elas fazem parte de políticas universalizadas de melhoria do ensino público – inicial, básico e médio -, de assistência médica e odontológica, em políticas sanitárias ... enfim, numa ampliação da cidadania dos empobrecidos. Ou seja, a política pública em prol de uma ascensão social de populações negras não se resume apenas a um tipo particular e especial de políticas baseadas em cotas a preencher ou metas a cumprir.

O argumento principal em torno de políticas de ação afirmativa em prol dos negros brasileiros deve gerar em torno da seguinte questão: os negros merecem ser incluídos entre os beneficiários destas políticas, pois, na *práxis* política dos países democráticos, onde o Brasil está incluído, é usual abrir exceções para proteger e beneficiar parte de seus cidadãos, não se questionando se com estas há ou não uma diminuição da convicção democrática. Aqui temos, por exemplo, leis que protegem idosos, povos indígenas, deficientes físicos, mulheres, doentes de aids.

No que diz respeito ao argumento de que estas políticas são inviáveis, porque não se pode definir com exatidão quem é negro no Brasil e, conseqüentemente, quem seria incluído lembro com Guimarães (1999), que esta afirmação é falsa:

“não podemos classificar a maioria da população brasileira como ‘negra’, porque não é assim que ela se define e se identifica racialmente. A verdade é que muitos poucos querem ser (ou não podem deixar de ser) negros ou pretos e a estes,

os mais discriminados, são dirigidas as políticas de ação afirmativa” (Id. ib., p. 176).

As políticas públicas através de ações afirmativas constituem-se numa das bandeiras desfraldadas contemporaneamente pelo movimento negro brasileiro e gaúcho. São exceções os militantes, entidades e grupos deste movimento, que são contra a implementação desta modalidade de políticas. Aqui tenho presente que, não obstante as questões ambíguas e paradoxais, elas são estratégias.

3 – A POLÍTICA DO MOVIMENTO

A partir do século XV, o negro africano e seus descendentes iniciam um intenso processo diaspórico, provocado pela instauração do sistema escravagista negro-africano, cujos responsáveis foram os colonizadores europeus, em especial, Portugal, Espanha e Inglaterra. Todos temos, atualmente, cada vez mais consciência e conhecimento do horror que significou este escravismo para os milhões de negros africanos que foram traficados⁶³, bem como dos métodos que os senhores-de-escravos empregaram para mantê-lo por mais de trezentos e cinquenta anos, no caso da escravidão brasileira. Esses métodos consistiam principalmente: na proibição do uso da língua nativa, que era chamada de boçal; na imposição da religião cristã, onde a Igreja Católica viveu de mãos dadas com os senhores-de-escravos⁶⁴; e, na separação dos escravos em nível familiar e étnico

Em contrapartida, não obstante toda artimanha usada pelos escravagistas, o negro resistiu, se organizou, criou estratégias para sobreviver e enfrentar as vicissitudes da escravidão, o que entendo como nascedouro do movimento negro brasileiro. A dimensão cultural vivida e transportada para cá pelos africanos escravizados, permeou todas as dimensões da vivência e sobrevivência do negro: a cosmovisão africana e o entendimento de identidade negra (negritude) em terras brasileiras, presentes na categoria de paradigma negro-brasileiro⁶⁵.

⁶³ Só um em cada três africanos capturados sobreviviam, devido às marchas, à longa viagem e a péssima situação nos navios negreiros. Baseado neste contexto, especialistas calculam que a escravidão negra vitimou cerca de sessenta milhões de pessoas entre os séculos XV e XIX.

⁶⁴ Através da bula *Romanus Pontifex*, o papa Nicolau V, em 1454 autorizou a mercado escravo de negros africanos.

⁶⁵ O uso da categoria paradigma negro-brasileiro, não pretende ser uma idéia de unificação ou universalização mas, ao contrário, possui o entendimento de um movimento circular que aconteceu e acontece, ao mesmo tempo, entre as várias situações que constituem e definem este paradigma. A idéia de circularidade abandona um tipo de explicação linear e desafia a compreender um fenômeno, através de uma explicação em movimento: da parte para o todo e do todo para a parte, simultaneamente (Morin, 1999, p. 182).

3.1 Trajetória e Práxis Educativa do Movimento Negro no Brasil

É fundamental, nos estudos sobre o negro e educação, conhecer a trajetória do movimento negro no Brasil, pois, por um lado, não obstante o valor da própria historicidade, esta trajetória ainda não é suficientemente conhecida; e, por outro lado, as ações educativas e as políticas implementadas em prol dos negros concretizam-se no e a partir do movimento negro. Foi a partir de denúncias, reivindicações, constatações da *práxis* deste movimento que pesquisadores – muitos deles militantes do próprio movimento negro -, começaram a debruçar-se sobre as questões do negro.

Neste trabalho realizo uma subdivisão histórica da trajetória do movimento negro brasileiro, enfocada em três etapas: Movimento Negro Pré-Abolicionista (até 1888); Movimento Negro Pós-Abolicionista (de 1888 até 1969); e Movimento Negro Atual (a partir de 70).

Entendo por movimento negro toda ação, organização, articulação e resistência que os descendentes de africanos imprimiram em sua *práxis*, desde sua chegada em nosso País, nestes quinhentos anos de história da colonização das terras indígenas. A respeito da resistência histórica dos povos negros, um dos aspectos centrais da trajetória do movimento negro, que Munanga (1999b, p. 43) nos lembra é de que o mundo negro vem vivendo, nestes últimos cinco séculos a escravidão, a colonização, o neocolonialismo, a partilha ideológica do bipolarismo da guerra fria, o imperialismo e, ultimamente, a globalização, onde ele não participa como sujeito e sim como objeto periférico. Porém, em nenhum momento de sua história o negro deixou de resistir.

a) Movimento Negro Pré-Abolicionista (até 1888)

Desde a saída forçada em África, no final do século XV e início do século XVI, durante a travessia do Atlântico e antes de chegar às costas

americanas, o negro já havia começado a fazer ouvir seu protesto. A importância da defesa da liberdade para o negro encontra-se suficientemente representada e registrada em documentos: são inúmeros levantes, revoltas, fugas individuais e coletivas organizadas, suicídios, genocídios, abortos voluntários das escravizadas (Munanga, 1999b, p. 44).

No cotidiano do negro do regime escravista, subjaz, pulsa e sustenta-se uma *práxis* educativa informal, cujo cerne é a cosmovisão africana: uma cultura da vida, concretizada e memorada na tradição oral, reforçada no culto aos orixás que, por sua vez, funda, cria, dinamiza, restitui e substitui o axé (força vital).

Essa *práxis* educativa externalizou-se na busca e no encontro de maneiras alternativas de luta e resistência contra sua condição de escravos. Conforme Freitas (1977, p. 91), basicamente existiam três formas em que o escravo buscava libertar-se do cativeiro: a primeira, pela participação dos cultos afro-brasileiros; a segunda, através das Irmandades e Confrarias; e, a terceira, através da organização de Quilombos.

A vivência, a prática e a participação nos cultos afro-brasileiros representou e representa um espaço educativo, por excelência, da cosmovisão, cultura e valores africanos e afro-diaspóricos. Nas comunidades foram radicados costumes, hierarquias, literaturas, arte, mitologia, comportamentos, valores e ações que, mesmo sendo reinterpretados e reelaborados na diáspora, dizem respeito aos diversos reinos e regiões onde vieram. Os descendentes de africanos na diáspora usaram e usam o patrimônio oral de sua linguagem como instrumento de vida e resistência cultural: para eles a palavra confere poder e energia – axé (Santos & Santos, 1993, p. 42).

As Irmandades e Confrarias, juntamente com o culto aos orixás, no passado escravagista, também representaram um espaço de educação do negro, pela tradição oral. Os africanos, proibidos de participarem das organizações dos brancos, procuraram e encontraram-se organizando suas próprias Irmandades e Confrarias expressão de uma reação coletiva e da necessidade de vida comunitária. No seio destas organizações, o negro

encontrou espaço para a vivência de seus valores culturais e religiosos. Estas eram um prolongamento da *práxis* realizada nos cultos africanos, porque enquanto a Igreja aceitava e apoiava este catolicismo negro, desde os tempos de colônia, como uma fase no processo de evangelização e como uma forma de amenizar a escravidão, a Confraria, após os festejos diante das Igrejas à tarde, à noite geralmente prolongava-se no Candomblé (Rehbein, 1985, p. 83).

No aspecto político, era uma das formas de libertação do cativo. Para os negros, a sua importância não residia na religião dos brancos e, sim, na prática de alforria a que estas organizações, no seio da Igreja Católica, se dedicavam, embora menos de 1% dos escravos conseguissem alforriar-se via Irmandade. Porém, na medida em que a escravaria alimentasse a esperança de uma libertação por via pacífica, abstinha-se de revolta ou adesão aos quilombolas. Por isso é que as Irmandades não constituíram uma ameaça ou perigo de segurança do Estado.

Estas expressões do catolicismo negro – Irmandades, Confrarias, Ordens Terceiras, Quicumbis, Maçambiques⁶⁶ -, de certo modo, formou uma subcultura de classe, podendo ser analisada nas perspectivas sociológica e cultural. Na perspectiva sociológica observa-se uma estrutura social dualista – relações entre os brancos e os negros, relações de exploração e de domínio, por um lado, e de resistência e de luta, por outro.

Na perspectiva cultural, realça-se uma definição de valores, normas, relações específicas de um catolicismo negro, fortalecido pelo método jesuíta de catequização, que baseava-se na necessidade de adaptar o dogma à mentalidade. Isto é, para os jesuítas, os negros possuíam mentalidade de crianças e, por isso, era preciso conquistá-los pela música, que tanto gostam; pela dança, sua única distração; pela vaidade e pela valorização de títulos e cargos decorativos.

As funções e realizações religiosas representavam as principais funções e o único meio de união das Irmandades. Estas davam ao negro uma oportunidade de participar e atuar no meio social e religioso, assistência de

⁶⁶ Bastide (1989), contextualiza historicamente e faz uma ampla análise destas expressões do catolicismo popular negro brasileiro.

cerimônias religiosas: missas, procissões de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, promoções de festas da padroeira, saída do terço e sufrágio, festas para São Benedito, o Preto, São Domingos e Santa Bárbara.

Estas e outras atividades fizeram com que a Irmandade representasse um papel importante na integração do negro, sobretudo porque a Confraria constituía-se no único espaço institucional, dentro da legalidade, aberto ao negro, que valorizava-o, dignificava-o. Mais do que receber proteção, auxílio, amparo em seus apuros e necessidades, foi o poder de agir como criatura humana, que levou o negro a se interessar pela Irmandade. Aí o negro teve condições de se reunir aos semelhantes, de dialogar, de poder agir em condições de igualdade com o branco, de enfrentá-lo.

O Quilombo⁶⁷ constituiu-se na terceira forma de resistência, sendo a mais radical. Consistia na organização econômica, social e política, implantada nas profundezas das matas, por escravos que se revoltavam ou simplesmente fugiam. Esta foi a maneira mais característica da resistência ao escravismo: a fuga e a posterior constituição de quilombo.

O Quilombo dos Palmares, constitui-se na expressão máxima da capacidade de organização coletiva dos africanos e seus descendentes e Zumbi, último e grande líder desta República negra, é um símbolo universal de resistência na busca da liberdade.

O clima de fugas, organizações, lutas, vivência da liberdade, deram o tom da *práxis* educativa informal negro-brasileira. Na senzala, desde cedo, as

⁶⁷ Os Quilombos existiram durante todo o período da escravidão negra brasileira. Existiram Quilombos de vários tamanhos: a partir de cinco pessoas, um grupo era considerado Quilombo; existiram alguns com até mais de vinte mil pessoas, como o Quilombo dos Palmares, o mais conhecido; os menores eram simplesmente grupos armados. Os principais Quilombos conhecidos foram: (a) em **Sergipe**: Quilombo de Capela, Itabaiana, Divina Pastora, Itaporanga, Rosário, Engenho Brejo, Laranjeiras, Vila Nova; (b) na **Bahia**: Quilombo do Urubu, Jacuípe, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Campos de Cachoeira, Orobó, Tupim, Andaraí, Xique-xique, Buraco do Tatu, Cachoeira, Nossa Senhora dos Mares, Quilombo do Cabula; (c) em **São Paulo**: Quilombo do Jabaquara, Moji-Guaçu, Atibaia, Santos, Campinas, Piracicaba, Quilombo do Morro de Araranquara, Quilombo da Fazenda Monjolinho; (d) em **Minas Gerais**: Quilombo do Ambrósio, Campo Grande, Bambuí, Andaial, Apucaí, Careca, Morro de Angola, Parnaíba, Ibituruna; (e) no **Maranhão**: Quilombo do Turiaçu, Rio Maracassumé, Quilombo de São benedito do Céu, Rio Turiaçu, Quilombo de Lagoa Amarela ou do Preto Cosme; (f) em **Amapá**: Quilombo de Iapoque-Calçoene e Quilombo Mazagão; (g) no **Pará**: Quilombo de Alencar, Ódidos, Alcobaça, Cametá, Caxiú, Mocajuba, Gurupi e o Quilombo de Anajás (nossanegritude, 2002).

crianças eram preparadas para a concretização do sonho quilombista e, no Quilombo, eram educadas para manter a liberdade conquistada, mesmo a preço de sangue.

A abolição da escravatura não se deu da noite para o dia e, muito menos, foi fruto da benevolência dos senhores-de-escravos ou dos governantes da época. Ao contrário, foi resultado de revoltas, insurreições e de lutas nomeadas como abolicionistas. Na segunda metade do século XIX, grande parte da agenda das lutas sociais foi ocupada pelos movimentos em torno da questão dos escravos. Em 1847, em Ponta de Areia, Rio de Janeiro, aconteceu a Primeira Greve de Escravos-Operários do Brasil com a paralisação de uma indústria metalúrgica, criada pelo Visconde de Mauá, com mais de mil trabalhadores escravos. Em 1871, a Lei do Ventre Livre tornou os filhos de escravos nascidos no Brasil livres (Gohn, 1995, p. 45). Em 1850, foi promulgada a Lei Euzébio de Queirós, abolindo o tráfico negreiro no País, por um lado, devido a pressões internas da Inglaterra, que já se constituía numa grande potência capitalista, interessada na liberação da enorme quantia de capital que era imobilizada pelo comércio de escravos; por outro lado, a situação interna dos escravos com as constantes revoltas, em especial a da Bahia.

Nas lutas abolicionistas brasileiras, contribuíram de uma forma heróica os negros brasileiros José do Patrocínio e Luís Gama: o primeiro, driblando todos os obstáculos, conseguiu desenvolver no Rio de Janeiro, capital do País na época, um extraordinário trabalho jornalístico e batalhas oratórias contra o regime escravagista; o segundo, filho de escrava e pai português, conseguiu estudar e tornar-se um brilhante advogado, comprando a sua liberdade e a de muitos negros.

Essas lutas se generalizaram na década de 1880, tornando-se um verdadeiro movimento social e constituindo-se num dos movimentos mais controversos da história brasileira quanto à sua interpretação. Para alguns analistas, a ênfase está nas pressões externas, em especial, a da Inglaterra. Para outros, os fazendeiros paulistas influíram bastante ao incentivar e

patrocinar a política de imigrações e realizar projetos de colonização, por meio de parcerias e outras formas de trabalho (Gohn, 1995, p. 50).

Momentos fortes da luta contra o regime escravagista, concretizaram-se na Lei do Ventre Livre, de 1871; na taxaçoão do tráfico interprovincial de escravos, em 1880/81; e, na Lei dos Sexagenários.

Como em todos os processos de luta, esta também teve avanços e recuos. Pois a resistência dos fazendeiros senhores-de-escravos, sempre foi muito grande. Existiam Clubes da Lavoura e do Comércio, Associações Comerciais com o objetivo de combater o abolicionismo nos anos 70 do século XIX. Entre os anos de 1884 e 1886, estas entidades chegaram a organizar um Congresso Antiabolicionista, em Pernambuco, cujas conclusões parciais consistiam numa tática para desorganizar politicamente o movimento abolicionista. As elites, ligadas à industrialização incipiente no País, se omitiram das lutas abolicionistas⁶⁸: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1828 e a Associação Industrial, de 1881, estavam voltadas para a reivindicação de privilégios, em especial, no que diz respeito às tarifas e aos fretes.

Com o apoio popular, a campanha abolicionista se espalhou por todo o Brasil, nos anos de 1880, resultando na abolição da escravatura, via projeto legislativo assinado por Dona Isabel, princesa regente, conhecida como Lei Áurea.

Foi no período de transição do Império para a República, com as Lei do Ventre Livre e mais adiante, com a Lei Áurea que surgiu para a elite brasileira a preocupação com a educação dos negros. A educação surge como solução diante da preocupação de manter a ordem social. Até então, não se fala na presença do aluno negro na escola, uma vez que tendo a condição de escravo, era proibido de freqüentá-la. Desta época são as cartas de uma professora que foi para algumas fazendas do Rio de Janeiro e São Paulo, com a missão de lecionar línguas e música. Nas cartas relata que, não obstante a lei de emancipação, de 1871, determinar aos senhores que mandassem ensinar a ler

⁶⁸ Nesta época, a indústria brasileira consistia na produção de tecido para o ensacamento de café e na confecção de roupas para os escravos.

e a escrever todas as crianças, em todo Império não existiam nem dez casas que atendessem essa determinação (Cunha, 1995, p. 75)⁶⁹.

Desta etapa histórica, o que se tem notícia através de documentos é que alguns escravos conseguiram aprender a ler e escrever por iniciativas particulares: (a) Pinto (1987, p.13) relata que, no Maranhão, o Quilombo da Lagoa-Amarela estabeleceu uma escola de ler e escrever; (b) Luccok, citado por Cunha (1995, p. 81), transcreve um anúncio de 1814, da Gazeta do Rio de Janeiro, onde um morador desta cidade oferecia-se como professor para quem desejasse instruir suas filhas e suas escravas; (c) Cunha Jr. (2001), cita o professor negro Pretextado dos Passos da Silva que, em 1853, no Rio de Janeiro funda uma escola para meninos pretos e pardos, que funcionou por mais de vinte anos.

A Constituição de 1824, que vigorou até 1889, declarava que o Ensino Fundamental passava a ser obrigatório para os brasileiros, porém, o Decreto nº 1331, de 1854, e o aviso imperial, de 1864, proibiram o acesso à escola aos portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados. Na província do Rio de Janeiro, em 1837, o presidente Paulino José de Souza sancionou uma lei que proibia de freqüentar as escolas públicas todas as pessoas que padecessem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, ainda que livres ou libertos⁷⁰. O censo de 1872 revelou que, dos 1.509.403 escravos existentes, apenas 1.403 sabiam ler e escrever, menos de um para cada mil (CNBB, 1987, p. 12).

Assim, com exceção de algumas práticas educativas no seio das Irmandades e Confrarias, nos Quilombos e algumas iniciativas educativas individuais, a educação do negro aconteceu na informalidade, através da tradição oral. Esta foi a maneira de transmitir às crianças e jovens negros a cosmovisão, história, dinâmica, realidade e valores negros.

⁶⁹ As cartas dessa professora de origem alemã, cujo nome era Ina Von Bizner, data do período de 1881 a 1884 e foram escritas para uma amiga (Cunha, 1995, p. 76).

⁷⁰ Lei de n. 1, de 04 de janeiro de 1837, artigo 3º, parágrafos 1º e 2º (Cunha, 1995, p.87).

b) Movimento Negro Pós-Abolicionista (1888 - 1969)

Esta etapa foi constituída, num primeiro momento, por grupos que possuíam o ideal de uma ampla integração porém sem muita consciência social. Formalmente e oficialmente, é só após 1888 que o negro teve acesso à educação, o que para o movimento negro tornou-se um dos objetivos centrais de suas lutas e reivindicações. Dois grandes exemplos da centralidade da educação no cotidiano do movimento negro encontra-se na *práxis* da Frente Negra Brasileira (FNB) e do Teatro Experimental do Negro (TEN).

A Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo, em 1931, foi a primeira organização negro-brasileira em nível nacional, com filiados em São Paulo, Santos e ramificações pelo Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi o resultado da convergência de vários movimentos associativos e de uma imprensa negra que se iniciou por volta de 1916. Num primeiro momento, não possuía nenhum conteúdo político-ideológico, apenas, como os jornais associativos dos brancos, anunciava eventos sociais tais como casamentos, aniversários, bailes, servindo também, como espaço para os poucos poetas e literatos publicarem seus trabalhos, por não terem espaço na imprensa mais ampla. No ano de 1936, transformou-se em partido político, extinto no ano seguinte pelo golpe político do Estado Novo, em 1937.

Suas atividades educacionais merecem ser reconhecidas pelo alto grau de abrangência e organização: desenvolveu cursos da música, inglês, educação física e formação social, juntamente com atividades de carpintaria e corte e costura que, na prática, funcionavam, também, como cursos profissionalizantes. Essas associações tiveram muitas dificuldades, e só levaram adiante suas atividades com muitos esforços e colaboração de voluntários (Pinto, 1992, p. 28).

O Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, no Rio de Janeiro, por Abdias do Nascimento, representou também um importante marco do movimento negro brasileiro nessa fase histórica. Sua atuação abrangeu, ao mesmo tempo, as dimensões cultural, artística e social: por um lado, continuava a tradição de protesto e organização do movimento negro; por outro

lado, em vez de procurar integrar, como sua, a bagagem cultural européia, reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade negro-brasileira. Entre as várias atividades culturais e formativas incrementadas, estão congressos, seminários, convenções⁷¹.

Na década de 30, a ênfase era para que o negro se educasse, se instruisse, se escolarizasse. Por isso, a crítica feita às autoridades por não terem se preocupado com a instrução do negro após a abolição. A imprensa negra constituía-se como um veículo educativo, usava uma linguagem direta num tom professoral. Seus artigos eram verdadeiras lições de como se portar socialmente, moralmente, de como educar os filhos. Difundia e afirmava que a única maneira de o negro conseguir as mesmas oportunidades que o branco era através do trabalho regrado e honesto e da educação. Incentivava as práticas da economia, comedimento, caridade, religiosidade – valorizando a religião católica – e solidariedade. Ao mesmo tempo, condenava o desregramento moral, o alcoolismo, a vagabundagem e até a dança, quando praticada em excesso (Pinto, 1993a, p. 29).

Em terras gaúchas, em Pelotas, em 1936, surgiu o jornal *A Alvorada*; em Porto Alegre, em 1943, fundou-se a *União dos Homens de Cor*; em 1945, uma delegação gaúcha participou da primeira reunião nacional da *Convenção do Negro Brasileiro*, em São Paulo; e em 1949, da *Conferência Nacional do Negro*, no Rio de Janeiro.

Nessa fase, o negro brasileiro formulava suas necessidades mediado pelo olhar do outro, através de comparações com o branco, com o migrante, com o negro norte-americano. O golpe militar, de 1964, paralisou e desagregou todas as organizações políticas e populares, atingindo também a comunidade negra.

c) *Movimento Negro Atual (a partir de 1970)*

O *Movimento Negro Atual*, como fase histórica, é considerado a partir dos anos 70 quando, em meio a mobilizações estudantis, popular e sindical, retoma sua herança histórica de resistência e combatividade, reorganizando-se

⁷¹ A. Nascimento e E. L. Nascimento (2000), fazem um registro profundo e analítico da trajetória do Teatro Experimental do Negro.

em nível nacional. Surgem pequenos grupos, simultaneamente, em todo país. Diferentemente dos grupos anteriores, estes se preocupam com o dado histórico, com a crítica à sociedade brasileira.

O movimento negro gaúcho encontra-se inserido e é, ao mesmo tempo, consequência do espírito de resistência nacional dos negros à escravidão e ao racismo, mesmo constituindo-se em minoria numérica – representa 15% da população do Estado. O que temos são variantes regionais que se traduziram em respostas temporais, intensidades e formas de organizações específicas, pois os sistemas escravistas não produziram “escravos diferenciados” (Nabarro, 2000, p. 29).

A exclusão econômica e geográfica sofrida pelo negro gaúcho influenciou e fortaleceu o desenvolvimento de uma consciência racial no próprio meio negro, em nível político, o que, conseqüentemente, reforçou uma solidariedade intra-racial, mesmo no contexto de exclusão, fazendo com que a assimilação ou integração ao “mundo branco” acontecesse bem mais tarde e em menor número. O espaço típico onde aconteceu e acontece esta solidariedade intra-racial são as sociedades recreativas. A organização dessas sociedades em todas as regiões do Estado, fundadas e freqüentadas exclusivamente por negros, representou uma resposta político-cultural.

A postura e a ação do negro no campo educacional foi crescendo à medida que o movimento negro se processou historicamente. Desde as primeiras décadas do século XX, até os dias atuais, houve uma mudança substancial: se, inicialmente, o negro almejava somente se educar, pouco a pouco ele passou a reivindicar, do sistema formal educativo e da sociedade brasileira, o reconhecimento da sua herança cultural, do seu *modus vivendi* e da sua verdadeira história, objetivando não somente mudar o branco, mas o próprio negro, através da confirmação da sua identidade.

Pouco a pouco, o negro começou a voltar-se para si mesmo, expressar seus problemas e suas inquietações a partir de uma perspectiva própria, libertando-se da equiparação com o branco. A busca de afirmação da sua identidade tornou-se cada vez mais forte e presente no desafio de explicitar um

negro que participa, que contribuiu e contribui para o crescimento de seu país, que milita em partidos políticos, que é capaz de lutar por seus direitos.

Um dos aspectos resultantes da ênfase na afirmação da sua identidade, é a insistência para que a escola reveja os conteúdos que abordam a participação do negro na história; para que a escola passe a integrar ao currículo informações sobre as raízes culturais da população negra, sobre a cultura negra e sua importância – o que alguns nomeiam de estudos africanos. Nas décadas de 70 e 80, estes estudos passaram a ser reivindicados como fundamentais na formação da criança negra.

No final dos anos 70, no campo educacional, acirrou-se a crítica à história do negro, à tendência a enfatizar sua docilidade, não presentificando todo o movimento de resistência e omitindo os interesses que fundamentaram a abolição. Assim, recuperar a história do negro e dos seus heróis tornou-se uma estratégia em prol da identidade da criança negra. Se antes era elogiado no negro, em nível individual, suas características físicas, o assumir-se como negro, condenando os que procuravam escapar da sua condição e negar suas origens, a partir dos anos 70, a afirmação de uma identidade negra não mais aconteceu baseada na valorização do negro, mas sobretudo na valorização da cultura negra, de suas raízes africanas. O destaque é dado aos que se esforçam pelo cultivo da cultura negra e critica-se aqueles que nada fazem a favor da divulgação e confirmação dessa cultura. A freqüente presença nos jornais de artigos sobre as religiões afro-brasileiras e as entidades africanas, as reportagens sobre cultos e cerimônias representam um forte indício do empenho em enfatizar as raízes culturais e de buscar uma afirmação da identidade africana, também presente na adoção do costume de oferecer comidas típicas nas ocasiões festivas, no incentivo para que os pais coloquem nomes africanos nos filhos, de acordo com o sistema africano e não à maneira ocidental (Pinto, 1993a, p. 30).

Da mesma forma nos anos 70 e 80, nos jornais do movimento negro, começa a adquirir um sentido mítico a “mãe África”, passando a evocar as raízes, os antepassados, uma visão e um modo de ser negro, bem como o movimento de resistência e de libertação das nações africanas, mostrando as

seqüelas e os estragos que o colonialismo ocasionou no continente africano, elogiando os movimentos de libertação e os seus mentores.

Esta história e *práxis* do movimento negro também foi construída através de vários encontros, simpósios e seminários, em nível nacional, organizados pelo próprio movimento. Nesses eventos, a educação esteve sempre presente com a questão da identidade. Essa *práxis* negro-educativa se pauta, fundamentalmente, em duas questões que se inter-relacionam: uma, a que enfatiza a imprescindibilidade da recuperação das raízes históricas e culturais do negro-brasileiro; e, outra, que se centraliza na eliminação das imagens negativas, estereótipos, ideologia do branqueamento veiculados pelo sistema de ensino brasileiro.

As principais propostas e desafios do movimento negro, em relação à educação, são as seguintes: (1) a introdução dos Estudos Africanos (alguns falam em cultura negra) no currículo escolar da Educação Básica; (2) a inclusão da História da África e História do Negro no Brasil no currículo da Educação Básica; (3) a estimulação do interesse das Secretarias de Educação pela cultura e religião afro-brasileiras, viabilizada através de cursos, seminários, encontros, estudos e pesquisas que, eventualmente, poderiam ser assessorados pelo próprio movimento negro; (4) a criação de grupos de estudo destinados a discutir os problemas específicos do alunado negro nas Secretarias de Educação; (5) a criação de centros culturais negros nas escolas, providos de material específico como *slides*, livros, etc.; (6) a inclusão do 20 de novembro no calendário escolar; (7) a promoção da revisão da História do Brasil por historiadores comprometidos com a questão do negro; (8) a utilização do material produzido pelo movimento negro como material didático; (9) a inclusão, no curso de formação de professores, de danças e atividades lúdicas de origem afro-brasileiras dentro da disciplina recreação; (10) a discussão da questão do negro dentro de disciplinas como literatura; (11) a reciclagem de professores de Educação Básica em História da África; (12) a criação de departamentos de Línguas Africanas e de História da África dentro das universidades; (13) a inclusão, na orientação religiosa das escolas, do conhecimento de religiões afro-brasileiras; (14) a utilização da literatura negra

contemporânea nas escolas; (15) a revisão da obra de escritores negros e mulatos não assumidos, a fim de refletir sobre o poder da ideologia do branqueamento; (16) a criação do concurso de escritores negros de literatura infantil; (17) a ação no sentido de impedir a folclorização da religião afro-brasileira; (18) a formação de grupos de análise de livros indicados para a adoção nas escolas, pelas Secretarias de Educação dos Municípios e dos Estados; (19) a eliminação dos estereótipos e da linguagem preconceituosa dos livros de literatura infantil e dos livros didáticos e, em contraposição, a representação do negro de forma positiva (Pinto, 1993b, p. 36-37).

Pinto (1993b, p. 38) destaca que, ao se propor estas bandeiras, é necessário ter presente os limites que a sociedade e o sistema escolar colocam para o cultivo da alteridade de caráter étnico, assim como o fato de que a insistência do movimento negro numa identidade, que resgata suas raízes africanas, exalta a cultura negra e a história do negro, pode redundar numa definição do negro em função das imagens que o próprio negro forjou a seu respeito. Imagem esta, usada na maioria das vezes para reforçar os estereótipos raciais.

O fato de que o sistema escolar trataria a população negra como população pobre, hipótese trabalhada por alguns pesquisadores, a criança negra tenderia a ser encaminhada para a escola carente. Este é um mecanismo segregacionista que está presente nas próprias famílias negras pois, na intenção de protegerem seus filhos de situações racistas traumatizantes, procurariam escolas e outros equipamentos sociais freqüentados por negros ou pela população branca mais pobre.

Nesta situação, não se pode desconsiderar o peso da pobreza, a presença do negro nas camadas menos favorecidas da população. O que, conseqüentemente, faz com que ele tenha acesso a uma infra-estrutura mais precária. Porém, os estudos também apontam que mesmo controlando a influência de variáveis como nível de renda, local e região de residência, os negros continuam a apresentar um perfil educacional inferior. Ou seja, existe também um ambiente escolar hostil ao negro, que tem sido detectado no

currículo, no material didático, nos livros de literatura infanto-juvenil e de comunicação e expressão.

Assim, o papel principal a ser assumido e vivido pelas entidades e grupos do movimento negro, é o da criação de estratégias que resultem na implementação de políticas públicas para a educação do negro. Nessas estratégias, tenho presente as seguintes questões:

- que *práxis* é capaz de mudar o quadro conjuntural vivido pelos negros brasileiros?
- em especial, o que os próprios negros vêm fazendo para mudar essa situação, em nível das entidades e grupos do movimento negro, da ação e do discurso acadêmico?

A partir das entidades e grupos do movimento negro, podemos falar, com raras exceções, somente em estratégias, pois a implementação das políticas públicas cabe aos poderes constituídos, municipais, estaduais e federais que possuem a responsabilidade, o poder e os recursos necessários (Munanga, 1986, p. 83). Não obstante as divergências metodológicas, ideológicas e peculiaridades regionais presentes na realidade do movimento negro, as estratégias utilizadas são as mesmas: estratégia educativa e pedagógica, cultural, moral ou moralizadora, legal ou jurídica, científica e político-eleitoral (Munanga, 1986, p. 86).

Em nível quantitativo, hoje somam-se mais de 1.300 entidades e grupos que constituem o movimento negro brasileiro, destacando-se as de cunho cultural, recreativo, religioso e político (H. Santos, 2000: 70). Destas entidades e grupos, em nível nacional, destacam-se: (a) Agentes de Pastoral Negros (APNs); (b) Geledés – Instituto da Mulher Negra; (c) os blocos negros da Bahia; (d) o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), ambos no Rio de Janeiro; (e) alguns partidos políticos tais como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o primeiro a explicitar o tema racial em seu programa; o Partido dos Trabalhadores (PT) com a Secretaria do Negro e o Partido

Democrático Brasileiro (PDT) com uma forte presença de negros, são os que desenvolvem um trabalho especial na questão negra⁷².

Quanto à classificação ou segmento de atuação destas entidades e grupos, atualmente, percebe-se que são três: um primeiro segmento que provém desde as entidades que se articularam, participaram e ou ratificaram-se a partir do I Encontro Nacional de Entidades Negras, em São Paulo, em 1991, como por exemplo o Movimento Negro Unificado e a Unegro; um segundo constituído pelas instituições negras ligadas a governos municipais, estaduais e federal – organizações governamentais negras -, que começaram a surgir em meados da década de 80 como, por exemplo, a Fundação Cultural Palmares e o Conselho Estadual da Comunidade Negra – como o do Rio Grande do Sul e o de São Paulo; e um terceiro segmento formado pelas organizações não-governamentais negras, que começaram a surgir nos anos noventa como, por exemplo, as entidades que trabalham nas questões da saúde, da mulher negra e da educação da juventude – o Griô, Grupo Maria Mulher.

3.2 Trajetória e Presença do Negro no Rio Grande do Sul

Aqui no Rio Grande do Sul, com relação à escravidão, a historiografia enfrentou a crítica do processo histórico de integração dos atuais territórios

⁷² Esboça-se, atualmente, também um trabalho junto ao Partido da Frente Liberal – PFL. Sendo que o Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB, possui vários negros em seus quadros, porém não tem um grupo negro específico. O Movimento Negro destaca, também as pessoas de Benedita da Silva (senadora do PT/RJ), Abdias do Nascimento (senador do PDT/RJ) e Paulo Pahim (deputado do PT/RS), pelo trabalho que realizam, como parlamentares, na questão negra (H. Santos, 2000).

gaúchos. Os primeiros historiadores da realidade gaúcha, embora não desconhecendo a significativa população de escravos já no início do sul lusitano, caracterizam-na

“como obra de homens livres, de aventureiros que, mistos de ladrões, comerciantes e guerreiros, estenderam os domínios lusitanos sobre territórios reivindicados, não sem razão, pela Coroa espanhola” (Maestri Filho, 1984, p.11).

Diante desta questão, alguns historiadores, como Laytano (1987), golpearam toda uma historiografia que descarta a participação e contribuição do escravo africano na formação do Rio Grande do Sul. Essa ausência do escravo na historiografia gaúcha deu-se, em especial, por dois motivos: o primeiro, pela preocupação quase exclusiva com a história política das classes senhoriais; e, o segundo, pela leitura ideológica do passado. Ou seja, admitir que houve escravidão em terras gaúchas, contradizia o mito da sociedade democrática sulina, que foi construída no contexto da fazenda, ao redor da roda de chimarrão; além do mal-estar de reconhecer a importância da contribuição do escravo no início da ocupação lusitana do Brasil meridional e a constituição de um regime social de produção que teve em sua base o trabalho escravo.

Quanto à presença dos primeiros escravos negros no Rio Grande do Sul, há dois processos que, aparentemente, são paradoxais: por um lado, sabe-se que o primeiro ciclo produtivo gaúcho, o do couro, não necessitou e não teve mão-de-obra escrava; e, por outro lado, o escravo no início do século XVIII, estava incrustado em todos os poros da sociedade colonial e também na sociedade gaúcha. Estes foram os dois processos que embasaram os equívocos da historiografia. Porém, quem faz uma pesquisa documental encontra a presença do negro, já nos primeiros anos; assim como, quem se detiver nos quartéis, nas “vacarias” irá encontrar o homem livre, seja lusitano, mestiço ou indígena aculturado (Maestri Filho, 1984).

Em 1721, Francisco Britto Peixoto foi nomeado Capitão-mor de Laguna, recebendo, em 1724, a incumbência real de passar para o Rio Grande do Sul e fundar uma povoação. Porém, Brito por estar velho e cansado envia seu genro João de Magalhães como chefe de uma frota de 30 homens, na sua maioria, pretos e mestiços de pretos. A esta coube, durante dois anos, e em

missão nitidamente militar: proteger o sangradouro existente na Lagoa dos Patos da ação dos espanhóis e índios dirigidos pelos jesuítas; melhorar a travessia desse sangradouro; estabelecer um registro pra cobrança de taxas sobre o gado destinado à Laguna; impedir a fuga de escravos pretos de Laguna para os domínios da Espanha.

Assim, os negros escravos entraram no Rio Grande do Sul ao lado dos primeiros lusitanos que aqui chegaram com João de Magalhães. Chegaram carregando bagagens, pois não se constituiu de imediato um regime social de produção escravista. O negro gaúcho participou, também, conforme prova documental, da expedição comandada pelo Brigadeiro Silva Paes, em 1737, o fundador do presídio militar, primeiro estabelecimento oficial português na Vila de Rio Grande (Maestri Filho, 1984).

Em nível de contingente populacional, em 1780, o Rio Grande do Sul tinha 17.923 habitantes, sendo que 9.433 eram brancos, 3.388 índios e 5.102 pretos. Em 1814, a população da Província acusava cerca de 29% de negros e quase 8% de mestiços. Cinco anos depois, quando Saint Hilaire por aqui passou, os homens de cor, excluídos os índios, foram calculados em 26.010, para 32.000 brancos, pouco menos de 45% (Cesar, 1970, p. 34).

A partir do livro de batizados de junho de 1738 a agosto de 1753, dos 977 registros, 200 batizados tinham sangue africano: filhos de libertos e de escravos. Em 1858, havia no Rio Grande do Sul 70.880 escravos, quase 25% da população; e em 1860 o número sobe para 76.109 escravos.

“Nos primeiros anos da ocupação do Sul, o soldado, o comerciante, o ‘gaudério’ e, mais tarde, o açorita. Sobre estes voltam-se a historiografia; porém, se os desfocalizarmos, suas imagens se embaralham e, por detrás de seus nomes ilustres, vislumbraremos o trabalhador de pele negra, carregando fardos, preparando alimentos, construindo as primeiras igrejas, habitações, tornando, enfim, viável a vida do senhor (Maestri Filho, 1984, p. 35).

Com o desenvolvimento e crescimento das charqueadas, nas duas últimas décadas do século XVIII, instaurou-se um sólido regime social de produção escravista em terras gaúchas. Com as charqueadas, por um lado, criou-se uma classe de senhores, que vivia do trabalho escravo, acumulava

riquezas e escravos, por outro lado, possibilitou as condições necessárias para uma entrada significativa de “escravos novos” no estado.

Em nível de tronco cultural negro-africano, no Rio Grande do Sul as culturas sudanesas predominaram, fazendo desaparecer quase inteiramente as demais e destas culturas sudanesas restou a influência direta de cinco “nações” e em torno destas “nações” giram as imagens dos contatos étnicos e os assinalados traços da sobrevivência negra, principalmente em matéria de culto religioso: nagô, gêge, oió, obá e ijexá.

Assim como no resto do país, a resistência se deu em diferentes níveis: ato isolado, consciente ou inconscientemente; coletivo, produto de um momento ou de estudada conspiração. Porém, geralmente, a resistência esteve condicionada por tendências e circunstâncias estranhas à vontade imediata do escravo, tais como crises políticas, guerras e revoluções, dos senhores. As formas de resistências do escravo gaúcho coincide com as do restante do País: individual, através do justicamento, da fuga e do suicídio; coletiva, pela adesão aos cultos afro-brasileiros e nas organizações de Irmandades e Confrarias, no seio da Igreja Católica; e, pela organização de Quilombos.

Também foi relevante a participação do negro em batalhas, guerras e revoluções que fazem parte da história gaúcha. Por exemplo, ele esteve presente na primeira guarnição militar de Porto Alegre, em 1752 (na época Porto Dornelles), na conquista da Vila de Rio Grande, que foi invadida e conquistada pelos espanhóis em 1765, na guerra de 1801, em combates nas fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande. Sobre os ombros dos negros e mulatos livres gaúchos caiu a pesada responsabilidade de enfrentar e superar perigos contra a integridade das terras gaúchas na Guerra da Cisplatina (1825-28), na Guerra contra Oribe e Rosas (1815-52), na Guerra contra Aguirre, em 1864 e na Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai), de 1865-1870.

Em nível cultural, o negro gaúcho é uma mescla de traços da “Mãe África” com toda a conjuntura histórico-ideológica de evangelização, político-econômica e social que sofreu e sofre desde que aqui chegou. A presença do

negro na vida da estância, da tropeada, da agricultura, das charqueadas, nos trabalhos domésticos, na criação dos filhos dos senhores-de-escravos e nas guerras não poderia deixar de marcar a cultura riograndense. A cultura negro-gaúcha se expressa e, simultaneamente, influenciou e influencia as lendas, a dança, o linguajar, a música, as vestimentas, a culinária, a poesia popular, as festas populares, a religiosidade popular. Em quase todas as manifestações de vida, encontramos algo que foi legado pelo povo negro.

4. A NEGRITUDE NO PLURAL: Trajetória, Militância e Ações Negro-Educativas no Rio Grande do Sul

No presente capítulo, juntamente com a descrição da trajetória histórica das entidades e grupos do movimento negro, analiso e reflito sobre o lugar de cada uma no conjunto do movimento negro, sua atuação e embate no contexto sócio-político e suas ações pedagógico-educativas realizadas. Lembro que a sua trajetória, surgimento e organização desenvolvido, em especial, a partir de entrevistas realizadas com militantes dessas entidades e grupos, aqui é descrito não só pela sua importância no conjunto desta análise e reflexão, mas também porque ainda não se fez um registro do conjunto destas entidades no contexto do movimento negro gaúcho.

Na trajetória de cada militante das entidades e grupos do movimento negro gaúcho, aqui envolvidos, está presente a garra, a força, a teimosia, a persistência diante das vicissitudes e a preocupação com seus patrícios, o que redundava em ações concretas, em ações educativas e em políticas públicas.

Seja em nível assistencial, cultural, social ou escolar, praticamente todas as entidades e grupos vêm desenvolvendo ações educativas em suas organizações, trajetória e embates, como movimento social. Entendo como ações educativas todos os projetos, cursos, palestras, seminários, oficinas que estes partícipes da pesquisa realizada estão fazendo e que possuem um caráter educativo formal ou informal. Estas ações educativas, em minha análise e reflexão, possuem como objetivos: (a) suprir as necessidades educacionais dos negros, que as instituições público-educativas não oferecem ou não conseguem atender toda a demanda de pessoas deste grupo étnico-racial; (b) oferecer à sociedade, prioritariamente aos negros, uma educação multicultural que valorize a presença histórica e atual dos negros gaúchos, com sua cultura e contribuição em todas as dimensões da formação e desenvolvimento do estado e, conseqüentemente do país; (c) mostrar exemplarmente para os governos que é possível, mesmo em condições precárias de infra-estrutura (o que normalmente acontece), implementar

políticas públicas em prol de negros e empobrecidos. Este é um dos aspectos que coloca o movimento negro no universo dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais.

Com relação aos militantes destas entidades e grupos, percebo que continuam o que os africanos, no início da diáspora seguidos pelos seus descendentes, desencadearam na defesa do respeito à vida digna e plena, com sua cultura, valores, religiosidade, cor e fenótipo: identidade e negritude. Este caminho trilhado por negros em movimento, sujeitos, constitui-se, simultaneamente, em movimento negro gaúcho e brasileiro.

Estes militantes foram se constituindo enquanto tal, na medida em que foram vivendo, fazendo história dentro das entidades ou grupos do movimento negro. E, ao mesmo tempo em que foram desafiados, embasados, conscientizados à construir a identidade negra e viver a negritude lutando, reivindicando, desde o contexto e dimensão específica, onde sua entidade ou grupo atua. Isto é, não obstante o fenótipo desses sujeitos, eles carregam em si a postura, a consciência das implicações e o desconforto que provoca em muitos ambientes o *ser negro*.

O termo *negro*, em nossa realidade, tornou-se um conceito político que envolve todas as pessoas (negros, mestiços, morenos, mulatos), com ascendência parcial ou totalmente africana⁷³. Decorrente do conceito e expressão *negro*, temos o conceito de *negritude*, enquanto construção de uma identidade racial e étnica negro-brasileira. Realidade, desafio e também problemática enfrentada, desde seu surgimento, pelo movimento negro e, ultimamente, também pelos pesquisadores que se debruçam neste tema⁷⁴.

⁷³ O historiador Clóvis Moura, após o censo de 1980, fez uma pesquisa perguntando aos não brancos sobre sua cor. No resultado desta pesquisa foram levantadas 136 cores (Munanga, 1999, p. 120).

⁷⁴ Há também o termo “brancura”, enquanto categoria. Este teve sua origem na segunda metade do século XVII, fruto da transformação social da colonização da América com ingleses, irlandeses, escoceses e outros europeus. Porém, “(...) os primeiros colonizadores brancos não tinham um conceito de si mesmos como homens brancos (...). A expressão “branco”, com todo seu ônus de culpa e arrogância, só passou a ser de uso comum no final do século” (Cashmore, 2000, p. 97). Atualmente, mais do que superioridade ou pureza, a brancura significa privilégio e poder, conferindo vantagens e prestígios.

A expressão *negritude*, por um lado, passou a ser usada na década de 1930, por Léopold Sédar Senghor, do Senegal, e Aimé Césaire, da Martinica,⁷⁵ em seus textos. Senghor a usava com indicativo do patrimônio cultural, valores e espírito da civilização negro-africana. Para Césaire, este termo exprime o reconhecimento de um fato, sua aceitação e assunção ativa do destino e cultura negros (Ferreira, 2000, p. 135). Por outro lado, enquanto conceito, a *negritude* nasce no momento em que estudantes negros dos países colonizados da África, Antilhas e Guianas, começaram a estudar nas universidades das antigas metrópoles. Estes estudantes, com o objetivo de assimilar o modelo cultural ocidental, tido como o único e o melhor que a humanidade já tinha produzido, começaram a perceber as contradições e rivalidades existentes entre as próprias potências coloniais. E, assim, paulatinamente começam a desfazer-se do mito da superioridade da civilização ocidental (Munanga, 1999, p.50).

Esse dar-se conta desafiou estes estudantes a enfrentarem duas grandes questões interligadas: a recuperação da identidade de seu povo e a busca da emancipação, traduzida em independências políticas. A conquista desses objetivos foi acompanhada pela tomada de consciência racial e pelo fato de que a opressão sofrida não se constituía somente de uma classe minoritária sobre uma majoritária inferiorizada, porém, simultaneamente, a de uma raça, independentemente da classe social.

“A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro” (Munanga, 1999, p.51).

Assim, a *negritude* surge como uma operação de desintoxicação semântica e de constituição de um novo lugar de inteligibilidade da relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

Desde a literatura, podemos perceber e classificar diferentes concepções de *negritude*: (a) a *negritude dolorosa*, é uma fase vivida, por

⁷⁵ Dois grandes pensadores e batalhadores na luta contra o racismo anti-negro, referenciais do movimento negro. Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, nascidos em 1906 e 1913, respectivamente, foram ambos poetas, escritores, políticos e companheiros de exílio na Europa.

exemplo, quando o poeta negro sofre a paixão dos sofrimentos históricos, no esforço de sintonizar-se e comunicar-se com seu povo, através de sua arte. Com angústia e dor, sente medo de perder sua cultura e sua identidade no contexto ocidental; (b) a *negritude agressiva*, caracteriza uma fase de revolta, de negação da razão, do Deus branco, da beleza ocidental, das línguas européias. A raça é reivindicada até nas suas carências; (c) a *negritude serena*, é uma atitude construtiva de reconciliação dialética, um desejo de ascender a uma cultura universal. Sente-se como é bom proclamar constantemente sua *negritude*, evidente na conduta e nos hábitos de cada africano; (d) a *negritude vitoriosa*, constitui-se na reivindicação da paternidade da civilização, em uma supercompensação idealizante, um verdadeiro messianismo. Esta classificação, “além da sua permanência, mostra também como um escritor pode passar de uma posição a outra, sem se trair, exprimindo-se simultaneamente sob vários registros” (Munanga, 1986, p. 54-55).

Tendo presente o contexto de surgimento do conceito e vivência da negritude, percebemos que no Brasil e Rio Grande do Sul, não aconteceu e não acontece de outra forma. Por um lado, o movimento negro gaúcho brasileiro sempre teve ligação e influência do movimento negro norte-americano. Por outro lado, percebe-se que o racismo, não obstante diferenças regionais, de país para país, contextos histórico e cultural específicos e o tom da trajetória pessoal, impõem os mesmos desafios a cada negro diaspórico.

Lembro que o critério para a escolha das entidades e grupos do movimento negro, que participaram desta pesquisa, teve presente a sua trajetória no contexto político da situação do negro, sua atuação e intervenção histórica na sociedade. Estas entidades e grupos, seguidos de seus respectivos militantes⁷⁶ que fizeram parte desta pesquisa, são as seguintes:

- Sociedade Cultural e Beneficente Floresta Aurora (1872) - Sérgio Luiz Fonseca;
- Instituto Cultural Afro-Sul (1974) - Maria Iara dos Santos;
- Movimento Negro Unificado - MNU (1979) - Antônio Mário Ferreira;

⁷⁶ Todos os sujeitos, partícipes dessa pesquisa autorizaram por escrito a utilização de seus nomes na mesma.

- Agentes de Pastoral Negros – APNs (1985) – Vera Regina Santos Triumpho;
- Fundação Léopold Sédar Senghor (1984) – Mauro Eli Leal Paré e Zenóbia Lúcia de Deus;
- Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE (1987) - Juarez Ribeiro;
- Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras (1987) - Maria Conceição Lopes Fontoura e Maria Noelci Teixeira Homero;
- Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra – Griô (1991) – Regina Goulart Nogueira;
- União de Negros pela Igualdade – Unegro (1993) - José Antônio Santos da Silva;
- Instituto Brasil-África – IBÁ (1998) - José Fernando de Oliveira Moreira;
- Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul – FAENERS (1991) – Vera Beatriz Soares.

a) Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora

No dia 31 de dezembro, de 1872, foi fundado o Floresta Aurora, como é mais conhecido, por alguns negros forros, que haviam ganhado ou conquistado a liberdade, vindo a ser um marco importante na história dos negros de Porto Alegre. Com um caráter fortemente beneficente, nasceu com a tarefa de amparar famílias negras, em caso de óbito, custeando o funeral e assistindo os familiares do falecido. Seus fundadores, na maioria, eram operários, como Luiz F. Pereira que, segundo um livro, de páginas amareladas, foi o primeiro matriculado. Havia ainda muitos funcionários públicos, jornalistas, motoristas e até um proprietário. Quase todos moravam pelos bairros da Cidade Baixa, Bom Fim, Rio Branco e Menino Deus, na época, de grande concentração de negros (Diário Gaúcho, 2000, p.7).

Consta em seu estatuto que é uma agremiação beneficente, cultural, esportiva e recreativa constituída de pessoas de ambos os sexos, pertencente a todos os ramos de atividade, sem distinção de raça, cor, religião ou credo

político. Tem por finalidade congregar, dar assistência e proporcionar toda espécie de diversões sociais.

Em nível organizativo, com cerca de mil e quinhentos associados, funciona com uma diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretária Geral, I Secretária, Tesoureiro, Contador, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Departamento Social, Departamento Cultural, Departamento de Patrimônio, Departamento Beneficente, Departamento Feminino e Departamento de Marketing⁷⁷. Coloca à disposição de seus associados uma ampla infra-estrutura com piscina, biblioteca, bar, salão de festas, churrasqueiras, cancha de futebol, sala de eventos, ampla área verde, estacionamento e sauna.

Em sua longa trajetória, o Floresta Aurora tem sido referência para os negros portalegrenses, pois praticamente todos os militantes negros da década de 1970 são oriundos desta entidade. Tem sediado e promovido encontros importantes na história da comunidade negra, como o I e II Encontro Nacional sobre Negro e Educação, nos anos de 1984 e 1985, respectivamente.

Como ações educativas, já nos anos de 1970, esta entidade preparava jovens negros para concursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Magistério. Atualmente desenvolve um trabalho educativo esportivo e cultural, realizado com meninos da circunvizinhança e através de oficinas de capoeira, cavaquinho e dança. Não estando, no momento, participando assiduamente do conjunto do movimento negro, pretende brevemente nomear representantes para o Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do

⁷⁷ A atual Diretoria, empossada em abril de 2000, é composta pelas seguintes pessoas: Presidente – Sérgio Luís Fonseca; Vice-Presidente – José F. Dias dos Santos; Secretária Geral – Nereidy Rosa Alves; I Secretária – Cristiane Mattos; Tesoureiro – Rogério de Souza Vieira; Contador – Edson Cunha; Departamento de Marketing – Marivane Rogério; Departamento Social – Gilmar dos S. Faustino e Luiz Augusto Santiago; Departamento de Patrimônio – Getúlio Madeira Perez; Yvanir B. Fonseca Afrausino; Rudimar Santos Couto; Teresinha e Alexandre Carlos Fonseca; Departamento Feminino – Maria Conceição; Departamento Beneficente – Maria Noelci; Departamento Fiscal – Presidente: Evandoir C. dos Santos, Conselho: Antônio Alves Natel, Altair Valentin Santos Couto, Francisco Samuel Vieira Filho, Arioaldo Coelho, Euclides Rita da Silva, Hilton Esteves Guimarães, Carla Abreu de Vieira, Walmir Vieira Fernandes; Conselho Deliberativo – Presidente: Nelson Sant’Anna Vieira, Conselho: Alceu de Deus Colares, Élvio José Pires, Getúlio da Rosa e Silva, Luiz Alberto da Silva, José Flávio da Rocha e Silva, Jaime da Rosa dos Santos, José Luiz Lacerda, Moisés Sant’Anna Vieira, Paulo Roberto de Abreu, Paulo Rogério da Silva, Tierres Castilho da Silva, Valmira Teixeira Silveira.

Sul (FAENERS), com sede em porto Alegre. Participou do I e II Fórum Social Mundial, através da organização de eventos em sua sede.

b) Instituto Cultural Afro-Sul

Fundado em 1974, o Afro-Sul, como é mais conhecido, possui como objetivo a divulgação e valorização da cultura afro-brasileira através da música e da dança de origem africana. Transformado recentemente em Instituto Cultural, este grupo desenvolve atualmente quatro trabalhos específicos: *Grupo Afro-Sul de Música e Dança*, *Bloco Afro Odomode*⁷⁸, *Grupo de Crianças Odomode* e o *Grupo de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes*. Esta entidade possui uma Coordenação Geral, onde cada grupo específico possui sua diretoria.

Com exceção do *Bloco Afro Odomode*, todos os trabalhos do Afro-Sul possuem uma dimensão pedagógica ou se concretizam como ações negro-educativas: O *Grupo Afro-Sul de Música e Dança*, realiza um trabalho educativo cultural; o *Grupo de Crianças Odomode* e o *Grupo de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes*, um trabalho educativo social, através de elementos da cultura negra.

O *Bloco Afro Odomode*, surge com o objetivo de fazer um carnaval participativo e não competitivo e como uma estratégia de divulgação da entidade, em especial, na região metropolitana de Porto Alegre, pois no início de sua trajetória, era bem mais conhecido no interior do Estado. Atualmente este Bloco desfila em doze Escolas de Samba, em média, por carnaval.

O *Grupo Afro-Sul de Música e Dança*, identidade primeira e fundadora desta entidade, é composto por quarenta integrantes, a maioria jovens do sexo feminino. O critério para a participação deste é estar estudando e, no caso de algum integrante ser reprovado na escola, ficará um ano sem poder participar do grupo. O aspecto pedagógico acontece, em especial, na montagem das coreografias onde os próprios integrantes do grupo é que realizam a pesquisa do tema da cultura afro-brasileira que será cantado, dançado e vestido.

O *Grupo de Crianças Odomode* iniciou com crianças que residem no entorno da sede desta entidade, que a freqüentavam em épocas de preparação para o carnaval⁷⁹. Pouco a pouco, num diálogo com estas crianças, foi constituindo-se como grupo específico. Atualmente, atende uma média de trinta crianças, com capoeira, dança e atividades livres, como aprendizagem de instrumentos musicais, desenho, leitura e esportes.

O trabalho de *Inclusão Social de Crianças e Adolescentes*, constitui-se num grupo e espaço onde é desenvolvido atividades com crianças de rua, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, desde o início do ano 2001. Inicialmente, proposto como oficinas de música, a partir de meados deste mesmo ano, passa a ser desenvolvido juntamente com o *Grupo de Crianças Odomode*. Isto é, no começo desta atividade, a Coordenadora temia que um grupo pudesse influenciar o outro negativamente:

“A partir de meados de 2001, o trabalho estava tão bem organizado que foi possível juntá-los. Pois os meninos do Odomode possuem um pé na rua e um pé em casa. O temor era de que se juntasse os dois grupos as crianças do Odomode iriam prá rua. Porém não existe mais este perigo. (...) As crianças do Odomode servem, de uma certa forma, de espelho, de exemplo para as crianças de rua” (Deodoro, 44 anos, Afro-Sul, 14 dez. 2001).

Os grupos, *Odomode* e *Inclusão Social*, encontram-se todos os dias: nas terças e quintas-feiras, desenvolvem oficinas de música; nas segundas e quartas-feiras, contam com a presença de uma professora de história; e, nas sextas-feiras, possuem atividades livres. Mesmo com a presença de crianças não negras, o tema central dos trabalhos desenvolvidos é a cultura negra.

Em nível de participação e atuação, o Afro-Sul tem feito muitas apresentações com outros grupos folclóricos, representando a comunidade negra. Relata a Coordenadora que a postura do grupo é de profissionais e, por isso, vem conquistando um respeito muito grande. Fez parte de sua agenda a participação em eventos como: representação do Brasil no Festival Internacional de Folclore, em Nova Prata, em agosto de 2000; apresentações

⁷⁸ Odomode, palavra do idioma yorúbá-nagô, significa jovem, cuja pronúncia correta é “ódómódê”.

⁷⁹ As crianças do *Grupo Odomode* são pertencentes ao Condomínio Verde (antiga Vila das Placas) e da Vila Sossego. A sede do Instituto Cultural Afro-Sul situa-se na avenida Ipiranga, n. 3850, em porto Alegre/RS.

em 1989 em Rivera, no Uruguai e, em 1992, na Argentina, numa Faculdade de Educação Física, por intermédio do Instituto Porto-Alegrense (IPA).

O Instituto Cultural Afro-Sul é pioneiro no combate ao racismo através da música e da dança no Rio Grande do Sul, o que certamente constitui-se numa estratégia, na medida que, por um lado, a música e a dança negro-brasileira é “cartão de visita”, em nível nacional. E, por outro lado, paradoxalmente, estes são elementos constituintes do estereótipo do negro na sociedade brasileira, como a falsa idéia de que o negro é malandro, não gosta de trabalhar, só pensa em carnaval.

No aspecto político interno do movimento negro, esta entidade atualmente não participa diretamente do FAENERS e nem do CODENE/RS, o que fragiliza este movimento no seu conjunto organizativo e, conseqüentemente, nos embates, reivindicações e conquistas no universo sócio-político gaúcho. Esta não participação faz com que toda sua *práxis* educativa não se potencialize em prol de possíveis materializações de políticas públicas. Porém, o convênio e parceria que esta entidade possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria da Cultura, no trabalho de *Inclusão Social de Crianças e Adolescentes* possui, no mínimo, dois aspectos importantes: o primeiro, reforça a prática de instituições públicas usarem a infra-estrutura, humana e material, de projetos existentes para incrementarem seus trabalhos; e, o segundo aspecto, o grupo utiliza e direciona concretamente este recurso municipal para uma educação informal e cultural de negros.

c) Movimento Negro Unificado (MNU)

No dia 18 de julho de 1978, durante um ato de protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tarde sendo denominado apenas de MNU, como resultado da integração de várias entidades e grupos do movimento negro paulista e carioca, inicialmente. Este acontecimento foi um marco histórico importante para o movimento negro, em especial, do ponto de vista político-organizativo, pois este consegue articular, em pontos importantes

do País, um grande número de militantes, cumprindo a tarefa principal do movimento, que é a de disseminar em toda sociedade a real situação da discriminação racial existente e desmascarar a farsa da democracia racial. Ou seja, o carácter marcante do MNU é de denúncia e ações políticas, enquanto disputa do poder. Esta entidade atua na conscientização de negros brasileiros em relação aos seus direitos como cidadãos, seus valores como cultura e com a tarefa de mostrar a outros setores sociais que a luta racial é também por liberdades democráticas, tais como melhores condições de vida e trabalho.

O MNU, atualmente, está consolidado e ativo no Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Brasília, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde vem implementando as ações políticas necessárias à erradicação do racismo na sociedade brasileira. Surge como uma organização nacional, independente, de carácter político, democrática, autônoma, sem distinção de raça, sexo, instrução, convicções religiosas ou filosóficas, da qual podem participar pessoas que estejam envolvidas na luta contra o racismo e suas manifestações, concordem e assumam os pontos definidos nos documentos básicos. Estes documentos básicos são constituídos por Programa de Ações, Estatuto, Carta de Princípios, Regimento Interno e Projeto Político.

As lutas prioritárias do Movimento Negro Unificado são as seguintes: (a) por um movimento negro independente; (b) pelo fim da violência policial e contra a indústria da criminalidade; (c) pelo fim da discriminação racial no trabalho; (d) por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos; (e) pelo fim da manipulação política da cultura negra; (f) pelo fim da violência racial nos meios de comunicação; (g) pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos. No X Congresso Nacional da entidade, realizado em 1993, em Goiânia, foram acrescentados a estes pontos de pauta de lutas a questão rural e a questão urbana, saúde e representação política (Jesus, 1997, p. 43).

O Movimento Negro Unificado afirma que ter a questão racial como ponto de partida, sem deixar de levar em conta as contradições que dão suporte à exploração, é o que o diferencia do restante do movimento negro e o

impede de cair no engodo das propostas que apenas servem para mascarar mais e mais o racismo.

No seu Programa de Ações, explicita que seu agir político-educativo deve se dar por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos, entendendo a educação como ato de aprender e ensinar, de saber e fazer, para ser ou para conviver, que faz parte da vida, ocorre no dia a dia.

Para esta entidade, a educação vai além do espaço escolar, onde o ensino formal acontece sujeito a uma pedagogia com métodos, regras e tempos estabelecidos. A escola, desde o pré até o ensino superior, enquanto organizadora da cultura, desempenha um importante papel na formação do cidadão, sendo um dos principais instrumentos da classe dominante para impor sua ideologia alienante a toda sociedade brasileira, pois, é através da escola que a sociedade educa seus dirigentes (Jesus, 1997, p. 47).

Em 1979, o Movimento Negro Unificado foi fundado em Porto Alegre, no antigo Clube Marsílio Dias⁸⁰, com militantes do Grupo Palmares e do Grupo e Revista Tição. Estes dois grupos se uniram e organizaram o MNU gaúcho que prioriza, já na época, a questão do 20 de Novembro, e não mais o 13 de Maio, como data celebrativa para o negro; a re-inclusão do item cor no censo demográfico, que voltou em 1980, essencial para desmistificar a questão da democracia racial; o apoio a candidaturas negras que, desde então, em todas as eleições tem disputado com candidaturas próprias; e, a construção do Instituto Solano Trindade.

Em 1987, esta entidade iniciou uma nova fase, marcada pelo fato de que: pela primeira vez lança dois candidatos a vereador no município de Porto Alegre; cria a Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, em nível estadual e nacional; organiza, também na capital gaúcha, o Núcleo de Negros e Negras do Partido dos Trabalhadores. Fatos estes que fizeram com que muitas vezes o MNU fosse confundido com este partido político, resultando no afastamento de algumas pessoas.

⁸⁰ Fizeram parte de sua fundação: José Alves Bitencourt – O Lua -, Helena Machado, Oliveira Silveira, Ceres Santos, Edilson Nabarro (Ferreira, 42 anos, MNU, 11 dez. 2001).

Em sua trajetória de atuação, esta entidade em solo gaúcho, não possui nenhum grupo de trabalho que concretize uma dimensão educativa. Porém, como acima explicitado, é parte inerente de sua identidade e atuação não só a organização e conscientização para a ocupação de espaço de poder político, mas também a pressão para que políticas públicas negras sejam incrementadas. O MNU, atualmente também prioriza a questão das cotas

“Raul Jungman, abriu a porta de cotas para negros no Departamento de Reforma Agrária; o Presidente do Supremo Tribunal, assinou um decreto que , a partir de janeiro 2002, todas as empresas terceirizadas que fizerem contrato com o Supremo Tribunal Federal Superior de Justiça venha a ter 20% de negros nos seus quadros; dia 19/12/2001, Fernando Henrique Cardoso assinará um decreto para que todas as empresas terceirizadas, que prestam serviço ao Governo federal tenham 20% de negros nos seus quadros” (Ferreira, 42 anos, MNU, 11 dez. 2001).

Faz parte da trajetória gaúcha desta entidade: (a) a participação na discussão e fundação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS); (b) a contribuição na diminuição da violência policial; (c) a representação na Executiva do CODENE/RS; (d) a participação na luta para que os livros didáticos não estereotipem a figura do negro; (e) a organização do I Encontro Estadual do Sul do País do Movimento Negro Unificado, realizado nos dias 17 e 18 de março de 2001, na cidade de Vacaria.

O MNU nunca participou do Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) e, conseqüentemente, não participa do Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul (FAENERS), por entender que esta organização surgiu como contraposição à sua trajetória e atuação, contra sua força de articulação nacional. Conforme o Coordenador nacional desta entidade, Antônio Mário Ferreira, a Comissão Nacional de Entidades Negras (CONEN) não consegue tal intento porque não tem programa. O MNU entende que é necessário ter centralização política para poder ter organização⁸¹.

⁸¹ A explicitação do Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), do Fórum de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul (FAENERS) e da Comissão Nacional de Entidades Negras (CONEN), é feita neste mesmo capítulo no subitem: Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul.

O MNU gaúcho possui grupos nas cidades de Porto Alegre, Sobradinho, Vacaria, Caxias do Sul, Canoas e Viamão, sendo Emir Silva o Coordenador Estadual, e encontra-se em processo de mudança e de reorganização, pois objetiva retomar sua identidade primeira que é a de ser uma organização negra política, uma organização centralizada e socialista, fundamentada na questão racial.

Esta entidade, no conjunto do movimento negro gaúcho e nacional, destaca-se por possuir um carácter político de organização e atuação bem demarcado; não vê relevância numa luta anti-racismo a partir de expressões culturais afro-brasileiras, o que, de antemão, causa embates no universo das entidades e grupos negros. Na questão educativa propriamente dita, o MNU desempenha um papel de articulador, facilitador e, na maioria das vezes, pressionador para que políticas público-educativas sejam concretizadas.

d) Agentes de Pastoral Negros (APNs)

Alguns religiosos, no início dos anos 80, começam espontaneamente a debater sobre a situação eclesial do negro no Brasil. Desta maneira, em 1982, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, realiza-se o primeiro encontro de religiosos negros, configurando os primeiros fundamentos dos APNs, que vem a constituir-se num marco importante do movimento negro.

Num contexto eclesial onde se expande a Teologia da Libertação, estes religiosos negros dão-se conta que a libertação só acontece quando os oprimidos, dominados, a partir da consciência de sua situação, organizam-se para lutar por seus direitos. Ou seja, tomam consciência que enquanto o povo negro não se tornar sujeito da história, fica muito difícil pensar em libertação. Este clima de questionamento interno na Igreja Católica, iniciou-se nos anos 50 e tem seu ponto de apoio no Concílio Vaticano II, realizado em Roma no ano de 1964. Com o término deste Concílio, a Igreja tornou-se um canal expressivo das reivindicações dos movimentos sociais e pastorais.

Os objetivos fundadores dos APNs, são os seguintes: (a) ajudar o povo a descobrir e assumir sua negritude; (b) recuperar em mutirão a memória histórica do povo negro, cultura e identidade; (c) lutar pelos direitos de cidadãos negros na sociedade; (d) ampliar os laços de solidariedade entre os sofridos; (e) ampliar a consciência da presença de Deus na história do povo negro, a exemplo do povo hebreu; (f) ter consciência de que a caminhada faz parte do processo de organização de todos os empobrecidos; (g) levar adiante um corajoso processo de enegrecimento da liturgia e da Igreja; (h) ter uma pedagogia especial com os negros que ainda não se assumiram como negros; (i) levar as Igrejas a assumirem cada vez mais a causa do negro; (j) redescobrir e divulgar os mártires e heróis do povo negro; (l) descobrir e denunciar o que é que está por trás do interesse das classes dominantes em continuar a manter o racismo; (m) que a causa da mulher negra, criança negra e idoso negro seja a causa de todos os negros conscientizados; (n) descobrir os valores e a beleza de ser negro, e não abafá-los com a cultura branca européia (Adão, 1990, p. 78).

Concomitantemente ao contexto de surgimento e preocupação dos APNs com a presença do negro na Igreja, com sua mística e religiosidade afro-brasileira, um forte veio pedagógico educativo já nasce com esta entidade. Isto é, desde o início da sua organização os APNs possuem como uma de suas estratégias, a articulação de encontros e espaços de formação com seus próprios militantes, lideranças de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Grupos de Reflexão Bíblica e Comunidades Religiosas Inseridas nos Meios Populares. Já no início do processo de organização e articulação desta entidade, um primeiro resultado sistematizado, assim se definia: (a) priorizar o trabalho de base como ação conscientizadora e libertadora; (b) como agentes de pastoral, estar atentos a todas as formas de discriminações para denunciá-las e assumir a negritude; (c) fomentar encontros, formar grupos, comunicar as experiências adquiridas, trabalhar pela conscientização; (d) fomentar discussões sobre a discriminação e a marginalização do negro e da mulher negra, nos ambientes familiares, de trabalho, de convivência, etc.; (e) chamar a atenção e à consciência do homem e da mulher brancos, que são herdeiros de um sistema discriminatório e racista; (f) conhecer as origens mediante

estudos e aprofundar de forma crítica os acontecimentos; (g) trabalhar na conscientização dos matrimônios negros e, sobretudo, que desde a infância, aconteçam uma ação de consciência da negritude; (h) incrementar os encontros locais e regionais e favorecer o seu crescimento em todas as áreas do território nacional; (i) formar uma equipe encarregada de elaborar materiais de reflexão sobre a realidade do negro; (j) realizar encontros anuais para agentes de pastoral, de preferência negros, para aprofundar sobre os temas e propostas nas comunidades e pelos agentes (M. R. Silva, 1993, p. 8).

Em sua trajetória de organização e atuação, os APNs no Brasil foram aprofundando-se e expandindo-se em diversas dimensões da vida dos negros brasileiros nas Igrejas e na sociedade. Esta entidade possui atualmente grupos de teólogos, como o Grupo Atabaque de São Paulo, que já editou vários livros; articulação de religiosos e religiosas, como os Grupos de Religiosos Negros e Indígenas (GRENI), vinculados a Conferência de Religiosos do Brasil (CRB); grupo de mulheres negras; grupos que pensam e criam estratégia para a presença e atuação nas pastorais paroquiais; celebrações afro-brasileiras, com um rito experimental aprovado pelo Vaticano; encontros nacionais de padres e bispos negros, através do Instituto Mariama.

Os APNs desde o início da década de 90, em nível de organização nacional, começaram a enfrentar algumas tensões internas, em especial, entre os padres e religiosos consagrados com alguns leigos. Estas tensões encontraram abrigo no clima de preparação para o VIII Encontro de Pastoral Afro-Americana (EPA), realizado na cidade de Salvador, em setembro de 2000⁸². Ou seja, a partir desta data houve uma grande divisão interna nessa entidade: muitos padres, religiosos consagrados e leigos se retiraram e formaram a Pastoral Afro-Americana no Brasil, com representação oficial na CNBB.

⁸² Os Encontros de Pastoral Afro-Americana (EPAs) têm como objetivo promover a animação pastoral em meio à Comunidade Negra, reafirmando valores e somando-se na busca incessante de meios capazes de superar práticas de discriminação, opressão e exclusão que pesam sobre os negros. Os EPAs são realizados a cada três anos, o VIII, primeiro realizado no Brasil teve como tema *“Comunidades negras: Solidariedade e Alternativas – Reflexões sobre a solidariedade como caminho para o desenvolvimento alternativos das Comunidades Negras”* (VIII EPA – Cartilha Popular, 1999).

Destaco aqui a grande preocupação APN com uma nova prática educacional, onde Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, militante desta entidade, foi uma das primeiras mulheres negras a receber o título de doutora em educação no Brasil, uma referência imprescindível na abordagem do tema negro e educação.

“Os diversos grupos de Agentes de Pastoral Negros, distribuídos pelas diferentes regiões do País, enquanto integrantes do movimento negro, são um lugar privilegiado de educação do povo negro. Pois, o movimento negro, como qualquer movimento social, ao se constituir em bloco de luta em favor da cidadania de grupos que a sociedade marginaliza, por julgá-los inferiores, constitui-se antes de mais nada em apoio a uma educação positiva destes grupos” (P. B. G. Siva; Triumpho, 1993, p. 70).

Em terras gaúchas, os APNs, por um lado, possuem as mesmas características organizacionais de ação e militância a partir de sua presença negra e consciente no seio da Igreja Católica. Por outro lado, desde sua criação, tem como marca registrada um trabalho educativo cultural, social e escolar.

A professora Vera Triumpho, no final de 1983, conhece padre Antoninho Aparecido da Silva⁸³ que, de São Paulo, veio ao estado para ministrar uma palestra sobre *Racismo na Sociedade e na Igreja*. Vera Triumpho, nesta ocasião, foi convidada à participar de um painel no II Encontro Nacional dos APNs, em São Paulo, onde partilhou sua pesquisa sobre *Racismo nos Livros Didáticos*, em 1984. Desta forma, a referida professora, tendo conhecido de perto esta entidade, retorna muito entusiasmada, iniciando em Porto Alegre a organização dos APNs, em 1985. Neste mesmo ano, foi organizado o primeiro grupo de trabalho, na vila Cruzeiro do Sul, onde surge também o primeiro Grupo de Dança Afro-Brasileira APN do Estado, chamado Dindara⁸⁴. No ano seguinte, 1986, já é organizado o I Encontro Estadual dos APNs gaúchos.

⁸³ Padre Antoninho, como é conhecido, na época reitor da Faculdade Arquidiocesana de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo capital, é um dos fundadores dos APNs, em nível nacional, juntamente com os padres Edir Soares e Benedito de Jesus Batista Laurindo.

⁸⁴ Foi este grupo que o Secretário da Educação, Bernardo Olavo de Souza, do governo de Pedro Simon (PMDB), viu numa apresentação na Televisão Educativa (TVE) e motivou Vera Triumpho a criar o Projeto *O Negro e a Educação*.

Assim, os APNs desencadeiam um amplo trabalho com crianças (grupo de danças afro-brasileiras, grupos de capoeira, cursos intensivos de estética negra: trancinhas, pintura em tecido), promove e subsidia painéis, seminários, encontros sobre a criança negra na escola, auto-estima, sua presença nos livros didáticos. Desde então, o crescimento e organização desta entidade têm sido constante, vinculados à preocupação com a situação educativa das crianças e jovens negros a partir da qual articulou-se o trabalho com os adultos (Triumpho e P. G. Silva, 1999, p.105).

Desde sua fundação, seus participantes religiosos e leigos, com o objetivo de fortalecer a comunidade negra, em nível interno e externo do meio acadêmico, passaram a estudar história e culturas negras, filosofia, teologia, sociologia, antropologia, economia, tecnologias produzidas a partir das experiências de escravidão e de colonialismo vividas por africanos e seus descendentes na diáspora, em especial no Brasil.

O Projeto *O Negro e a Educação*, da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SE/RS), surgiu a partir desta *práxis* educativa

“Em 1987, a Secretaria de Educação do Estado tomou conhecimento do Projeto Pedagógico dos APNs, projeto executado pelo CECADI – Comitê Estadual da Criança e do Adolescente Contra a Discriminação. Os técnicos da Secretaria verificaram os resultados positivos, especialmente na elevação da auto-estima da criança negra, e começaram a investir numa atividade semelhante nas escolas da rede estadual de ensino com o Projeto: O Negro e a Educação” (Triumpho e P. G. Silva, 1999, p.113).

É o sistema de ensino que se dá conta de que uma *práxis* pedagógica voltada às classes populares não pode deixar de propor a construção de uma escola que vê o mundo também com os olhos dos negros: uma escola multicultural.

Em 1990, os APNs já atingiam oitenta cidades gaúchas, estando organizados em seis Quilombos⁸⁵, que são os seguintes: Quilombo de Santa Maria, Quilombo de Pelotas, Quilombo Grande Porto Alegre, Quilombo de Santa Cruz, Quilombo de Palmeira das Missões e Quilombo de Rio Grande. Estes possuem uma coordenação local, sendo que dois representantes de cada Quilombo constituem a Comissão Estadual.

⁸⁵ A expressão “Quilombo” é usada em nível nacional, pelos APNs, para designar a articulação de grupos de várias cidades vizinhas, de uma mesma região.

Na trajetória de engajamento e articulação dos APNs, no contexto gaúcho, a partir das necessidades das comunidades e do momento político, foram se constituindo grupos específicos: o Comitê Estadual da Criança e do Adolescente Contra a Discriminação (CECADI); A Associação Cultural das Mulheres Negras APNs; O Grupo de Saúde da População Negra; O Coletivo – Negritude, Fé e Política; O Coletivo Estadual de Educadores Negros; o Grupo de Religiosos Negros. E, recentemente, foram organizados o Grupo de Ministros Negros⁸⁶ e o da Juventude Negra.

Com a mudança de governo do Estado, em 1991, Vera Triumpho foi convidada a se retirar do Projeto *O Negro e a Educação*, fato este que fez com que se articulasse o Coletivo de Educadores Negros APNs, como um grupo específico desta entidade.

“Na administração da Neuza Canabarro, quando eu percebi que não ia acontecer o Projeto, eu me reuni com os educadores APNs e pensamos assim: esse Projeto não pode parar, a questão racial tem que continuar nos bancos escolares. Então nós formamos o Coletivo Estadual de Educadores APNs. Quer dizer que nós continuamos mexendo nas escolas porque o sistema não estava mais nos dando o espaço que nos era de direito” (Triumpho, 56 anos, APNs, 31 ago. 2001).

O Coletivo de Educadores Negros, criado em 1991, tem exercido um papel importante na luta contra o racismo nas escolas, em especial, desafiando e auxiliando na mudança dos currículos. Desde então, vem realizando Encontros de Educadores Negros da Grande Porto Alegre, que são marcados pela reflexão, articulação e incrementação da entidade. Em cada encontro convidam-se mais educadores para participar; estuda-se um tema com assessores convidados, pertencentes à entidade ou não, partilha-se os desafios e conquistas que vão se obtendo em cada escola ou grupo, onde se atua. Participam destes encontros, bem como da entidade, não só os educadores oficiais do sistema de ensino, mas também pais, empregadas domésticas, merendeiras e funcionários de escolas, agentes de pastoral,

⁸⁶ A Igreja Católica no Brasil, nas últimas décadas, vem ordenando Ministros Extraordinários da Eucaristia e da Esperança, sendo nomeados no cotidiano eclesial simplesmente como “Ministros”. Estes Ministros, em sua maioria leigos (todos os católicos que não fazem parte do clero), possuem a tarefa de auxiliar os sacerdotes nas Celebrações Eucarísticas e levar a eucaristia aos doentes em seus lares, no caso dos Ministros da Eucaristia; e, os Ministros da

atendentes, profissionais de repartição pública, iyalorixás, babalorixás, religiosos, padres e pastores⁸⁷.

A ação destes educadores acontece desde o vínculo com os grupos de base. Atualmente, esta *práxis* educativa está articulada nos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Cachoeira do Sul, Tupanciretã, Santa Maria, São Lourenço do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Canoas, Cruz Alta, Passo Fundo, Bagé e Gravataí (Triumpho, 56 anos, APNs, 31 ago. 2001).

Esta entidade foi pioneira também nas políticas de ação afirmativa. É o que se percebe, por exemplo, no seguinte fato: em 1996, Frei Davi Raimundo dos Santos, do Rio de Janeiro, veio assessorar o VII Encontro Estadual de Educadores Negros, onde partilhou a experiência do Curso Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, que estava sendo realizada na Baixada Fluminense. A partir da partilha deste frade, um grupo de educadores não-APNs, com o apoio e colaboração desta entidade, criou um projeto similar em Porto Alegre, inicialmente, sendo criado também em outras cidades gaúchas. Este projeto recebeu o nome de Curso Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares, onde todos os empobrecidos, de maioria negra, são bem vindos. Os professores trabalham neste curso voluntariamente.

Desde meados da década passada, os APNs também estão realizando cursos de qualificação profissional para a Comunidade Negra gaúcha, com apoio do Projeto Qualificar/RS, de Tranças e Adornos Africanos, de Culinária Afro-Brasileira, de Corte-e-Costura, de Conserto de Refrigeradores, Instalação de Linhas Telefônicas. E, ineditamente, em 2000, foi realizado, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), um curso para Empreendedores Negros.

Esta entidade, acompanhando as questões e desafios da sociedade contemporânea, está inserida nos movimentos sociais. No relacionamento com a Igreja Católica, enquanto instituição, no Rio Grande do Sul, são reconhecidos

Esperança, possuem a tarefa de fazerem o ritual específico para defuntos e seus familiares, na Capela Mortuária, conhecido como "Encomendação do Corpo".

⁸⁷ Iyalorixás e Babalorixás são sacerdotisas e sacerdotes do Culto aos Orixás, respectivamente. São expressões yorubanas muito usadas no Brasil.

e participam do Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Destaco, na trajetória e atuação desta entidade, o que é perceptível na descrição realizada acima, o fato de terem consciência da prioridade e do investimento que realizam numa *práxis* educativa em nível de assistência, social, cultural e escolar. Assim como, de possuírem, em seu quadro de militantes, especialistas, mestres e doutores como assessores de sua prática e reflexão pedagógica.

Também ficou bastante explícito o fato de que esta entidade faz desta *práxis* educativa um instrumento de luta, reivindicação em prol da comunidade negra, ao mesmo tempo em que investe também na construção da identidade e vivência da negritude, através da auto-estima.

Muitas ações dos APNs serviram como protótipos para um trabalho mais amplo por parte de outras entidades e grupos do movimento negro, do movimento social e até de alguns órgãos públicos governamentais ou não. É o caso, por exemplo, dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes que atualmente pululam em todo Brasil.

Por fim, destaco, não obstante a complexidade desta entidade, por trazer desde seu nascedouro uma pluralidade de ações e dimensões em sua identidade e atuação, trabalhar com aspectos constitutivos da pessoa humana. Isto é, esta entidade abarca a mística e espiritualidade, através de suas celebrações afro-brasileiras, ecumênicas ou cristãs; o cognoscitivo, em seus encontros de formação e na reflexão de sua atuação; o relacional, também através da forma como acontecem seus encontros, seja num grupo de base, seja numa grande assembléia; e, o econômico, presente no fato, por exemplo, de uma empregada doméstica aprendendo a arte das tranças afros, ganhar numa semana o que não ganhava em um mês de trabalho. É perceptível também o fato de que esta entidade faz desta *práxis* educativa um instrumento de luta, reivindicação em prol da comunidade negra.

e) *Fundação Leopoldo Sedar Senghor*⁸⁸

Com sede em Dakar - Senegal, esta fundação aprova uma extensão em Porto Alegre, em 1982. E, em janeiro de 1984, foi registrada formalmente como Instituto Pró-Fundação Leopoldo Sedar Senghor, nesta capital. Tem como objetivo principal a divulgação dos valores da civilização negra no mundo. Possui em, Porto Alegre, um Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Orientais, sendo que o aspecto “oriental” embasa-se na tese de que os negros são oriundos de Madras - Índia, assim como considera como negros todos os povos de pele escura. Sua organização, atualmente, é constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretária Geral, Diretoria de Finanças, Centro de Estudos, Coordenação de Atividades Religiosas, Diretoria Pró-Atividades Assistenciais, Representante da Fundação em Brasília⁸⁹.

Esta entidade tendo como finalidade a pesquisa e difusão da cultura aplicada à arte, literatura, religiões e ciências humanas, desenvolve as seguintes atividades: (a) criação e incrementação do projeto *Pacto Social em Favor de Um Novo Modelo de Ensino Oficial para a Educação da Criança Negra*, que foi apresentado para a coordenação do Projeto *O Negro e a Educação* no governo de Antônio Brito (1995 a 1998) do PMDB; (b) atividades religiosas afro-brasileiras – palestras, debates ... -, junto a creches de Porto Alegre; (c) elaboração da cartilha *A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Umbandistas*, destinada, em especial, aos babalorixás e iyalorixás, sobre a maneira de como proceder junto à natureza; (d) organização do I Acampamento Negro no Rio Grande do Sul, em Osório, em 1988; (e) desenvolvimento de atividades sociais, artísticas, esportivas e assistenciais. Estabelece suas metas sempre no início de cada ano. Atualmente destacam-se entre as suas atividades e projetos: (a) o programa de televisão *Mama África*,

⁸⁸ Léopold Sédar Senghor nasceu em 1906, no Senegal. É um dos grandes líderes mundial da negritude, foi o primeiro presidente da República do Senegal, em 1960, e é membro da Academia Francesa de Ciências e Letras.

⁸⁹ As pessoas que atualmente estão na coordenação da Fundação Leopoldo Senghor, com seus respectivos cargos, são as seguintes: Dr. Mauro Paré - Presidente; Marilene Leal Paré – Vice-Presidente; Eloá Emiliano – Secretária Geral; Maria do Carmo Santos – Diretora de Finanças; Dr. Vilnei dos Santos – Centro de Estudos; Zenóbia Lúcia de Deus – Coordenação de

apresentado no canal 14 da Net, sobre as manifestações religiosas afro-brasileiras; (b) envio de uma delegação a Dakar, com a tarefa de fazer um documentário sobre o Senegal e sua tradição em educação; (c) produzir um filme sobre a trajetória e presença do negro no Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com seu presidente, Dr. Mauro Paré, até o ano de 1988, a fundação se encontrava um pouco fechada. A partir do I Acampamento do Negro resolve trabalhar também com a área institucional: foi quando participou do desenvolvimento do Projeto *O Negro e a Educação*, na Secretaria de Educação.

Tendo a educação como um das dimensões principais, a Fundação Leopoldo Senghor, atualmente, desenvolve um trabalho religioso educativo cultural através de atividades religiosas afro-brasileiras, junto a creches e escolas, desta capital.

Em nível de participação do conjunto do movimento negro, não participa do Fórum Estadual de Articulação de Entidades Negras e nem do Conselho do Negro atualmente, mesmo achando importante estas organizações. Por outro lado, possui representação no Conselho Estadual de Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros (CEUCAB), na Federação Estadual de Religiões Afro-Brasileiras (AFROBRAS), na Aliança Umbandista Africanista, na Organização da Semana do Negro de Porto Alegre e da Comissão Organizadora da Semana da Umbanda também de Porto Alegre⁹⁰. Esta entidade com sua ação religiosa-educativa contribui no universo da importância e papel destas ações em prol do negro, mesmo que de uma forma isolada politicamente, na medida em que não está participando de espaços políticos organizados que representam o conjunto do movimento negro.

Atividades Religiosas; Dra. Ester dos Santos Pinheiro - Diretoria Pró-Atividades Assistenciais; Maurílio Gomes Oliveira – Representante da Fundação em Brasília.

⁹⁰ A Semana do Umbanda e a Semana do Negro são celebradas em torno dos dias 15 e 20 de novembro, respectivamente. A primeira, porque foi no dia 15 de novembro de 1908, que o jovem Zélio Fernandino de Moraes compareceu numa sessão da Federação Espírita de Niterói, onde foi curado de uma moléstia, começou a receber uma entidade chamada *Caboclo das Sete Encruzilhadas*, selando o surgimento da Umbanda no Rio de Janeiro, que torna-se nacional. E o 20 de novembro, Dia nacional da Consciência Negra, é dedicado a Zumbi dos Palmares, que foi morto neste dia no ano de 1695.

f) Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE)

No ano de 1987, em Porto Alegre, é criado o CECUNE como resultado de insatisfações que estavam sendo sentidas por militantes sociais, alguns oriundos de entidades e grupos do movimento negro. Estes resolveram elaborar um projeto que reunisse diferentes concepções de pensamentos negros, um projeto onde se pudesse trabalhar numa perspectiva bastante plural.

O CECUNE, desde sua fundação, tem como objetivo assessorar as demandas oriundas da Comunidade Negra. Por constituir-se como uma Organização Não-Governamental (ONG), este serviço de assessoria é prestado através da elaboração e incrementação de projetos culturais para o resgate e divulgação da cultura negra e para a sociedade em geral, por isso esta entidade não possui militantes e sim um conjunto de técnicos, assessores e simpatizantes.

A nota “ecumênico” especifica e ratifica seu objetivo de reunir uma diversidade de pensamento social e religioso, resgatando assim o sentido primevo do conceito de “ecumênico” e sua vocação para subsidiar as entidades e grupos do movimento negro, através de assessorias. O ecumenismo que o CECUNE faz é um ecumenismo étnico, de juntar negros e negras de diferentes linhas de pensamento, pois a sociedade não leva em consideração toda diversidade do negro, acha que negro é tudo igual. É constituído por operários, profissionais da classe média e intelectuais.

“O CECUNE hoje é visto também como uma entidade do movimento social, ele transita hoje em todos os setores e não só no universo do movimento negro. Ele não só é uma entidade do movimento negro, mas é uma entidade para o movimento negro e para a sociedade, ele rompe com o processo de guetização” (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 02 abr. 2001).

A estrutura de organização do CECUNE é constituída de Coordenação Geral, Coordenação Administrativa, Coordenação de Projetos e Secretaria. As principais decisões são tomadas por toda a coordenação⁹¹.

Juntamente com uma variedade de assessorias, o CECUNE vem desenvolvendo em prol da comunidade negra e da sociedade em geral, três projetos que são: (a) *Projeto Universidade Livre – Cidadania e Reconstrução da Identidade Étnica*, que constitui-se numa *práxis* educativo-acadêmica alternativa, desenvolvido dentro do próprio espaço acadêmico; (b) *Projeto Arte-Coral*, que possui um forte aspecto estratégico-educativo-cultural; e, (c) uma atuação em prol de políticas sociais, que concretizam-se em fórum de debates, grupos de estudos e grupo de trabalho de investigação.

O *Projeto Universidade Livre – Cidadania e Reconstrução da Identidade Étnica* é realizado desde 1994 e, em 1997, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tornou-se um curso de extensão universitária. Inicialmente, esta ação educativa acontecia através de grupos que reuniam-se sistematicamente e refletiam temas estabelecidos pelos mesmos. Estes grupos foram acumulando experiências e percebendo a necessidade de construir um programa que tivesse uma sistemática, uma exigência que redundou no Curso *Projeto Universidade Livre*. Este, com uma duração de 120 horas-aula, acontece através de módulos mensais, nos finais de semana, onde os alunos possuem aulas pela manhã, tarde e noite, com as mais variadas dinâmicas, com um conteúdo programático bastante amplo, que abrange desde a pré-história da África até políticas de globalização.

Este Projeto já formou quase uma centena de alunos oriundos de entidades dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“O objetivo do curso é elaboração do pensamento. O critério é que o aluno tenha alguma inserção em algum setor do movimento social. E que com o Curso do Projeto Universidade Livre o participante possa ser um multiplicador dentro de seu setor político social. Este projeto vem se consagrando como um curso pioneiro no Brasil” (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 2001).

⁹¹ As pessoas que se encontram nas Coordenações são as seguintes: (a) Juarez Ribeiro, Coordenador Geral; (b) Suzana Ribeiro, Coordenadora Administrativa e Secretária; (c) Marcos Rodrigues da Silva, Coordenador da Universidade Livre; e, (d) Josi Beatriz Viegas, Coordenadora do Projeto “Arte-Coral”.

O CECUNE está consciente de que *Projeto Universidade Livre* tem sido um laboratório para a produção de um pensamento negro brasileiro. E, neste sentido, está programando um Seminário com educadores e ex-alunos, para a construção de uma pedagogia política do Projeto. Este Seminário terá como objetivo fazer uma coleta de todas as experiências que estão sendo gestadas. A maioria dos alunos que estão passando por este projeto são militantes.

O *Projeto Arte-Coral*, criado no ano de 1994, conta atualmente com 35 participantes. Seu objetivo é a divulgação da cultura musical afro-brasileira, através do canto-coral, utilizando-se de técnicas de interpretação da tradição africana (harmonia, melodia e ataque forte), dialetos africanos, tradições afro-americanas e afro-caribenhas, técnicas de interpretação contemporâneas e música popular brasileira.

Este projeto, pensado desde a fundação desta entidade, vem suprir a necessidade de construção de espaços de vivências culturais e revela o entendimento de que a luta do negro não se restringe só a um pensamento teórico, mas também de vivências lúdicas e práticas de resgate da cultura e da identidade, que acontecem nas diversas formas de articulação. Os integrantes deste Projeto, em seu cotidiano, exercitam uma *práxis* permanente de organização e disciplina e o desenvolvimento da emoção e da intuição.

Internamente, o *Projeto Arte-Coral*, é coordenado por uma equipe formada por representantes do próprio grupo. E, externamente

“Possui uma infinidade de relações com a sociedade, reconstrói a auto-estima, disponibiliza um serviço de boa qualidade para a sociedade. A partir desta preocupação de ser um entidade com assessoria técnica, de ter qualidade em tudo que faz” (Ribeiro, 47 anos, CECUNE, 17 dez. 2001).

No que diz respeito à intervenção e criação de políticas sociais, o CECUNE, tem presente, desde seu início, a relevância de um engajamento social através da implementação de políticas de transformação da sociedade e de uma discussão permanente de projetos de políticas públicas. Não possuindo vínculo partidário, tem projetos, planejamento e estratégias, que são constantemente repensadas. Este tipo de intervenção na sociedade é concretizado através de Fóruns de Debates, Grupos de Estudos e Grupo de Trabalho Investigativo.

Podemos perceber, nesta descrição da trajetória e atuação do CECUNE, que o *Projeto Universidade Livre – Cidadania e Reconstrução da Identidade Étnica* é a sua ação educativa propriamente dita. Este projeto é inovador, em especial, porque ao mesmo tempo em que insere o negro no espaço acadêmico, é um espaço de análise, pesquisa e reflexão do fazer dos movimentos sociais e negros: aqui encontra-se o cerne da estratégia e protótipo de uma trilha para definição e implementação de políticas públicas negro-educativas e a questão das cotas. E, no universo de articulação, organização e atuação do movimento negro, esta entidade, atualmente, não participa do FAENERS e nem do CODENE/RS. Conseqüentemente, não está somando na tarefa basilar do movimento em seu conjunto, que é a de criar estratégias para que políticas públicas em educação de negros sejam implementadas.

g) Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras

No mês de março, de 1987, um grupo de trinta mulheres, militantes de entidades e grupos do movimento negro em Porto Alegre, resolveram concretizar a necessidade que estavam sentindo de um espaço onde pudessem desenvolver especificamente as questões das mulheres negras⁹². Assim é criado o *Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras*, mais conhecido como Grupo Maria Mulher, atualmente, uma Organização Não Governamental. Este grupo identifica-se como uma entidade feminista que abraça uma missão institucional de defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, em especial, dos negros brasileiros, cujo objetivo principal é o combate às discriminações sexista, racial, étnico e social (Fontoura, 2000, p. 5).

Esta entidade traz em seu bojo uma prática consistente, onde é relevante a formação de suas componentes que, em grande parte, são oriundas do movimento negro, onde, em nível pessoal, aprenderam o que é ser

⁹² Entre as mulheres fundadoras do Grupo Maria Mulher, estavam presentes Maria Conceição Lopes Fontoura, Cláudia Pontes Cardoso, Sandra Silveira, Iara, Saionara (falecida), Carminha, Ceres, Tereza Canabarro.

negra na sociedade brasileira; e, como grupo, buscaram muito conhecimento, pois os grupos existentes até então eram de mulheres brancas.

Em sua trajetória, o Grupo Maria Mulher vêm participando de vários eventos nacionais e internacionais como, por exemplo, sua presença no Seminário Anti-Racismo alemão, que realizou-se em dois momentos: num primeiro momento, com o tema *“Alemanha, Um País de Imigrantes”*, de 29/08 a 02/09 de 2001, que tratou sobre os imigrantes que foram para aquele país e sobre as políticas públicas em relação a estes imigrantes. Num segundo momento, de 08/09 a 15/09 de 2001, representantes de entidades que desenvolvem um trabalho antidiscriminatório do Brasil, da República Dominicana, da Índia, da África do Sul e dos Estados Unidos da América, compartilharam sua *práxis* através de oficinas, com o tema *“Aprendendo com os Países que Trabalham com a Discriminação Racial”*.

Em nível educativo, na trajetória de atuação desta entidade, destacam-se, em especial, as dimensões educativo-social, educativo-escolar alternativo e educativo jurídico. Estas ações educativas acontecem através de um trabalho com Mulheres e Adolescentes Negras na vila Maria da Conceição; através de Oficinas de Alfabetização na vila Cruzeiro do Sul; e do Programa S.O.S. Racismo: Serviço Essencial Para a Cidadania.

A partir de 1998, esta entidade, através do Conselho Tutelar, percebeu que na vila Cruzeiro do Sul existe um número expressivo de negros, passando a desenvolver um trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica, neste local. E, a partir deste trabalho, partiu para ações educativas, em especial, nas áreas da saúde e da educação, que são os seguintes: (a) curso de alfabetização, através de oficinas, para as mulheres, negras e não negras, vítimas de violência doméstica, com um recorte de gênero, raça e etnia; (b) atendimento psico-social e jurídico; (c) oficina de auto-estima, que também é desenvolvida com adolescentes e mulheres negras na vila Maria da Conceição.

O Programa S.O.S. Racismo: Serviço Essencial para a Cidadania vem sendo desenvolvido, desde janeiro de 2001, em parceria com o departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Neste programa, o Grupo Maria Mulher, usa a mesma

metodologia dos trabalhos realizados nas vilas Cruzeiro do Sul e Maria da Conceição, cujo público atendido constitui-se de pessoas vítimas de violência e discriminação racial. Atende uma média mensal de vinte pessoas. Também, neste programa, é realizada uma oficina de *Desconstrução do Racismo*, aberta a todas as pessoas que queiram saber como se procede para desconstruir o racismo existente na sociedade brasileira.

A *práxis* educativa do Grupo Maria Mulher destaca-se e contribui, em especial, por englobar questões de gênero e jurídicas, uma vez que os aspectos raciais e étnicos são norma geral no conjunto das entidades e grupos do movimento negro. Usando uma metodologia de trabalho através de oficinas, soma-se a outras organizações que utilizam-se desta modalidade. Por um lado, com suas ações educativas, esta entidade aponta e desenvolve estratégias às necessidades de políticas públicas negro-educativas que tenham este recorte de gênero e aborde as questões jurídicas pertinentes aos direitos destas pessoas contempladas com estes trabalhos. Por outro lado, por não estar participando do Fórum Estadual de Articulação de Entidades Negras e nem do CODENE/RS, isola-se em sua ação e, conseqüentemente, não contribui para que o conjunto do movimento negro gaúcho tenha mais peso em sua organização, ação, atuação e reivindicação destas políticas públicas.

h) Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (GRIÔ)⁹³

Com sede em Porto Alegre, o Griô é uma Organização Não Governamental, fundada em 1991, e constitui-se, basicamente, de voluntários que disponibilizam informações na área da saúde e do meio ambiente, através da visão de mundo africana. Esta entidade surgiu na cidade gaúcha de Pelotas, a partir da articulação de militantes oriundos de diversos grupos do movimento negro. Alguns destes militantes foram: Edson Augusto Nogueira, Regina Goulart Nogueira, Jairo Pereira de Jesus, Ceci Cruz de Souza, Paulo Barbosa e Gerson Sebágio. Antes de possuir esta denominação, chamou-se Centro de

⁹³ Griot, é um vocábulo de origem francesa, usado para designar uma tradição oral, onde a história de um grupo étnico é contada de geração em geração através da memória dos anciãos do próprio grupo.

Cultura Afro-Brasileira e Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro, que possuía um Instituto de Mulheres Negras, chamado Eleko.

Esta entidade tem como objetivos a contribuição na melhoria da qualidade de vida dos negros, através da prevenção de doenças com maior incidência nesta comunidade; a atuação no combate ao racismo; a colaboração na criação de políticas públicas; a capacitação da população para o resgate da cidadania através da construção simbólica de um território, tendo a participação da comunidade negra na conquista e defesa de seus direitos de sujeitos e cidadãos.

Com o entendimento de que é importante possuir uma sede própria, possui uma estrutura de organização constituída de uma Coordenação Executiva, subdividida em Coordenação Geral, Coordenação de Estudos e Projetos, Coordenação Administrativa, Coordenação Financeira, Secretaria Executiva, Sócios Fundadores, Sócios Efetivos, Conselho Gestor, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e funcionários, sendo que suas principais deliberações são feitas em Assembléia.

O Griô criou os seguintes Projetos: *Raça Afro-Descendente na Onda*, que constituía-se num programa de rádio; *Raça Afro-Descendente em Foco*, que concretizaria-se através de uma caravana de profissionais da área da cultura, que iriam nas grandes regiões gaúchas realizar concursos de cultura negra; e, *Projeto Raça – Jurídico*, de assessoria jurídica. Estes projetos não se desenvolveram, na trajetória do Griô.

Assim, esta entidade possui uma ação educativa mesclada e intermediada pelas questões da saúde, meio ambiente, comovisão negro-africana e religiosidade afro-brasileira, como parte constitutiva de sua práxis, presente em sua trajetória. Sendo que, atualmente, todos os projetos desenvolvidos constituem-se numa *práxis* educativa, que são os seguintes: (a) o Programa *Raça Afro-Descendente e Resistência* (RAR), como uma ação educativa sócio-cultural, concretizada em cursos profissionalizantes alternativos voltados para os negros empobrecidos; (b) o *Projeto Afro-Descendente Agente de Saúde Ambiental* (AASA), que constituiu-se numa ação educativa com o recorte da saúde das pessoas e do meio ambiente; (c) o

Projeto *Hemeroteca Cidadã*, que realiza uma ação educativa e alternativa, onde seus participantes aprendem a ler de uma forma crítica, através de periódicos; (d) e, o Projeto *Afro-Descendente Agente de Saúde Ambiental* voltado aos templos de Religiões Afro-Brasileiras e Escolas de Samba, que realiza uma ação educativa religiosa e cultural.

Em sua trajetória, tem desenvolvido muitas ações direta ou indiretamente educativas, como o Fórum O Negro e a Educação, na cidade de Pelotas/RS, constituído pela Secretaria Municipal de Educação e entidades do movimento negro local que, instalado na Câmara de Vereadores, teve a tarefa de pensar uma educação de negros para aquela região. Este Fórum atuou nas escolas com palestras, cursos de formação para professores e fornecimento de subsídio para-didático. Participou de várias edições da Feira do Livro pelotense onde lançou alguns livros⁹⁴ e desenvolveu o Projeto *Kizomba de Negro Para Negro*, que reuniu expressões culturais negras da região (escolas de samba, cantores de *Rap*, grupos de dança afro-brasileira), onde, como ingresso, era solicitado um quilograma de alimento não perecível, revertido para famílias negras carentes. Desenvolveu o Projeto de Agentes de Saúde Mirim, em Convênio com a Universidade Federal de Pelotas. Esta entidade teve sua sede em Pelotas desde sua fundação até o ano de 1997, passando a situar-se em Porto Alegre.

Todos os projetos desta entidade são desenvolvidos a partir de princípios educativos teóricos e práticos, pensados e criterizados pela mesma, que são os seguintes: é sempre uma ação coletiva; possui uma relação horizontal, onde não existem professores e alunos e sim educandos e educadores; e, o princípio da troca, a partir dos mais velhos aos mais jovens, típico da roda religiosa de matriz africana.

O Programa *Raça Afro-Descendente e Resistência*, quando nasceu, tinha duas grandes propostas: a primeira, a partir de um conjunto de entidades negras brasileiras, constituir um grande Programa denominado *Raça XXI Afro-*

⁹⁴ Nestas edições da Feira do Livro do município de Pelotas, o Griô lançou obras como *Reviras, Batuques e Carnavais*, de Marco Antônio Melo; *Negros, Olarias e Charqueadas*, de Ester Gutierrez; *Filhos da Escravidão*, de Agostinho Neto (Nogueira, 40 anos, Griô, 03 nov. 2001).

Descendente, que consistia na realização de um recenseamento com os quesitos raça e cor, com profissionais capacitados; e a segunda, construir uma *práxis* educativa a partir do conhecimento das pessoas. É exatamente este segundo aspecto que vem sendo desenvolvido na vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre. Este projeto é realizado a partir de saberes da construção civil, com ênfase no coletivo: produção de peças pré-moldadas para o saneamento doméstico (pias para banheiro, vasos sanitários, tanques, fossas cépticas e sumidouros). Juntamente com a produção destas peças, os participantes deste projeto, aprendem matemática, biologia e português, sendo incentivados a retornarem para o ensino formal.

O Projeto de *Saúde Ambiental*, também é realizado na vila Cruzeiro do Sul, na Comunidade Santa Anita, do arroio Passo Fundo, que atualmente possui um Herbário e um Minhocário, em prol da edificação de paisagismo. O Projeto *Hemeroteca Cidadã* consiste na formação de jovens através do jornalismo. Isto é, a partir de periódicos os jovens aprendem a ler com crítica e a comercializar, através da produção de clipes nas questões de educação, saúde, meio ambiente, raça e gênero.

O Projeto *Afro-Descendente Agente de Saúde Ambiental*, voltado para templos de Religiões Afro-Brasileiras e Escolas de Samba⁹⁵, é financiado pelo Ministério da Saúde, e consiste em dar assistência a estes Templos e Escolas Carnavalescas, no sentido de combate a AIDS e, principalmente, num processo de reterritorializar os valores civilizatórios da educação coletiva, resgatando o papel social destes templos e escolas para a comunidade em geral.

Na descrição do Griô percebe-se a relevância e a consciência de sua *práxis* educativa. Seus Projetos concretizam ações educativas mediadas por questões negras sociais relevantes e emergentes como a saúde, o meio ambiente, a religiosidade de matriz africana e as Escolas de Samba. Assim como concretiza projetos econômicos alternativos de subsistência para os empobrecidos, igualmente como uma ação educativa. Modalidades estas de

⁹⁵ Atualmente giram em torno de 40 os Templos de Religiões Afro-Brasileiras e as Escolas de Samba assistidas por este Projeto do Griô.

projetos que são típicos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁹⁶. E, no conjunto do movimento negro, esta entidade estando presente no Fórum Estadual de Entidades Negras Gaúcho e no Comitê Afro Pró Fórum Social Mundial⁹⁷, possui dois níveis de contribuição para a concretização de políticas públicas negro educativas: por um lado, suas ações educativas são estratégias e modelos para a incrementação destas políticas; por outro lado, no e com o Fórum contribui para que estas mesmas políticas sejam realizadas.

i) União de Negros Pela Igualdade (Unegro)

A Unegro é uma entidade do movimento negro, fundada na cidade de Salvador/BA, em 14 de julho de 1988, por militantes do próprio movimento negro e dos movimentos populares. Com um carácter suprapartidário, pluri-religioso e de maioria negra, tem como objetivos: combater o racismo e todas as suas formas de manifestação; contribuir para uma participação cada vez maior da população negra na vida política do país; lutar pela preservação e fortalecimento da cultura negra; e, prestar solidariedade aos povos do continente africano e da diáspora, bem como aos povos oprimidos de todo mundo. Ainda ressalta em sua apresentação que é uma organização de cunho político com a tarefa de combater o racismo e, ao mesmo tempo, coloca-se a serviço da luta em prol de uma sociedade democrática e igualitária onde não haja oprimidos nem opressores, onde a única lógica existente seja a da vida. Enfatiza também sua atuação como uma ampla prática política com os setores democráticos e progressistas, com outros movimentos sociais, populares e

⁹⁶ Na *práxis* das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica no Brasil, nas décadas de 80 e 90, em especial, foi bastante comum a organização de *Projetos Alternativos*, como espaços de vivência da fé, organização política e subsistência econômica. À guisa de exemplo, nestas décadas mencionadas, no bairro Mathias Velho, em Canoas/RS, pululavam Grupos de Fornos Comunitário, de *Mutirão* de Mulheres, de *Mutirão* de Crianças, como *Projetos Alternativos*.

⁹⁷ O Comitê Afro Pró Fórum Social Mundial foi constituído por algumas entidades e grupos do movimento negro gaúcho que não estavam ligadas ao Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul, mas que gostariam de participar exclusivamente de atividades em prol do Fórum Social Mundial (FMS). Este Comitê foi instituído em abril de 2001, mas na prática existe desde 2000, em preparação para o I FMS. Sua principal tarefa é preparar a participação do negro no FMS. Este, preocupando-se até com a infra-estrutura, faz as vezes de anfitrião para os negros que vem de outros países, estados e municípios do interior gaúcho.

demais organizações do movimento negro (J. A. S. Silva, 38 anos, Unegro, 09 abr. 2001).

Esta entidade chegou no Rio Grande do Sul um ano antes de adquirir um caráter nacional, em 1994. Especificamente, chegou no município de Pelotas com a pessoa de Jorge Antônio Rodrigues, no ano de 1993, onde ficou centrada por alguns anos. Em 1997, Jorge Antônio Rodrigues reunindo-se com alguns militantes como Carlos Adair, Carlos Osório, Alexandre e José Antônio Santos da Silva, desencadeou um processo de resgate da atuação da Unegro, em nível nacional, e um trabalho em nível estadual.

Quanto ao motivo da fundação desta entidade, há duas posições diferentes: (a) primeiro, Ferreira (2000, p, 88) relata que esta entidade surgiu a partir da dissidência de alguns militantes com o Movimento Negro Unificado, no final dos anos 80, pela razão de vários militantes do MNU filiaram-se ao Partido dos Trabalhadores, o que, conforme os fundadores da Unegro, limitou a existência de um espaço amplo e aberto para um debate político e democrático, no interior da entidade; e, (b) J.A.S. Silva (38 anos, Unegro, 09 abr. 2001), afirma que a Unegro não é dissidente do Movimento Negro Unificado e sim, que esta entidade nasceu no berço do movimento de massa, possuindo atualmente um dos braços fortes em São Paulo, no interior do Sindicato dos metalúrgicos.

A Unegro gaúcha vem atuando nos municípios de Eldorado do Sul, Porto Alegre, Gravataí, Rio Grande, Passo Fundo, Bagé, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, São Lourenço do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Santa Maria e Guaíba. Sua coordenação estadual e seus respectivos membros são: Coordenação Geral: José Antônio dos Santos da Silva; Formação: Leonor Bahia e suplente Clóvis da Silva; Propaganda: Carlos Osório; Finanças: Carlos Adair.

Esta entidade, desde sua identidade fundadora, não se atém e nem define como prioridade em seu campo de atuação, questões e ações educativas propriamente ditas. Porém, não obstante a esta centralidade política, a Unegro gaúcha, está encaminhando junto ao CODENE/RS e ao FAENERS, dois trabalhos nesta área que são: o Projeto *Viva a Vida na*

Periferia e o Projeto *Negro Cidadão*, que caracterizam-se como educativo social e educativo escolar, respectivamente.

O Projeto *Viva a Vida na Periferia*, possui como objetivo desenvolver um trabalho com jovens de 12 a 17 anos, com a utilização de hip-hop, capoeira e teatro, com a tarefa de orientar jovens sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Já o Projeto *Negro Cidadão* refere-se ao exercício de uma proposta pedagógica negra, que está sendo realizada em São Paulo e apresentada ao governo daquele estado.

No universo do movimento negro, esta entidade participa do FAENERS e do CODENE/RS, contribui e possui a tarefa de fazer pressão e pensar estratégias políticas para que as instituições e espaços públicos governamentais implementem e incrementem políticas públicas em educação de negros.

j) Instituto Brasil – África (IBÁ)

O IBÁ surge a partir de discussões realizadas entre estudantes negros brasileiros e negros africanos, dos cursos de Ciências Sociais, História, Pedagogia e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos anos de 1983 e 1984. Estas discussões giravam em torno das semelhanças e diferenças de aspectos culturais negros no Brasil e em alguns países africanos. Destas discussões, Sandra Noronha retém a idéia de fundar uma instituição que abordasse aspetos do Brasil e África⁹⁸.

Nos anos de 1990, Sandra Noronha e Fernando Moreira encontram-se no movimento negro, casam-se e retomam aquelas idéias dos anos de 1980: começam a pensar numa forma organizada que pudesse sistematizar as informações corretas, desmistificadas, sem preconceitos da realidade histórica, cultural dos países africanos. Desde então, com pesquisas realizadas sobre este tema, começaram a trabalhar numa escola ou noutra, através de oficinas.

⁹⁸ Fizeram parte deste grupo, por exemplo, Sandra Noronha, Gideon Idowú, Carlos dos Anjos, Rita Camisolão e Fernando Moreira, atual Coordenador.

Assim, em julho de 1998, este trabalho é oficializado através da criação do IBÁ.

“Com o objetivo principal de informar sobre a África, diminuir o distanciamento da imagem mitificada que as pessoas possuem do Continente Africano, das culturas africanas e dos afro-descendentes, para acabar com o racismo da formação das pessoas” (Moreira, 37 anos, IBÁ, 29 nov. 2001).

A entidade foi criada a partir da necessidade de desenvolver uma efetiva política entre Brasil e África, pelos fortes laços históricos e culturais que unem brasileiros e africanos e pela realidade mundial de crescente integração entre povos, economias e culturas. É uma Organização Não Governamental, apartidária e sem fins lucrativos, interessada em resgatar e divulgar a cultura africana e negro-brasileira, assim como promover e apoiar ações de efetiva integração entre o Brasil e os países africanos. O Instituto Brasil-África pretende ser um ponto de referência dos países africanos no Rio Grande do Sul, fornecendo informações diversas a respeito desses países, como sua cultura, sociedade, economia, notícias e política bem como, informações turísticas e de intercâmbio, calendário de eventos e folclore.

Não obstante a idéia inicial e os objetivos primeiros desta entidade, a questão educativa concretizada em ações, começa a se tornar central em sua trajetória, fazendo com que, atualmente, seja o ponto mais saliente de sua atuação no movimento negro e na sociedade. Atualmente o IBÁ está profundamente marcado por um trabalho educativo escolar alternativo, que se dá através de: (a) Oficinas de História e Cultura Africanas, Cursos de Dança e Música Afro, Hora do Conto Africano, palestras, vídeos, recitais para crianças, adolescentes e educadores em geral, como professores, educadores populares, educadores infantis, monitores de escolas; e, (b) Curso Pré-Vestibular Alternativo *Superação*.

No ano de sua fundação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), sabendo do trabalho desta entidade, lhe chamou para desenvolver um Seminário com educadores infantis de sua Rede de Ensino. Este Seminário desencadeou trabalhos em outras cidades como Canoas, Monte Negro, São Leopoldo, Caçapava do Sul e Novo Hamburgo. Estas atividades, fomentaram e redundaram no I Curso de História e Cultura Africana

para Crianças, no início de 1999, onde se desenvolveu um trabalho junto a crianças órfãos negras, em especial, com oficinas de história, cerâmica, música e pintura⁹⁹. Em novembro, deste mesmo ano, durante três dias, foi também realizado o I Seminário de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira onde o questionamento feito pelos participantes sobre a ausência do estudo da África, nos currículos educacionais, ajudou a definir o recorte educacional desta entidade¹⁰⁰.

O Pré-Vestibular *Superação*, modalidade alternativa de Curso Pré-Vestibular para negros e carentes, como é denominado em outros lugares, além de explicitar para quem estes cursos se destinam, estão se multiplicando em todo Brasil, desde sua criação na Baixada Fluminense (RJ), pelo Frei Davi Raimundo dos Santos, militante dos APNs, em 1997. Este Pré-Vestibular teve seu início com dificuldades de infra-estrutura, sem nenhum apoio, no final do primeiro semestre de 1999. Atualmente, com apoio do Instituto C&A, é gratuito, oferece manuais e possui mais de um professor para cada disciplina. A partir da segunda turma, o recorte racial ficou bem demarcado, onde a maioria dos alunos passou a ser negros, vindo obtendo bons resultados nos vestibulares em nível de aprovação.

Quanto à inserção no conjunto do movimento negro, o IBÁ tem participado do Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul de uma forma não constante (ora está, ora não está), não participa do CODENE/RS e é o representante do Estado do Rio Grande do Sul junto à Comissão Nacional de Entidades Negras (CONEN). Esta entidade percebe que o FAENERS é um espaço político e enquanto tal possui discussões que resultam em disputa de espaços, que não são saudáveis e nem contribuem com a comunidade negra, pois este Fórum deve sempre mais

⁹⁹ O I Curso de História e Cultura Africana, promovido pelo IBÁ, foi realizado na Usina do Gazômetro, em Porto Alegre/RS, com apoio de empresas privadas, nos meses de janeiro e fevereiro de 1999.

¹⁰⁰ O I Seminário de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, foi realizado na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre/RS e contou com a participação de autoridades e intelectuais, em nível nacional e internacional, como Manoel Oliveira, I Secretário da Embaixada de Cabo Verde, na época; Álvaro Pacheco, Adido Cultural da Embaixada de Angola no Brasil; professor Carlos Serrano, antropólogo angolano da USP; Carlos dos Anjos; profa. Terezinha Juraci Machado da Silva; juntamente com professores e estudantes de todos os níveis de ensino.

ser um espaço de discussões e pensamento conjunto do movimento negro (Moreira, 37 anos, IBÁ, 29 nov. 2001).

Seu curso alternativo de Pré-Vestibular, reforça uma das bandeiras prioritárias do movimento negro atual, que é a reivindicação de espaço para a presença de jovens negros no meio universitário. E, simultaneamente, concretiza, exemplifica e mostra para a sociedade e os governos a viabilidade e urgência de políticas públicas que se materializem em cotas e bolsas de estudos para negros.

k) Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul (FAENERS)

O Fórum de Articulação de Entidades Negras gaúcho surgiu em 1991, com o objetivo de preparar e organizar o I Encontro das Nacional Entidades Negras (ENEN), realizado em São Paulo, de 14 a 17 de novembro, desse mesmo ano.

Constitui-se como instância de articulação das entidades negras gaúchas em torno de um espaço de discussão e de representação destas entidades diante de eventos oficiais como organização de Semanas Municipais do Negro e Comissão Nacional de Entidades Negras (CONEN). A CONEN, por sua vez, foi instituída dentro do I ENEN, em São Paulo, no ano de 1991, sendo composta por representantes de cada Fórum Estadual. Em nível de identidade, Vera Soares, atual coordenadora, especifica que

“O Fórum é um intermediador, um aglutinador da sociedade civil organizada, dos grupos e entidades do movimento negro, que faz ponte com as instituições e com o governo estadual para implementar políticas públicas em prol dos negros: políticas para a saúde, para a educação, para o trabalho, para a captação de renda, para a auto-estima” (Soares, 54 anos, FAENERS, 04 nov. 2001).

Até meados de 2001, este Fórum contava com a participação de vinte e sete entidades e grupos do movimento negro gaúcho. Atualmente, início de 2002, este conta com treze entidades. A atual coordenação deste Fórum,

constituída por representantes do Griô, da Unegro, do Clube de Baianas Independentes e África, possui como política de organização a formação de Fóruns Municipais, para que este seja fortalecido. Os Fóruns Municipais de Entidades Negras já estão sendo constituídos em São Lourenço do Sul, Viamão, Gravataí, Santa Maria, e em processo de construção, nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Destaca-se um grande trabalho e atuação em Porto Alegre¹⁰¹.

As entidades ou grupos que participam desse Fórum são: (1) Ação, Força, Inclusão e Consciência dos Afro-Brasileiros (África), de Porto Alegre; (2) Agentes de Pastoral Negros (APNs), entidade nacional; (3) Clube de Baianas Independentes, de Porto Alegre; (4) União Negra Pela Igualdade (Unegro), entidade nacional com sede em Porto Alegre; (5) Movimento Negro de Gravataí (MONEGRA); (6) Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (Griô), com sede em Porto Alegre; (7) Cadecune; (8) Coletivo de Negros e Negras dos Correios e Telégrafos; (9) Sindicato dos Previdenciários (Sindisprevi); (10) Fórum Municipal de Viamão; (11) Fórum Municipal de São Lourenço do Sul; (12) Fórum da Cidade de Pelotas; (13) Fórum da Cidade de Rio Grande.

Desde sua criação, em 1991, o FAENERS vem enfrentando vários desafios internos de organização, representação e participação de entidades e

¹⁰¹ As entidades e grupos do movimento negro gaúcho que faziam parte do Fórum de Articulação de Entidades Negras do Estado do Rio Grande do Sul, até meados de 2001, são as seguintes: (1) Angola Janga, de Porto Alegre; (2) África – Ação, Força, Inclusão e Consciência dos Afro-Brasileiros, de Porto Alegre; (3) Ibá – Instituto Brasil-África; (4) Kuenda, de Porto Alegre; (5) Satélite Prontidão, de Porto Alegre; (6) Agentes de Pastoral Negros, entidade nacional; (7) Clube de Baianas Independentes, de Porto Alegre; (8) Unegro – União Negra Pela Igualdade, entidade estadual; (9) Comitê Estadual da Criança e do Adolescente Contra a Discriminação – CECADI, entidade estadual; (10) MONEGRA – Movimento Negro de Gravataí; (11) Griô – Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra, com sede em Porto Alegre; (12) Projeto Mocambo; (13) Instituto Cultural Afro-Sul, de Porto Alegre; (14) Grupo de Reflexão Afro-Descendente – Gra da Associação dos Funcionários do Hospital de Clínicas de Porto Alegre -Ashclin; (15) Malta dos Guris de Rua, de Porto Alegre; (16) Cadecune; (17) Ecau/Unisinos; (18) Afrotchê, de Porto Alegre; (19) Instituto África América –Iafra, de Porto Alegre; (20) CECUNE- Centro Ecumênico de Cultura Negra, de Porto Alegre; (21) Tambores da Aurora, de Novo Hamburgo; (22) Movimento Negro de Uruguaiana; (23) Conselho do Negro de São Gabriel; (24) Conselho Negro de Alvorada; (25) Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, de Porto Alegre; (26) Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore –IGTF, da Secretaria Estadual de Cultura; (27) Grupo Clara Nunes, de Caçapava do Sul. A coordenação é constituída por representantes do Griô, da Unegro e do Clube de Baianas Independentes e África.

grupos que constituem o movimento negro, como ficou visível na descrição e análise destas. A não participação destas entidades e grupos, neste Fórum, explicita também um dos maiores desafios do movimento negro gaúcho e brasileiro, em nível de organização interna que afeta diretamente sua ação e atuação na sociedade. Ou seja, não obstante a existência de um universo diversificado de ações educativas no seio de cada entidade ou grupo, o que poderia reverter-se concretamente em força e alavanca em prol da implementação de políticas públicas educativas, perde muito deste potencial por não estar melhor articulado como conjunto do movimento negro.

REFLEXÕES FINAIS: Da Complexidade do Movimento e da Política

Ratifico e pontuo, inicialmente, nesta análise e reflexão do conjunto do movimento negro o fato de que, por um lado, existe um movimento constante e circular entre a pessoa do militante e os objetivos e espaços de cada entidade ou grupo, onde este mesmo militante é partícipe; e, tanto da pessoa do militante quanto do objetivo e espaço de cada entidade ou grupo, com os espaços de trabalho profissional, os espaços de organização e articulação internos ao universo do movimento negro e deste com espaços públicos de atuação, reivindicação, pressão, embates e conquistas de políticas públicas em prol de negros. E, por outro lado, o contingente, a diversidade de atuação, de objetivos, de recortes práticos e ideológicos, em nível de cada entidade ou grupo, faz com que este movimento, em seu conjunto, possua, ao mesmo tempo, uma série de antagonismos, contradições e complementaridades.

Estes dois aspectos, acima arrolados, fundamentalmente, marcam, definem e caracterizam a organização deste movimento em seu conjunto e, conseqüentemente, influem na força deste em implementar políticas públicas negras educativas, não obstante a riqueza de ações e estratégias das entidades e grupos e dos seus militantes: aqui reside o que entendo como a complexidade do movimento negro.

Ressalto, primeiramente, que vicissitudes, embates e conquistas são marcas indestrutíveis da trajetória de cada militante negro e de cada entidade ou grupo constituintes do movimento negro. Nestes dezessete sujeitos entrevistados (doze mulheres e cinco homens) estão presentes a nudez e a crueza de se viver num contexto racista. Aqui, a expressão “não é fácil ser negro vinte e quatro horas por dia” expressa muito bem esse sentimento e realidade da discriminação, acrescidos, atualmente, com novas formas de racismo. Constata-se que não se pode baixar a guarda em hipótese alguma,

pois, mesmo em contextos explícita e oficialmente de combate ao racismo, o negro é sempre subestimado.

Esta constatação ultrapassa um mero discurso choroso, como em muitas ocasiões o militante negro é tachado. Isto é, as pesquisas continuam ratificando a existência do racismo vivo e enfrentado pelos negros brasileiros, onde, por exemplo, um estudo do Núcleo de Pesquisa e Informação da Universidade Federal Fluminense (DataUFF), realizado em maio de 2000, confirma o fato de o Brasil ser um país racista (Farias, 2001, p. 9)¹⁰². Esta pesquisa revelou que: (a) 93% dos entrevistados admitem racismo nos outros e apenas 12% em si mesmos; isto é, os mesmos entrevistados que reconhecem a situação no geral, a negam, entretanto, em particular; (b) 77% identificam conflitos, sobretudo no ambiente de trabalho, onde a competição dá o tom; conforme 32%, a culpa pode ser de fato dos brancos por não gostarem de negros, ou de os negros quererem as mesmas condições dos brancos, para 46%; (c) 57% rechaçaram um chefe de cor preta e 58% desaprovaram o casamento de um parente com pessoa de cor preta.

Esta pesquisa também traz presente o fato de que a vivência da negritude e a construção da identidade negra continuam sendo um desafio emergente. Desafio este que passa, em especial, pela participação em entidades e grupos do movimento negro. Aqui, lembro, à guisa de referencial analítico, as reflexões, pesquisas e análises desenvolvidas a respeito da trajetória identitária negra, denominada de estágios de construção da identidade negro-brasileira (Ferreira, 2000, p.70-84). Conforme este mesmo autor, a construção da identidade negra segue um processo constituído por quatro estágios: (1) no estágio de submissão há uma idealização do mundo branco como escudo, correspondendo à internalização de estereótipos negativos feita de maneira inconsciente, sintetizado na noção do “branco ser certo” e o “negro ser errado”; (2) o estágio de impacto é marcado pela

¹⁰² Foram realizadas 1.172 entrevistas domiciliares, em todo o estado – capital, Região Metropolitana, Baixada Fluminense e interior, em sete meses de trabalho. O Rio de Janeiro foi dividido em cinco regiões de amostragem, de acordo com os dados de contagem de população do IBGE. No município do Rio, a estratificação de setores foi feita pelo IPTU. Nas demais regiões, a base foi o PIB per capita e a escolaridade do chefe do domicílio. A margem de erros é de três pontos percentuais (Farias, 2001, p. 5).

descoberta do grupo étnico-racial de referência, desenvolvido pela pessoa a partir do momento da tomada de consciência da discriminação, quando brotam emoções como a culpa, a raiva e uma angústia generalizada, que poderão se tornar favoráveis por gerarem energias para a ação; (3) no estágio de militância acontece a construção de uma identidade afrocentrada, caracterizada por uma grande valorização dos símbolos da nova identidade em processo (jargões verbais, músicas, ritmos, penteados e roupas africanos), com a substituição da denominação “preto” ou “de cor” pela de “negro”, ocorrendo a dissipação das hostilidades do estágio anterior; e, (4) no estágio de articulação há uma abertura para a alteridade, com a nova identidade fundamentando-se em três funções dinâmicas: a defesa e proteção de agressões psicológicas, o provimento de um sentido de pertença e ancoradouro social, e o ponto de partida e fundamentos para relacionamentos com pessoas de culturas diferentes daquelas referenciadas em matrizes africanas. Estes estágios sintetizam o processo em que vivemos quando temos a oportunidade e a coragem de assumir a negritude.

A este desafio de vivência da negritude e construção de uma identidade negra, soma-se a realidade complexa, polêmica e ideológica da categoria dos mestiços no Brasil, onde, geralmente, apenas aqueles negros que se integraram numa entidade ou grupo do movimento negro, é que rechaçam esta categoria. Percebo que, assim como o mito da democracia racial, que utiliza-se da ideologia do branqueamento e da questão da mestiçagem biológica e cultural impede o ingresso de muitos negros brasileiros nas entidades ou grupos do movimento negro e, conseqüentemente, da conscientização da importância deste, enquanto movimento social, também no processo de construção da identidade negra existem muitos impedimentos e tentações. Impedimentos como: a jornada diária de um trabalhador negro, dos grandes centros urbanos brasileiros, que chega a ocupar até dezesseis horas, desde sua saída de casa até seu retorno no final da jornada; o contexto dos estudantes negros, que geralmente trabalham de dia e estudam à noite; os próprios problemas e desafios no interior das entidades e grupos do movimento negro.

As tentações estão presentes em situações onde alguns militantes colocam em segundo plano o objetivo da causa, preocupando-se mais com a promoção pessoal; outros que, ao ingressarem na academia, praticamente desligam-se de seu grupo ou entidade negra; e, outros ainda, que priorizaram ou ficaram em apenas um dos aspectos do processo de construção da identidade negra e vivência da negritude.

Um outro aspecto fundamental, com relação à identidade negra dos militantes, está na constatação de que, não obstante as estratégias e ações negro-educativas das próprias entidades e grupos do movimento negro, tem sido fundamental a presença destes sujeitos nos espaços onde as políticas são implementadas ou as ações negras são concretizadas. Das pessoas entrevistadas, por exemplo, Triunfo, dos APNs, trabalhava na Secretaria Estadual da Educação quando o Projeto *O Negro e a Educação* foi criado; Ribeiro, do CECUNE, é assessor da Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), para assuntos relacionados com a comunidade negra; J. A. S. Silva, da Unegro, trabalha na Secretaria de Obras do Estado; Ferreira, do MNU, é Assessor Geral dos Movimentos Sociais da Prefeitura de Porto Alegre.

Em nossa realidade, percebemos que o movimento negro contemporâneo aposta na construção da identidade, na recuperação da negritude entendida em sua complexidade biológica, cultural e ontológica, usando como caminho o resgate da sua cultura, do seu passado negado e falsificado, do dar-se conta da sua participação positiva na construção do Brasil, da beleza de seu fenótipo inferiorizado. Especificamente, tem presente que, se do ponto de vista biológico e sociológico a miscigenação e a transculturação entre os povos é um fato consumado, a identidade é um processo que sempre pode ser renegociado conforme os critérios político-ideológicos e as relações de poder. Ao mesmo tempo, enfrenta um nó no processo de formação da identidade brasileira que se constitui, por um lado, numa autodefinição preconizada pelos negros politicamente mobilizados em suas entidades e, por outro lado, no descaso das bases negras, que são a maioria não mobilizada e não conscientes.

No entanto, o movimento negro tem presente que, apesar dos empecilhos e dificuldades, sem a construção de uma identidade negra, com a solidariedade de negros e mestiços, não existe vislumbre e muito menos caminho que possa desencadear um processo de implementação de políticas públicas a favor da comunidade e contra o racismo. O contexto atual em que vivem os negro-brasileiros, mais do que um discurso social ou antropológico, mostra um racismo contemporâneo: o racismo antinegro não é uma simples sobrevivência de seu passado histórico, enquanto escravo, mas racismo de uma nova forma, que se manifesta pela discriminação racial, xenofobia e intolerância.

A pesquisa realizada mostra que, a preocupação e centralidade da educação continuam bastante forte na organização, planejamento, estratégia e atuação no conjunto do movimento negro. O que se pode perceber, por exemplo, no fato de que mesmo as entidades e grupos que não possuem como objetivo explícito a realização de ações educativas, elas acabam propondo alguma ação específica, como a Unegro e o IBÁ, onde a dimensão educativa incorporou-se em seu processo e acabou orientando e definindo, no empírico, sua identidade e atuação.

Esta centralidade de propostas e ações educativas na práxis das entidades e grupos do movimento negro revela elementos importantes de nossa realidade, como a histórica separação e valorização diferenciada entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por um lado, desde a Grécia, o trabalho manual é relacionado à escravidão. Por outro lado, o trabalho intelectual confere *status*, independentemente do nível salarial.

A relevância da educação no empírico revela, ao mesmo tempo, uma dimensão ideológica e uma dimensão real. Ideológica, porque comumente se atribui à educação uma decisão pessoal: quem se esforçar consegue estudar e conseguindo estudar vai vencer, independentemente de contextos sociais, políticos e econômicos diversos. Como, por exemplo, as condições diferentes entre uma família negra e uma de descendentes de imigrantes italianos, aqui no sul do Brasil, ter ou não condições de dar a seus filhos uma formação universitária. Ou a diferença, desde o *status* até o bolso, entre um curso de

licenciatura e um de engenharia. E, a dimensão real, está no fato de que uma das poucas portas onde o negro pode ascender à classe média, não sem esforço, é através de concursos públicos, em especial, do magistério, onde existe um número significativo de professores negros.

Constata-se que praticamente todas as entidades e grupos, partícipes desta pesquisa, possuem ações educativas em sua atuação. Com exceção do Movimento Negro Unificado e do Fórum de Articulação das Entidades Negras do Rio Grande do Sul, até porque a identidade e objetivos destes não comportam estes tipos de ações. Com relação ao tipo específico destas ações educativas, o mais comum é o educativo cultural, geralmente seguido de um recorte sócio-assistencial, que acontece através de oficinas, seguido de grupos de musicais, de dança e coral. Está na *práxis* também destas entidades e grupos negros ações educativas propriamente escolares, como cursos e oficinas de alfabetização e Pré-Vestibular para Negros e Carentes; ações educativas jurídicas e ações educativas profissionais. Destaco aqui que, sem exceção, todas estas modalidades de ações educativas estão imbuídas do lugar e presença da cultura negra gaúcha e brasileira.

Estas ações educativas, mesmo que isoladas do conjunto do movimento negro, exercem um importante papel no universo social, pois: resgatam o legado do negro; revisam e, muitas vezes, rescrevem a história a partir de heróis, lutas e resistência negros; trabalham com a auto-estima, o que resulta na vivência da negritude e construção da identidade; denunciam os estereótipos raciais; desconstruem a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial; desvelam características estéticas, culinárias, epistemológicas, teológicas e ecológicas que possuem um pano de fundo negro africano e negro brasileiro. Em nível econômico e profissional, aponta e subsidia, na medida de seu alcance, formas alternativas de sustento e renda. No educativo propriamente dito, para além das oficinas de alfabetização e pré-vestibulares alternativos, estas ações influenciam e estão chegando sempre mais nas escolas e nas salas de aula. Em especial, pelo significativo número de professores, negros ou não, atingidos. Exemplos típicos aqui, são as Semanas de Cultura Negra que, a cada ano que passa, atinge mais escolas.

Estas ações em nível escolar estão, paulatinamente, gerando uma pedagogia multicultural.

Em nível político, estas ações têm estrategizado e demandado sempre mais a necessidade e a viabilidade de políticas públicas em educação de negros, por um lado. E, por outro lado, foi e é desde estas ações que o negro vem exercendo, ineditamente, o poder político através dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal, desde os anos 80.

Não obstante a diversidade existente entre as muitas entidades e grupos que constituem o conjunto do movimento negro, podemos perceber neste trabalho que há, fundamentalmente, duas grandes tendências que o caracterizam, pautam sua identidade e, conseqüentemente, sua presença e atuação na sociedade em geral: uma que centraliza-se na cultura e outra na política.

A tendência mais cultural assenta-se basicamente em duas motivações. Uma primeira, herança do final da primeira e segunda fase da trajetória do movimento negro, época onde surgiram vários clubes recreativos, que desempenharam um importante papel na promoção social do negro e como espaço onde o negro pode ser negro. Aqui no Rio Grande do Sul, estes clubes foram criados, em especial, porque os negros eram proibidos de freqüentar clubes de brancos. Surgiram, também, alguns Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) negros, pela mesma razão do surgimento dos clubes recreativos, como, por exemplo, o CTG *Lanceiros de Davi Canabarro*, no município de Alegrete. E, uma segunda motivação, como já refletido no decorrer deste trabalho, porque as expressões culturais negras foram menosprezadas historicamente e, atualmente, é mais usada pela mídia, comercializada, folclorizada, do que vista como uma maneira de ser, conviver, expressão de júbilo e tristeza, desde a *Mãe África*.

Por sua vez, a tendência política, sistematizada, refletida e organizada, em especial pelo Movimento Negro Unificado, mexe com dois aspectos importantes. Por um lado, o negro começa a ocupar o espaço político onde historicamente nunca esteve. Fato que ameaça quem lá sempre esteve com uma *práxis* não necessariamente digna dele. Nogueira (Griô, 40 anos, 3 nov.

2001), expressa muito bem o que quero ressaltar, quando referindo-se as políticas de cotas diz: “Só tem medo de cotas quem é medíocre. Hoje, na África do Sul, os brancos medíocres são mendigos. Aqui no Brasil está cheio de branco medíocre onde deveria estar o negro”.

Por outro lado, a presença dos negros e de suas entidades e grupos nos espaços políticos geralmente acontece via partidos políticos, o que de antemão divide, pois é acompanhado de uma forte tendência dos militantes ou destas organizações negras acoplarem-se na ideologia de determinado partido, o que gera diferenças.

Estas duas tendências, cultural e política, criam antagonismos e até animosidades entre as entidades e grupos afetando desde a organização até a atuação do movimento negro na sociedade. O que, em minha análise, não chega a gerar antagonismos. Isto é, estas diferenças são mais ideológicas, e estão mais presentes nos militantes de cada entidade, do que em nível de atuação e intervenção destas na sociedade em defesa e em prol dos negros. No entanto, estas diferenças ideológicas geram contradições e fazem com que: nem todas as entidades e grupos estejam no Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul (FAENERS) e no Conselho do Negro; isolem-se em sua ação; realizem atividades paralelas; disputem um mesmo espaço cultural, social ou político.

No que diz respeito ao relacionamento do conjunto do movimento negro com o Projeto *O Negro e a Educação*, constato que, no passado, foi bem mais profícuo do que atualmente, em especial, por dois motivos. Primeiro, porque as coordenadoras passadas, desde sua trajetória histórica com o movimento negro, possuíam naturalmente um rol grande de relações com vários militantes negros e, conseqüentemente, com suas entidades e grupos. E, segundo, porque a maioria dos membros da Comissão Estadual do Negro e a Educação, que não mais foi convocada desde 1999, representam e trabalham em espaços educacionais e são militantes.

Quanto ao *Conselho do Negro*, não obstante ter sido fruto da articulação e reivindicação do movimento negro, assim como o FAENERS, não consegue ter o apoio das várias entidades e grupos do movimento em questão. O que,

também, se dá pelas diferenças ideológicas destas entidades e grupos com seus militantes, acrescido das diferenças políticas. O *Conselho do Negro* vive, mesmo com algumas diferenças, o mesmo clima de antagonismos e até animosidades que o conjunto do movimento negro vive, com relação às entidades e grupos negros.

Analiso, constato e entendo que as complementaridades presentes na trajetória e na *práxis* contemporânea das entidades e grupos do movimento negro estão presentes, resultam e são resultados nas políticas públicas em educação de negros no Estado do Rio Grande do Sul. E, não obstante as abrangências, contextos, alcances e desafios internos, o Projeto *O Negro e a Educação* e o *Conselho do Negro* gaúcho são protótipos, desde suas potencialidades, destas políticas públicas específicas em nível estadual.

O Projeto *O Negro e a Educação*, criado em 1987, transformado em *O Negro no Currículo Escolar*, em 1995, e retransformado em *Núcleo dos Afro-Descendentes*, em 1999, foi o primeiro espaço público político institucional para implementar políticas públicas em educação de negros gaúchos, sendo ele próprio uma política pública. E, mesmo com suas mudanças e contextos diferenciados, ele continua sendo um espaço importante para a implementação destas políticas. Na trajetória deste Projeto, enquanto espaço público político destaco que:

- (a) mesmo tendo nascido a partir da *práxis* educativa do movimento negro, este Projeto vem ajudando a despertar a consciência negra de alunos das escolas da rede estadual;
- (b) tem despertado o interesse, consciência e adesão de professores negros e não negros à causa e cultura negras;
- (c) através de documentos, atualmente cartilhas, está divulgando nas escolas da rede, nas Coordenadorias Regionais e entre as entidades e grupos do movimento negro, a produção intelectual negra.

O Conselho do Negro constituiu-se também, ao mesmo tempo, numa política pública e num espaço de implementação destas políticas. Através da Comissão Temática de Educação, em especial, vem pensando, criando

estratégias, propondo alternativas e subsídios concretos para a demanda educativa do negro. Destaca-se o trabalho que este Conselho vem desenvolvendo nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, através de pesquisas e reivindicação de escolas para estas comunidades¹⁰³. Por sua vez, este Conselho, através das Sedes regionais de Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre, Osório, Santana do Livramento, Pelotas e Caxias do Sul, funda espaços de políticas públicas em nível regional e, articulando-se com as Coordenadorias Regionais de Educação, espaços também para políticas em educação de negros.

Os Fóruns e Conselhos Municipais da Comunidade Negra constituem-se em políticas públicas institucionais em nível local. Estes já foram instituídos nos municípios de São Gabriel, Alvorada, Viamão, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, fazendo parte de sua tarefa o congregamento participativo, o trabalho em conjunto e a intervenção junto às Secretarias Municipais de Educação.

Em nível jurídico e legal, as políticas públicas são, de antemão, salvaguardadas, por um lado, pelo Artigo 5º da Constituição Federal, onde afirma que: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

¹⁰³ O artigo 68 da Constituição Federal que entrou em vigor em 1988, determina a titulação das terras remanescentes de quilombos. Estas Comunidades constituem-se em vilas de descendentes de escravos, verdadeiras ilhas de cultura negra. No Rio Grande do Sul são 43 comunidades negras, pouco conhecidas pelos gaúchos, sem título de propriedade, muitas delas não possuem água encanada e nem luz elétrica. O levantamento destas comunidades foi coordenado pela historiadora Ilka Boaventura Leite, sendo as principais e mais conhecidas no Estado as seguintes (Trezzi, 2000, p. 37):

Município	Vila	Famílias (cálculo aproximado)
1- Colorado	Vila Padre Osmari	52
2- Espumoso	Cerro	10
3- Entre Rios do Sul	Morro da Guampa	15
4- Coxilha	Arvinha	18
5- Sertão	Mormaça	15
6- Restinga Seca	São Miguel/Matimianos	250/40
7- Rio Pardo	Rincão dos Panta	5
8- Cachoeira do Sul	Rincão das Vassouras	8
9- Maquiné	Ribeirão/Morro Alto	40/100
10- Glorinha	Maracanã	20
11- Mostardas	Vila da Casca	130
12- Brochier	Paris baixa	18
13- Porto Alegre	Vilas Mirim/Sargentos	148/50
14- Pelotas	Alto do Caixão	12
15- Portão	Morro do Macaco Branco	60

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. E, por outro lado, pelo Artigo 6º da lei nº. 7.716 de 1989, onde reza que é crime de racismo recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, sob pena mínima de três anos e máxima de cinco anos.

Ainda em nível federal, destaco por um lado, a assinatura, em 30 de maio de 2001, um protocolo de Cooperação Técnica entre os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia intermediado pela Fundação Cultural Palmares e CNPq, com o objetivo de combater o esquecimento e reconhecer a contribuição do negro na cultura brasileira, tendo seu passado e seu valor como objetos e sujeitos do saber científico, através das seguintes ações conjuntas:

- (a) elaboração e manutenção de levantamento de teses de pós-graduação financiadas pelo CNPq que versem assuntos de interesse da população negra;
- (b) fortalecimento institucional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros nas Universidades;
- (c) montagem de Banco de Dados de informações gerais sobre personalidades, entidades, pesquisadores, militantes, organizações governamentais e não-governamentais com atuação na área;
- (d) publicação do livro *A História do Negro no Brasil* (pesquisa bibliográfica, produção de texto, organização da obra, seminários de articulação, edição e impressão);
- (e) atualização e ampliação do levantamento nacional das comunidades remanescentes de quilombos (localização, estudo técnico/antropológico, censo demográfico, dimensionamento da área ocupada e publicação);
- (f) elaboração de um programa de estímulo à inserção de alunos negros em Programas de Pós-Graduação.

Por outro lado, o Projeto de Lei nº 62/2000 *Caminhando Para a Igualdade Racial*, do Deputado Federal Paulo Paim, do Partido dos

Trabalhadores, que reza sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça ou cor. Este projeto de Lei tem levantado e suscitado debates acalorados sobre a política pública de cotas para negros, define no Artigo 11 que o poder público e a iniciativa privada devem criar oportunidades de educação para os discriminados por raça ou cor através de um sistema de cotas, cujos quatro parágrafos definem que: os discriminados por raça ou cor possuem o direito de participar de atividades educacionais adequadas às suas condições e interesses; cabe ao poder público prover aos discriminados o ensino gratuito; os cursos especiais para estes devem incluir conteúdo relativo às técnicas atuais de progresso como comunicação e informática; nas datas comemorativas de carácter cívico as instituições poderão convidar os discriminados para vivências e debates relativos ao tema comemorado. O Artigo 12 diz que, para o perfeito cumprimento do Artigo anterior, é necessário que o poder público desenvolva campanhas educativas; e o Artigo 13, afirma a obrigatoriedade da matéria *História Geral da África e do Negro no Brasil*, no currículo do ensino público e privado, onde cabe ao Ministério da Educação elaborar um programa com o objetivo de orientar, em seus diferentes níveis, os docentes e as escolas para as adaptações desta matéria em seu currículo.

Quanto às políticas públicas em educação de negros gaúchas, neste nível legal e jurídico, constato que, por um lado, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul não se refere diretamente aos negros, possuindo alguns artigos que assegura o respeito e a inserção de todas as culturas e etnias, em todos os níveis de ensino. Como por exemplo, o Artigo 220 que declara que: o Estado estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos bem como o acesso às suas fontes em nível nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais; e como parágrafo único que é dever do Estado proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade rio-grandense.

Por outro lado, existe o Projeto de Lei nº. 309/99, do deputado estadual Edson Portilho, do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre a veiculação e

preparação de docentes sobre estudos da raça negra e do povo indígena: o Artigo 1º, estabelece a obrigatoriedade de veiculação de programas específicos de informação e preparação de docentes sobre estudos da raça negra e do povo indígena, de forma a beneficiar os alunos matriculados nas escolas públicas e privadas no Estado do Rio Grande do Sul; o Artigo 2º, define que a veiculação dos programas a que se refere o Artigo 1º da Lei deverá ocorrer anualmente; o Artigo 3º define que, para serem atingidos os objetivos propostos na presente Lei, os conteúdos dos programas deverão abordar os seguintes aspectos: (a) História dos Povos Indígenas no Continente Americano, da Pré-História aos nossos dias; (b) a diversidade étnica e cultural no Brasil contemporâneo; estudo da História e da Cultura dos Povos Indígenas que habitam ou habitaram a região onde se localiza a comunidade escolar; (c) História da África, da Pré-História aos nossos dias; (d) povos de origem da população Afro-Brasileira; (e) concentração e reagrupamento étnico no Brasil; (f) insurreições e resistências à escravidão; (g) relações interétnicas no Brasil contemporâneo; (h) cultura Afro-Brasileira, abrangendo religiosidade afro-brasileira e comunidades remanescentes de quilombos.

Enfim, ressalto, retomo e ratifico que, antes, com e para além do processo e desenvolvimento desta pesquisa, análise e reflexão, há o movimento da vida, das sociedades, das culturas, das instituições, das organizações, das entidades e grupos, dos negros que é impulsionado pela busca da plenitude de ser e estar conscientes e detentores de dignidade, de justiça, de solidariedade, de equidade e satisfação. Busca essa que é constantemente encarnada, revivida, revigorada, restituída e ampliada na vivência da negritude, na construção da identidade e nas ações religiosas, culturais, educacionais e políticas. Através dessa *práxis* luta-se pelo direito de ser sujeito e de ter uma identidade coletiva: pela recuperação e preservação dos valores de origem negro-africana como tradições e costumes; pela vivência e valorização das diferentes expressões negro-religiosas; e, pela criação, estratégia, embates e implementação de políticas públicas anti-racistas, políticas públicas em educação de negros gaúchos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

a) Livros e Artigos

ABBGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ADÃO, Jorge M. **O Negro no Rio Grande do Sul e a Igreja: Desafio de inculturação**. Porto Alegre: ESTEF, 1990. (não publicado).

ADESOJI, Michael Ademola. **Nigéria. História-costumes, cultura do povo ioruba e a origem dos seus orixás**. Salvador: Gráfica Central, 1990.

AGENTES DE PASTORAL NEGROS. **10 ANOS (1983-1993). Conscientização. Organização. Fé e Luta**. São Paulo: Atabaque-Asset, 1993.

ALTUNA, P. Raul Ruiz de Asúa. **Cultura tradicional banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Pai Adão era nagô. Literatura infanto-juvenil**. Recife: Produção Alternativa, 1989.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Abolição e república - acervos do arquivo histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

ASANTE, Molefi Kete. **Kemet, afrocentricity and knowledge**. Fifth Printing. Trenton: Africa World Press, 1998.

_____. Afrocentrismo. In: CASHMORE, Ellis (Org). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 62-64.

ASSUMPÇÃO, Euzébio; MAESTRI, Mário (Org.). **Nós, os afro-gaúchos**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BALANDIER, Georges. **A desordem. Elogio do Movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BANTON, Michael. **Racial theories**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Raça – Como Classificação. In: CASHMORE, Ellis (Org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 447-450; 458-463.

BARCELOS, Luiz Claudio. Educação e desigualdades no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação. São Paulo; Fundação Carlos Chagas, n. 86, p. 15-24, ago. 1993.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

BENTO, Cláudio Moreira. **O Negro e descendentes na sociedade do RS**. Porto Alegre: Grafosul e DAC/SEC, 1976.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco. Discutindo relações raciais**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BERGHE, Pierre L. Van. Raça – como sinônimo. In: CASHMORE, Ellis (Org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 450-453.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pelo homem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Evolução da educação básica no Brasil (91-97)**. Brasília, 1997.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Forense - Universitária, 1977.

CARVALHO, Marie Jane Soares. **Gênero, raça e classe social no currículo**. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 1999.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

CASTRO, Gustavo; CARVALHO, Edgar de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição de (Org.). **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

CECHINATTO, Jeanise Leal; DIAS, Maria Lúcia; VITGOLO, Stella Maris. **Manual de elaboração de referências bibliográficas (norma ABNT 6023/2001) e citações (norma ABNT 10520/92)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Biblioteca Setorial Prof. Antônio Tavares Quintas, jan. 2001.

CESAR, Gulhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHARTIER, Roger. **Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII. Los orígenes culturales de la Revolución Francesa**. Barcelona-España: Editorial Gedisa S. A., 1995.

CNBB. **Ouví o clamor deste povo**. Campanha da Fraternidade 1988 – Texto Base. Brasília: Editora e Gráfica Ipiranga, 1987.

CNBB. **Dignidade humana e paz – novo milênio sem exclusões**. Campanha da Fraternidade 2000 – Manual. São Paulo: Editora Salesiana, 2000.

CÔRTEZ, Antônio Carlos. O negro no Rio Grande do Sul. 2 p. Disponível em: <http://www.nossanegritude.com.br/atual/outros_rs.htm> Acesso em 01 de fevereiro de 2002.

CUNHA Jr., Henrique. Afrodescendência, pluralismo e educação. **Pátio**: Revista Pedagógica, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 21-24, ago/out. 1998.

_____. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, Ivan Costa. ROMÃO et. al. (Org.). **Os Negros e a escola brasileira**. Florianópolis: NEN, 1999. P. 14-25. Série Pensamento em Educação, n. 6.

_____. As estratégias de Combate ao racismo: movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

_____. **Africanidades, afrodescendências e educação** [artigo]. Artigo recebido por <ademola@ig.com.br> em 23 set. 2001.

_____. **Reivindicações negras na educação** [artigo]. Artigo recebido por ademola@ig.com.br em 31 ago. 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação na transição para a democracia: o caso do Brasil. **Educação & Realidade**. Lenin e a Educação. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 23-37, jul./dez. 1988.

CUNHA, Perses Maria Canellas da. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. **Cadernos PENESB**. relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, n. 1, p. 69-96, [19--].

d'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIEESE. **Os números da desigualdade racial no Brasil** (Boletim Especial). Novembro de 2001.

DIOP, Cheikh Anta. **The cultural unity of black Afrika. The domains of matriarchy & of patriarchy in classical antiquity**. London: Karnak House, 1989.

_____. **The african origin of civilization. Myth or reality**. Illinois: Lawrence Hill Books, 1974.

DORNELES, Malvina do Amaral. **O Mobral como política pública: a institucionalização do analfabetismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

EDUCAÇÃO E REALIDADE. **Discursos e educação**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.21, n. 2, jul./dez. 1996.

EDUCAÇÃO E REALIDADE. **A Educação e o problema do conhecimento**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 22, n. 1, jan./jun. 1997.

FARIAS, Lena. O racismo comprovado em números. São Paulo: Rede CTA – Consultant, Trader and Adviser, 2000, 9 p. Disponível em: <<http://www.ujgoias.com.br/reducta03/03037000020.htm>> Acesso em: 10 de dezembro de 2001.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. **Polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, v. 33, 1989.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro descendente. Identidade em construção.** Rio de Janeiro/São Paulo: Pallas Editora/ Editora da PUC-SP, 2000.

FERRETI, Celso João et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 3ª ed. Petrópolis, 1996.

FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique et al. **El nuevo espacio público.** 2ª ed. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 1995.

FLORES, Moacyr (Organizador). **Cultura afro-brasileira.** Porto dos Casais –1. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. **Dicionário Yorubá (Nagô)/ Português.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1988.

FREITAS, Décio. **Escravos e senhores-de-escravos.** Porto Alegre: Chronos. UCS/EST, 1977.

_____. **O escravismo brasileiro.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRISOTTI, Heitor. **Beber no poço alheio: religiões afro-brasileiras.** Salvador: Missionários Cambonianos, 1988.

GADOTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **História das religiões.** Porto Alegre: Editora Rainha, 1993.

GHELLER, Erenida G. (Org.). **Cultura religiosa. O sentimento religioso e sua expressão.** Vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, Mundo Jovem, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola. 1997.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES FILHO, Jary. **O cavaleiro dos ventos messiânicos** (virtualbooks). N. Registro: 165.503; livro : 267; folha: 146: 16/12/1998. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br.virtualbooks/novalwexandria/novalexandria.htm>>.

Acesso em: 19 fev. 2002.

GRAF, Josef A. **Deus, espíritos e magia num contexto africano**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Guia da participação solidária. Política social do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999.

_____. e HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional. A produção do fracasso. Raça e Educação. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 24-26, nov. 1987.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto Para Discussão n. 807, 2001.

IANNI, Octavio. MUNANGA, Kabengele. O Racismo no mundo contemporâneo. **Cadernos PENESB: Relações Raciais - Discussões Contemporâneas**. Niterói: Intertexto, n. 2, p. 9-46, 2000.

JESUS, Ilma Fátima de. O pensamento do MNU - Movimento Negro Unificado. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org.). **O pensamento negro em educação no Brasil. expressões do movimento negro**. São Carlos: EDUFSCar, 1977. p. 41-59.

KARENGA, Maulana. **Introduction to black studies**. 2nd. ed. California: The University of Sankore Press, 1993.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 5^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1987.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria. **O que você pode ler sobre o negro**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros – NEN, 1998.

LIMA, Waldemar Moura (Pernambuco). **Movimento Quilombista – negritude em ação**. Porto Alegre: Impulso Artes Gráficas, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Educação e Realidade**, n. 1. Porto Alegre: Educação e Realidade Edições, 1986.

LUKES, Timothy J. ; CAMPODONICO, Bonnie G. Mérito. In: CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, 2000. P. 345-348.

MACIEL JR., José. **Reminiscências de minha terra. Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - EST. 1987.

MAESTRI FILHO, Mário José. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

_____. **O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EDUCS/EST, 1984.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político. A tribalização do mundo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

_____. **No fundo das aparências**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MARTINI, Iria Helena Goulart; PEDROSO, Vilma Maria Terres (Org.). **Padrão referencial de currículo. Documento básico. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Educação. Departamento pedagógico –1995-1998**. Porto Alegre, 1996.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n. 38, p. 199-221, 1996.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n. 17, p. 49-66, 1989.

MOREIRA, Igor A G. e COSTA, Rogério H. **Espaço & sociedade no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Meus demônios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Ciência com consciência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O Paradigma perdido. A natureza humana**. 6ª ed. Mem Martins: Biblioteca Universitária. Publicações Europa América, 2000.

MUNANGA, Kabengele Professor (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 1999a.

_____. A resistência histórica dos povos negros. Negros da diáspora: todo poder para as yabas. **Cultura Vozes**. Petrópolis: Editora Vozes, v. 93, n. 4, p. 42 – 60, 1999b.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999c.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Editora Ática, 1986

_____. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. **Cadernos PENESB**. Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, n.1, p. 9-20, [19--].

_____. O racismo no mundo contemporâneo. **Cadernos PENESB: Relações raciais - discussões contemporâneas.** Niterói: Intertexto, n. 2, p. 20-41, 2000.

_____. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996. p. 79-94.

NABARRO, Edilson. O movimento negro no Rio Grande do Sul. In: FERREIRA, Antônio Mário “Toninho” (Org.). **Na própria pele: os negros no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: CORAG- Secretaria de Estado da Cultura. 2000. p. 29-35.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938 – 1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

OLIVEIRA, Iolanda de. Relações raciais e educação: recolocando o problema. In: LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria (Org.). **Negros, territórios e educação.** Florianópolis: NEN, 2000. P. 105-121. Série Pensamento em Educação, n. 7.

OXALÁ, Adilson de (Awofá Ogbebara). **Igbadu, a cabaça da existência: mitos nagôs revelados.** Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. Edgar Morin. **A educação e a complexidade do ser e do saber.** 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PINTO, Regina Pahim. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação.** Fundação Carlos Chagas, n. 86, p. 25-28, ago. 1993a.

_____. Multiculturalidade e educação de negros. **Cadernos CEDES,** n. 32. São Paulo: Editora Cortez, 1993b. p. 35-48.

_____. Raça e educação: uma articulação incipiente. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação.** Fundação Carlos Chagas, n. 80, p. 41-50. fev. 1992.

_____. A escola e a questão da pluralidade étnica. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**. Fundação Carlos Chagas, n. 55, p. 3-17, 1985.

PORTUGAL, Fernandes. **Curso de cultura religiosa afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (Revista). **Cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

QUEVEDO, Julio; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul - aspectos da história**. 6ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1999.

RATCLIFFE, Peter. Racismo do meio ambiente. In: CASHMORE, Ellis (Org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000. P. 463-465.

REHBEIN, Franziska C. **Camdomblé e salvação: a salvação na religião nagô à luz da teologia cristã**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

ROBERTO, Valter. Políticas compensatórias: o dilema do século XXI. SABOIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Seminários regionais preparatórios para conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001. P. 123-138.

RIBEIRO, Marlene. Luta de classes: um conceito em estado prático. Uma leitura dos movimentos sociais. In: FERRARO, Alceu; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos sociais: revolução e reação**. Pelotas: EDUCAT, 1999. p. 137 – 174.

RODRIGUES, Eduardo Magrone. Ensino noturno de 2º grau: o fracasso da escola ou a escola do fracasso? In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, jan./jun. de 1995. p. 49 - 72.

ROVERE, Ítalo. **África – poemas de viagem**. Fortaleza: Érico Baymma, 1996.

SABOIA, Ana Lucia; OLIVEIRA, Luiz Antônio. Perfil sócio-econômico da população negra no Brasil: diferenças estaduais. **Seminários regionais preparatórios para conferência mundial contra o racismo, discriminação**

racial, xenofobia e intolerância correlata. Brasília: Ministério da Justiça, 2001. P. 297-313.

SANTOS, Deóscoredes M. dos; SANTOS, Juana Elbein dos. A cultura nagô no Brasil: memória e continuidade. **Revista USP: Dossiê Brasil África.** São Paulo: USP, n. 18, p. 41-51, jun./ jul./ ago. 1993.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. p. 53-74.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nàgós e a morte.** 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa ou a utopia possível. In: OLIVEIRA, Dijaci David de et. al. **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados.** Goiânia: Centro Editoria e Gráfico Universidade Federal de Goiás, 2001. P. 37-51.

SANTOS, Pe. Anísio Ferreira dos (Org.). **Eu, negro – discriminação racial no Brasil. Existe?** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. Orfeu Negro. In: Reflexões sobre o racismo. São Paulo: Difel, 1978. P. 89-125. Disponível em: <<http://www.cienciassociaisja.hpg.com.br/fichamento18.html>>. Acesso em: 10 abr. 2001.

SEFFNER, Fernando (Org.). **Presença negra no Rio Grande do Sul.** Cadernos Porto & Vírgula 11. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1995.

SILVA, Pe. Antoninho Aparecido da et al. A presença afro no IX intereclesial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, fasc. 228, dezembro de 1997. P. 843-856.

SILVA, Delma. Afrodescendência e educação: cultura, identidade e as perspectivas do aluno afrodescendente com a escola pública. In: LIMA, Ivan Costa et. al. (Org.). **Os negros e a escola brasileira.** Florianópolis: NEN 1999. p. 99-117. Série Pensamento Negro em Educação, n.6.

SILVA, Gilberto Ferreira da. **Ara ki njo. Corpo que está dançando. Repercussões educativas de grupos infantis de dança afro-brasileira.** Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

_____. Produção do conhecimento e ações coletivas sobre negro e educação – por uma cartografia das abordagens e das práticas. In: **Anais – Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 22 a 25 nov. 2000. P. 26-27.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Projetos educacionais - prioridade dos brasileiros descendentes de africanos. In: SOUSA JR., Vilson Caetano de (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber.** São Paulo: Edições Loyola. 1998.

_____. Dimensões e sobrevivências de pensamentos em educação em territórios africanos e afro-brasileiros. In: LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria (Org.). **Negros, territórios e educação.** Florianópolis: NEN, 2000. P. 77-88.

_____. Diversidade étnico-cultural e currículos escolares – dilemas e possibilidades. **Cadernos CEDES.** São Paulo: Editora Cortez, n. 32, p. 25-34, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim (org.). **Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro.** São Paulo: Ação Educativa, Anped, 2001.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **Odara: fantasia e realidade.** Porto Alegre: [s.n.], 1993.

SILVEIRA, Oliveira. A Idealização do 20 de novembro e o movimento negro. In: **Visões do mundo negro ontem e hoje: coletânea de discursos, textos, artigos, leis, pensamentos e visões do mundo negro.** Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Diretoria de Patrimônio e Material. 1998. p. 51-53.

SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes. Multiculturalismo e alteridades. In: OLIVEIRA, Dijaci David et al. **50 anos depois. relações raciais e grupos socialmente segregados**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás, 2001. p. 109-135.

SISS, Ahyas. Dimensões e concepções do multiculturalismo: considerações iniciais. **Cadernos PENESB: Relações raciais – discussões contemporâneas**. Niterói: Intertexto, n. 2, p. 75-88. 2000.

SOARES, Márcio Antônio do Nascimento. **O movimento negro brasileiro e a III conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância**. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~ceap/movnegro.html>>. Acesso em: 10 dez. 2001.

SOLOMOS, John. Racismo europeu. In: CAHS, Ellis (Org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000. P. 465-469.

SOUSA JR., Vilson Caetano de. O Brasil e a dívida com os deixados na roda dos enfeitados. In: SOUSA JR., Vilson Caetano de (Organizador). **Uma dívida muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber**. São Paulo: Edições Loyola. 1998, p. 33-45.

SUNDIATA, Ibrahim. Repensando o Africanismo da Diáspora. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial no Brasil**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996. p. 45-57.

SUSIN, Luís Carlos. A inculturação da fé nas CEBs. In: **Igreja, rede de comunidades**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1988. P. 11-12.

SZKLAROWSKY, Leon Frejda. **Crimes de racismo. Crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991. Disponível em: <<http://www.solar.com.br/~amaratra/leon-4.html>>. Acesso em: 12 fev. 2002.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996. 95-111.

TODD, Roy. Multiculturalismo. In: CASHMORE, Ellis (Org.). **Dicionário das relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000. P. 371-372.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos. A questão racial e a educação: uma releitura a partir do povo negro. In: TRIUMPHO, Vera (Org.). **Rio Grande do Sul, aspectos da negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991. p. 17-25.

_____. A representação do negro em livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**. Revista de Estudos e Pesquisa em Educação. Fundação Carlos Chagas, n. 63, 1987.

_____. Educação e povo negro. In: SCHMIDT, Dinamara Feldens; FABRIS, Eli Terezinha (Org.). **Espaço educacional e autoria social**. Lageado: Fates Editora, 1996.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Construindo práticas educativas: a experiência dos Agentes de Pastoral Negros no Rio Grande do Sul. In: LIMA, Ivan Costa et. al. (Org.). **Educação popular afro-brasileira**. Florianópolis: NEN, 1999. p. 103-116, 1999. Série Pensamento em Educação, n. 6.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. 18ª ed. São Paulo: Editora Record, 1983.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. **Ser negro no Brasil hoje**. 9ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1992.

VERARDI, Jorge. **Axés dos orixás no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Produção Editorial, 1990.

VERTOVEC, Steven. Diáspora. In: CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. P 169-171.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política 2. Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 5º vol., 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

WEIMER, Günter. **O Trabalho escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

WILGES, Irineu. **Cultura religiosa: as religiões do mundo**. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ZILLES, Urbano. **Religiões, crenças e credices**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

b) Documentos e Legislações

BRASIL. Lei n. 7.716, de 06 de janeiro de 1989. *“Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”*. **Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1989.

BRASIL. Documento. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais/Pluralidade Cultural. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília, 1996.

BRASIL. Projeto de lei n. 3198, de 2000. *“Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor”*. **Senado Federal [da República Federativa do Brasil]. Secretaria Especial de Editoração e Publicações**. Brasília, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In: Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Edição comemorativa aos 10 anos da promulgação da Constituição do estado do Rio grande do Sul – 1989/1999 (atualizado em 30 jun. 2000). Promulgada em 1988. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/site_2001/legis/const.htm>. Acesso em: 12 jan. 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In: Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Edição comemorativa aos 10 anos da promulgação da Constituição do estado do Rio grande do Sul – 1989/1999 (atualizado em 30 jun. 2000). Promulgada em 1988. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/site_2001/legis/const.htm>. Acesso em: 12 jan. 2002.

IBÁ – INSTITUTO BRASIL ÁFRICA (folder). Porto Alegre, 2001.

DIEESE. Os números da desigualdade racial no Brasil (Boletim Especial), nov. 2001.

PORTO ALEGRE. Projeto de lei n. 1961/99, de 11 de junho de 1999. *“Estabelece a identificação de raça e etnia nos dados cadastrais da*

Administração Municipal". **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre, jun. 1999.

PORTO ALEGRE. Lei n. 8.423, de 28 de dezembro de 1999. *"Institui na rede municipal de ensino público de 1º e 2º graus e demais níveis de ensino, o conteúdo "Educação Anti-racista e Anti-discriminatória"*. **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre, dez. 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. Departamento Pedagógico. **Apresentação de novas propostas para a Comissão "O Negro e a Educação"** (Relatório). Porto Alegre, 19 mar. 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Comissão Temática da Educação. **Principais ações da política de educação afro-brasileira 1999-2001** (Relatório). Porto Alegre, 20 dez. 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. In: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Edição comemorativa aos 10 anos da promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul – 1989/1999 (atualizado em 30 jun. 2000). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/site_2001/legis/const.htm>. Acesso em: 12 jan. 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria n. 000880, de 07 de fevereiro de 1991. *"Estabelece uma Proposta Pedagógica ligada à cultura afro-brasileira, através da Secretaria Estadual da Educação, constituinte do Plano de Governo do estado do Rio Grande do Sul 91/95"*. **Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre, fev. 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria n. 000881, de 10 de agosto de 1992. *"Designa professores para integrarem a Comissão estadual do Negro e a Educação com a tarefa de operacionalizar, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, as ações relativas ao Negro e a Educação"*. **Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre, 12 ago. 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria n. 01292, de 01 de outubro de 1993. “*Designa professores para constituírem a nova Comissão Estadual do Negro e a Educação para operacionalizar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, as ações relativas ao Negro e a Educação*”. **Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre, 11 out. 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei n. 309/99, de 15 de dezembro de 1999. “*Dispõe sobre a veiculação de programas de informação e preparação de docentes sobre estudos da Raça Negra e do Povo Indígena e de outras providências*”. **Casa Civil – Subchefia Jurídica e Legislativa [do Estado do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre, 1999.

SÉRIE: PASSAPORTE PARA OS DIREITOS HUMANOS. Racismo é crime. Reaja, denuncie. Faça valer seus direitos. S.OS. Racismo: um serviço essencial para a cidadania. Porto Alegre: Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.

SOCIEDADE BENEFICENTE FLORESTA AURORA. **Estatuto**. Porto Alegre, jan. 1967.

TREZZI, Humberto. Um projeto para legalizar os quilombos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 12 set., p. 37.

c) Cartilhas, Periódicos, Palestras e Seminários

AÇÕES AFIRMATIVAS. **Conversas cruzadas**, Porto Alegre: TV COM, 17 de abril de 2001. Programa de TV.

CRB. **II encontro e I retiro da Vida Religiosa negra e indígena. Salmos afros** (cartilha). Bacabal: CRB – Nacional, 1994.

BERND, Zilá. Discriminação positiva. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 de dezembro, 2000. P. 15.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação e cultura**. Caxambú, 2001. (minicurso).

CECHIN, Lúcia. **Nzinga Mbandi. Ginga. Estudo sobre a figura histórico-literária da rainha angolana e sua presença no folclore afro-brasileiro** (cartilha). Porto Alegre: Academia Cisplatina de Cultura, 1984.

DIÁRIO GAÚCHO (Jornal), Porto Alegre, 13 e 14 de maio, 2000. p. 7.

DORNELES, Malvina do Amaral. **Esfera pública, cidadania e educação** (Seminário Avançado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jan. 1998. Anotações do Seminário.

_____. **Movimento, ordem e desordem: aproximações ao campo da educação** (Seminário Avançado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fev. 2000. Anotações do seminário.

FLOR, Ana. Desigualdade cresce no Brasil. **Zero Hora**. Porto Alegre, 29 de junho, 2000. P. 50-51.

FONTOURA, Maria da Conceição Lopes. Um serviço essencial. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 fev. 2001. p.13.

FREITAS, Décio. Na periferia da escravidão brasileira. **Zero Hora**. Porto Alegre, 06 jun. 1998. Caderno de Cultura, p. 12.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Semana da consciência negra** (caderno). Porto Alegre, [2001?].

LIMA, Jorge Pereira. As raízes da escravidão. 2ª ed. **Centro de estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA**. São Paulo: Edições Paulinas, n. 2, 1982.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Multiculturalismo: desafios para a educação** (palestra). 24ª Reunião Anual da Anped, 07 a 11 de out. Caxambu/MG, 2001.

MAESTRI FILHO, Mário. Um passado sem negros? **Zero Hora**. Porto Alegre, 06 jun. 1998. Caderno de Cultura, p.13.

MENDES, Moisés. Depois da escravidão, o horror dos excluídos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 06 de junho de 1998. Caderno de Cultura, p.4-8.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. **Multiculturalismo: desafios para a educação** (palestra). 24ª Reunião Anual da Anped, 07 a 11 de out. Caxambu/MG, 2001.

PASTORAL AFRO-AMERICANA. **VIII Encontro de Pastoral Afro-Americana. Comunidades negras: solidariedade e alternativas** (cartilha popular). Salvador: Organização do Auxílio Fraternal, 1999.

ROCHA, Patrícia. Projeto Propõe Reserva de Mercado Racial. **Zero Hora**. Porto Alegre, 16 de abril, 2001. Segundo Caderno, p. 6-7.

SANTOS, Joel Rufino dos. **300 anos de Zumbi: 1695 – 1995 – a vida de Zumbi dos Palmares** (caderno do aluno). Brasília: Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, 1995.

d) Entrevistas Transcritas

CARVALHO, Ivonete, 35 anos. **Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS)**. [Porto Alegre], 11 jan. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

DEODORA, Maria Iara Santos, 44 anos. **Instituto Cultural Afro-Sul**. [Porto Alegre], 05 jan. de 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 44 anos. **Instituto Cultural Afro-Sul**. [Porto Alegre], 14 dez. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

DEUS, Zenóbia Lúcia, 57 anos. **Fundação Leopoldo Sedar Senghor**. [Porto Alegre], 13 dez. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

FEIJÓ, Nilo Alberto, 67 anos. **Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS)**. [Porto Alegre], 04 dez. 2000. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

FERREIRA, Antônio Mário, 42 anos. **Movimento Negro Unificado (MNU)**. [Porto Alegre], 29 mar. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 42 anos. **Movimento Negro Unificado (MNU)**. [Porto Alegre], 11 dez. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

FONSECA, Sérgio Luiz, 47 anos. **Sociedade Beneficente Floresta Aurora**. [Porto Alegre], 26 jan. 2002. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes, 51 anos. **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. [Porto Alegre], 22 out. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

HOMERO, Maria Noelci Teixeira, 54 anos. **Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**. [Porto Alegre], 22 out. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

MOREIRA, José Fernando Oliveira, 37 anos. **Instituto Brasil-África (IBÁ)**. [Porto Alegre], 29 nov. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

NOGUEIRA, Regina, 40 anos. **Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (Griô)**. [Porto Alegre], 3 nov. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

PARÉ, Mauro, 55 anos. **Fundação Leopoldo Sedar Senghor**. [Porto Alegre], 03 abr. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

PARÉ, Marilene Leal, 52 anos. **Projeto “O Negro e a Educação” da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul**. [Porto Alegre], 14 jan. 2002. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito, 44 anos. **Projeto “O Negro e a Educação” da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul**. [Porto Alegre], 28 set. 2000. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 44 anos. Projeto “O Negro e a Educação” da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul . [Porto Alegre], 01 out. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

RIBEIRO, Juarez, 47 anos. **Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE)**. [Porto Alegre], 02 abr. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 47 anos. **Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE)**. [Porto Alegre], 17 dez. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

SILVA, José Antônio Santos da, 38 anos. **União de Negros Pela Igualdade (Unegro)**. [Porto Alegre], 09 abr. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 38 anos. **União de Negros Pela Igualdade (Unegro)**. [Porto Alegre], 22 de outubro de 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

SOARES, Vera Beatriz, 54 anos. **Fórum de Articulação das Entidades Negras do Rio Grande do Sul (FAENERS)**. [Porto Alegre], 04 nov. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos, 56 anos. **Projeto “O Negro e a Educação” da Secretaria de Estado da Educação e Agentes de Pastoral Negros (APNs)**. [Porto Alegre] 05 abr. 2001. Entrevista concedida a Jorge Manoel Adão.

_____, 56 anos. **Projeto “O Negro e a Educação” da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul e Agentes de Pastoral Negros (APNs)**. [Porto Alegre], 31 ago. 2001.